



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

Faculdade de Ciências e Letras – Araraquara/SP
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Anna Paula Moreira de Araújo

**FRANCISCO WEFFORT E O PAPEL DA *INTELLIGENTSIA* NACIONAL:
CONSIDERAÇÕES SOBRE UMA TRAJETÓRIA**

Araraquara - SP
Junho 2012

Anna Paula Moreira de Araújo

**FRANCISCO WEFFORT E O PAPEL DA *INTELLIGENTSIA* NACIONAL:
CONSIDERAÇÕES SOBRE UMA TRAJETÓRIA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho como requisito à obtenção do título de Mestra em Sociologia, sob a orientação do Prof. Dr. Milton Lahuerta.

Araraquara - SP
2012

TERMO DE APROVAÇÃO

Anna Paula Moreira de Araújo

FRANCISCO WEFFORT E O PAPEL DA *INTELLIGENTSIA* NACIONAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE UMA TRAJETÓRIA

Dissertação apresentada ao Departamento de Antropologia, Política e Filosofia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho como requisito a obtenção do título de Mestrado.

Examinador: Dr. Marco Antonio Perruso

Examinador: Dra. Katia A. Baptista

Orientador: Dr. Milton Lahuerta

Araraquara –SP

AGRADECIMENTOS

Tendo chegado até aqui e refletido sobre todo o processo de construção desse trabalho sinto a famosa sensação de missão cumprida. Para continuar no clichê, tal qual uma guerreira ou uma jogadora, sinto-me como se tivesse vivido uma perfeita saga pela vida acadêmica e não só ela.

Um trabalho acadêmico é sempre uma tarefa solitária e assim o fiz, contudo, não numa bolha, aliás, houve momentos em que desejei profundamente poder ir para bem longe de todas as tentações da minha vida social. Queria me dedicar única e exclusivamente a ela: minha dissertação de mestrado. Mas, as forças do universo falaram mais alto e ao longo de minha travessia passou muita gente. Ainda bem que o universo sabe de algo que acho que não sei. Hoje vejo que não fossem as pessoas que encontrei, não obstante as flores e pedras, o caminho teria sido ainda menos colorido e mais duro.

Ao longo de tempos difíceis ao extremo, daqueles que só mesmo o companheiro Rivotril pode te salvar, tive que por bem ou por mal segurar a cabeça e manter o foco. A gente sempre acha que poderia ter feito mais e melhor. Uma pena. Bem, mas agora que terminei minha “missão”, sinto-me cansada e voltarei pra casa, mas não tenho a mínima pretensão de ficar. Uma espécie de *Dom quixote* habita meu ser e sei que logo buscarei um novo moinho. Sinto-me instigada ao desafio de mais uma jornada. Essa sensação é a que me mais me preenche de conforto neste instante porque ela me diz que se sofri, quase morri, sobrevivi e então anseio por sofrer de novo, quase morrer de novo, isso quer dizer que há algo aí que não pode ser desprezado. Está guardado a sete chaves, talvez.

Pra terminar a sessão “precisava falar”, foi uma experiência e tanto e falaria “sobre deus e suas obras” acerca de cada passo que dei, contudo me contento em dizer que o percurso não foi breve nem leviano, pareceu sem fim, como um segundo que dura uma eternidade. Penso que foi devido a um vendaval que passou, chegou, arrastou tudo que estava pela frente e um dia se foi. Coisas das estrelas, minha única explicação e consolo para tamanho desespero piafiano! Mas como hoje a gente está falando de coisa boa, resumo tudo com um belo e profundo e sincero: muito obrigada!

Desde que entrei no mestrado em 2010, descobri e re-descobri muita gente. Agradeço a tod@s que direta e indiretamente participaram da minha vida neste tortuoso processo de construção intelectual e pessoal.

Ao meu orientador, Milton Lahuerta, pela paciência e pelo cuidado em se preocupar com minha perda de peso, além da imensa motivação em todos os sentidos. Por ter-me “apresentado” a “Acadêmica da vida real” de forma acolhedora e generosa e isso diz muito respeito às questões teóricas, em que tive o privilégio de ter como orientador um professor que, hoje digo com convicção, a nível teórico reproduz a excelência acadêmica e possui uma postura muito digna com seu lugar no mundo.

À professora Kátia Baptista, pela generosidade em me ajudar com o andamento do texto e por constituir minha banca de qualificação e de defesa. Sua atenção especial

dedicada a mim naquela tarde debaixo do vento das árvores e do enigma do “buraco no tempo e espaço” fez toda a diferença.

Ao professor Marco Antonio Perruso, pela solidariedade em me enviar seu material do CEDEC e pela disposição em compor minha banca de defesa de mestrado, viajar e tudo o mais, sua presença foi bastante apreciada.

À professora Patrícia Olsen de Souza, por ter contribuído significativamente com minha pesquisa no exame de qualificação. Suas questões de método me fizeram repensar meu projeto como um todo, de fato, foi quase um “x” da questão.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Trabalho (CNPq) pelo suporte financeiro.

A todos os professores com os quais tive contato ao longo destes dois anos de pós-graduação na Unesp. Em especial, ao professor João Carlos Soares Zuin, por sua honestidade e sensibilidade em me dizer que a vida acadêmica não é muito fácil para “meninas bonitinhas”, sintetizando a conversa em um “estude muito”. Ainda pretendo não esquecer.

A tod@s os amigos da turma de mestrado de 2010. A partir desta nova convivência, com colegas diferentes da minha graduação, provei sentimentos de reconhecimento e identificação em amplos sentidos, sejam eles de caráter íntimo como questões teóricas. Provei também o amarginho da estranheza, porém aprendi muito, sobretudo sobre minha ainda pretendida futura vida acadêmica.

Ao Henrique Fernandes Júnior, secretário do Programa de Pós-graduação, sua paciência e por ter me ajudado sempre com questões burocráticas do mestrado.

A tod@s meus velhos amigos de uma vida inteira.

Ao Gustavo de Carvalho, meu eterno grude que a vida desgrudou e sua muito singular, brilhante e amada existência.

À Karina, pelo carinho, pela convivência, por me conhecer e pelos divãs sociológicos da intimidade.

Ao Thiago Pizzo Scatena, meu grande amigo, aquele que faz dos meus dias muito mais alegres, pelas reflexões sobre a vida, por cuidar de mim, me levar em festas e me trazer de volta pra casa ou não, por sua paciência comigo e por compartilhar todas as angústias dos últimos capítulos da dissertação.

À Débora Brabetz, sua amizade inestimável e uma saudação ao amor próprio. Que fique claro que isso não é mais um clichê barato, é de fato, uma saudação das mais grandiosas e dignas ao amor próprio.

À Daiane Victorino, grande menina são-carlense, companheira que faz muita falta desde que partiu em busca do encontro consigo mesma por terras distantes. Agora que “voltei da guerra”, pretendo muito ir te visitar. Algo em mim mudou e preciso ver o mar pra contar a ele.

À Pamela Smecellato, amada hipocondríaca que me ensinou a tomar remédios, sua companhia divertida e solidária nos momentos mais difíceis, por gostar que eu leia pra ela e por ser tão autêntica, me fascina.

Ao Pablo Andres Muñoz, por nossas viagens mais longínquas e nerds possíveis imagináveis “sobre deus e suas obras”, por sua capacidade de expansão, por seu talento culinário e por sempre me fazer rir.

Ao Ricardo Brocenschi, por sua ótima companhia, pelos passeios no Damha, pelos ouvidos via Skype, por ser do sítio e até por ser xucro as vezes. Por ser libriano.

Ao Guilherme Saade Floeter, por ter me mostrado a existência de um mundo diferente e de elevada beleza, pelo imenso companheirismo e pela atenção com que corrigiu meus textos, eu sei que foi tudo com muito amor.

À Bruna de Tuya, menina querida com a qual dividi o sentimento mais forte e doloroso da minha vida, sua generosidade, amizade e “buniteza”.

À Juliana Jodas, por sua querida companhia de estudos, aflições e angústias com a dissertação, mas principalmente pelos momentos de não-estudo. Por nossas semelhanças mil e por ter se mostrado a companheira mais doce, com gosto de “temos 10 anos e seremos amigas pra sempre”. Por ser libriana.

Ao Paulo Alberto Vieira, por seu incentivo permanente desde o começo do mestrado e sua generosidade e paciência comigo. Por me fazer reconhecer de uma maneira “escandalosamente ariana”, das que eu mais aprecio.

À Benedita Mendes, flor que me acolheu nos momentos de menor disciplina para com a dissertação. Por também me fazer reconhecer de uma maneira mais adulta, daquela que devemos aprender.

Ao estimado Zéfiro Pereira, pela convivência, por me acalmar e sempre me dizer que tudo vai dar certo. Sinto que da mesma forma como acredito em você, você acredita em mim e assim, inevitavelmente tudo vai dar certo.

À cidade de São Carlos, suas ruas, lugares e sensações.

Ao Thiago Moreira Malta, meu amigo-primos-irmão, por nossas conversas sobre nossa família e suas peculiaridades, por me ouvir, por existir. Por significar uma presença da mais singular no meu coração.

À minha mãe Sirlei Moreira, por sua generosidade absoluta. Aqui vale um belo de um “menos é mais”.

À minha avó Margarida Couto Moreira, seu amor incondicional, minha vida seria um deserto sem você.

Às minhas músicas favoritas, em realidade, à arte da música, por ter me tornado e ensinado a desde sempre e cada vez mais ser musical, de achar que cada instante pode ter uma trilha sonora. Aqui me esforço no poder de síntese: aos Beatles, Chico Buarque, David Bowie, Elvis Presley, Maria Bethânia, Nina Simone, Oswaldo Montenegro, Pink Floyd, Queen, Rita Lee, e mais “meus mil sons eletrônicos” que ocupariam a vida, Justice e afins, meus “dubs”, “progs”, “minimals” e músicas todas. Necessito parafrasear Nietzsche “sem música a vida seria um erro”.

Aos momentos em que não durmo e aos que durmo o sono dos justos.

Ao universo, seu mistério, sua sabedoria e infinito tamanho e encanto.

A uma paz perdida e à nova paz encontrada.

**Ao meu eterno mestre das
brisas da vida: Glicério de
Campos Monteiro *in*
memorian. Inesquecível,
insubstituível. A vida anda
estranha. Ainda não encontrei
nossas cores, temo que não as
encontre.**

RESUMO

Francisco Weffort, cientista político formado pela Universidade de São Paulo (USP), teve um percurso intelectual significativo para o Pensamento Político brasileiro. Como consequência do Golpe Militar de 1964, integrou o grupo do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), de onde se afastou para fundar e dirigir o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC). O novo Centro se caracterizava pela preocupação com as questões referentes aos movimentos sociais de base e dentro do CEDEC, Weffort passou, simultaneamente, a colaborar na fundação do Partido dos Trabalhadores (PT). A pretensão do novo partido era romper com a lógica partidária existente, pois seria constituído por sindicalistas e simpatizantes da questão trabalhista e social no geral. Durante quase 15 anos, de 1980 a 1994, Weffort foi secretário geral do PT, todavia nas eleições presidenciais de 1994, depois de ter participado da candidatura de Lula, acabou por apoiar a vitória de Fernando Henrique Cardoso, sendo convidado a ocupar o cargo de ministro da cultura de seu novo governo. Nosso principal objetivo neste trabalho é traçar o percurso de Francisco Weffort enquanto intelectual, na tentativa de resgatar suas teorizações no tangente a sua crítica à herança nacional popular, pois foi a partir dessa linhagem de estudos que o autor construiu seus pressupostos para tratar a questão da democracia no Brasil e suas vicissitudes. Ao voltarmos o olhar para sua produção intelectual realizada no período de 1964 a 1984 temos a possibilidade de obter maior compreensão sobre suas futuras escolhas políticas, como também é lançada uma luz sobre todo o período que antecedeu o processo de redemocratização do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Francisco Weffort, *intelligentsia*, sociedade civil, populismo, democratização.

ABSTRACT

Francisco Weffort, a political scientist trained at University of São Paulo (USP), had a significant intellectual journey to the Brazilian Political Thought. As a consequence of the Military Coup of 1964, he joined the group of the Brazilian Center for Analysis and Planning (CEBRAP), from where it departed to found and direct the Centre of Estudios for Contemporary Culture (CEDEC). The new Center was characterized by a preoccupation with issues pertaining to grassroots social movements and within the CEDEC, Weffort passed simultaneously to collaborate in the founding of the Workers Party (PT). The pretension of the new party was to break with party exists, it would be composed of trade unionists and supporters of social and labor issues in general. For nearly 15 years, from 1980 to 1994, Weffort was secretary general of the PT, but in the presidential elections of 1994, after attending the candidacy of Lula, ended up supporting the victory of Fernando Henrique Cardoso, was invited to occupy the position of Minister of Culture of his new government. Our main goal in this paper is to trace the path Francisco Weffort as an intellectual, trying to rescue his theories in his criticism of the tangent to the popular national heritage, it was from this line of studies that the author built his assumptions to address the issue of democracy in Brazil. When we look back at his intellectual production performed in the period 1964 to 1984 we are able to gain greater understanding of their future policy choices, as is also thrown light on the entire period that preceded the democratization process in Brazil.

KEY-WORDS: Francisco Weffort, *Intelligentsia*, civil society, populism, democratization.

A ironia de Sócrates era uma expressão de revolta? De ressentimento popular? Saboreia, como oprimido, sua própria ferocidade na facada do silogismo? Vinga-se dos grandes a quem fascina? – Como dialético tem-se na mão um instrumento implacável; com ele se pode fazer as vezes de tirano; compromete a quem obtiver a vitória. O dialético deixa a seu antagonista o cuidado de provar que não é idiota; enfurece e ao mesmo tempo priva de toda ajuda. O dialético *degrada* a inteligência de seu antagonista. Como? A dialética era somente uma forma de vingança em Sócrates? [...]. O caso de Sócrates foi um mal-entendido; *toda a moral de aperfeiçoamento, inclusive a moral cristã, foi um mal-entendido...* A luz mais viva, a razão a qualquer preço, a vida clara, fria, prudente, consciente, sem instintos, em luta contra os instintos foi somente uma doença, uma nova doença – e de modo algum um retorno à “virtude”, à “saúde”, à felicidade... Estar obrigado a lutar contra os instintos – essa é a fórmula da decadência: enquanto a vida é *ascendente*, felicidade e instintos são idênticos (Friedrich Nietzsche, *Crepúsculo dos Ídolos*).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1 – Do início da FFCL ao Golpe Militar – uma introdução e contextualização das novas tendências intelectuais.....	15
<i>1.1 A singularidade paulista.....</i>	<i>15</i>
<i>1.2 O nacional-desenvolvimentismo do ISEB.....</i>	<i>22</i>
<i>1.3 A Cadeira de Sociologia I.....</i>	<i>30</i>
CAPÍTULO 2 – Francisco Weffort e o contexto dos anos 1960 e 1970: Entre a USP, o CEBRAP e a inserção na esfera política	40
<i>2.1 Francisco Weffort – considerações preliminares.....</i>	<i>40</i>
<i>2.2 Política de Massas, tradição uspiana e influência marxista.....</i>	<i>42</i>
<i>2.3 Contextualização da trajetória do CEBRAP (1969 – 1976).....</i>	<i>49</i>
<i>2.4 Weffort e duas polêmicas no CEBRAP.....</i>	<i>58</i>
<i>2.5 O radicalismo teórico de Weffort no CEBRAP.....</i>	<i>72</i>
CAPÍTULO 3 – Francisco Weffort, política e a consagração de uma nova “interpretação do Brasil”	84
<i>3.1 Contextualização da trajetória do CEDEC (1976 – 1985).....</i>	<i>84</i>
<i>3.2 Weffort e a crítica radical a herança nacional-popular: a consolidação de uma corrente de pensamento no CEDEC.....</i>	<i>93</i>
<i>3.3 Weffort, novo sindicalismo e democracia.....</i>	<i>107</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	123

INTRODUÇÃO

No dia quatro de outubro de 1994, Francisco Weffort publicou na *Folha de São Paulo* o artigo intitulado *A segunda revolução democrática* se referindo à vitória de Fernando Henrique Cardoso nas eleições presidenciais. Weffort afirmou: “Eu votei em Lula. Por isso mesmo devo ser muito claro em um ponto que fica aqui como uma espécie de preliminar. Fernando Henrique venceu por seus méritos políticos, não pelas maracutaias com que alguns tentaram favorecê-lo” (Weffort, 04/10/1994).

Falando da polêmica gerada pela frase “esqueçam o que escrevi”, atribuída a Fernando Henrique, Weffort argumentou:

Eu entendo que aquela frase escandalosa só pode ter um sentido. É o seguinte: “não me venham complicar a discussão das questões concretas de agora com os escritos dos anos 70, ou 80”. Intelectuais que têm um mínimo de experiência política prática sabem o que isso significa. Se temos uma dificuldade para entender um problema concreto, teremos duas se quisermos, além disso, entender textos anteriores dos protagonistas. Se eu tivesse que voltar aos meus textos diante de cada exigência prática de minha ação, a minha modesta militância se tornaria impossível. Em face da urgência do problema concreto, nenhum intelectual pede para que esqueçam o que ele escreveu, mas que não atravanquem com discussões de textos a análise do problema real. O ponto é outro. “Forget it, let us go” (Weffort, 04/10/1994).

Avançando em sua argumentação favorável ao triunfo de Cardoso, Weffort alegava:

Em determinado momento da campanha, Lula acusou Fernando de plágio. Curiosamente, o “intelectual orgânico” da classe operária trazia à baila um tipo de acusação que só teria sentido entre intelectuais “tout court”. Plágio ou coincidência de pontos programáticos, a questão que se coloca agora é a seguinte: como poderá o PT deixar de apoiar o novo governo pelo menos nestes pontos? (Weffort, 04/10/1994).

Refletindo acerca do futuro da democracia brasileira, Weffort se mostrava otimista:

O Brasil que, como diz Fernando Henrique, não é tão subdesenvolvido quanto injusto, tem agora a sua chance de mudar. Ou melhor, de começar a mudar. E as razões mais simples, pontas de iceberg de processos históricos

muito complexos, são de que terá no governo um grande líder intelectual e, na oposição, um grande líder operário (Weffort, 04/10/1994).

E conclui:

Se a agenda apontar para o lado certo, nós estaremos, como país, caminhando no sentido da consolidação da democracia política e de uma sociedade menos desigual. Estaremos caminhando no sentido de uma economia mais desenvolvida e de uma sociedade menos injusta. Não é isso que se chama, em geral, de modernidade? Se for este o caminho, e eu sinceramente espero que assim seja, estas eleições de 1994 ficarão na nossa história, depois de 1930, como o início da nossa segunda revolução democrática (Weffort, 04/10/1994).

Francisco Weffort, autor destas declarações, colaborou ativamente na fundação do Partido dos Trabalhadores em 1980, executando o cargo de secretário geral do partido até o ano de 1994, ou seja, ele teve participação direta na campanha eleitoral de Lula em 1994. Nossa pergunta é: como é possível entender essa reviravolta em sua trajetória? Como ele chegou a este ponto?

O objetivo principal deste trabalho é investigar Francisco Weffort enquanto acadêmico e não como político. Nosso intuito é realizar uma reconstrução de sua trajetória teórica, do período de 1964 a 1984, a fim de alcançar maior compreensão sobre suas atividades intelectuais.

Trabalhar com um percurso intelectual exige que tenhamos em mente o contexto histórico ao qual o autor em questão estava inserido, uma vez que nenhum arcabouço de ideias brota do nada, ao contrário, é sempre fruto de uma base social bastante definida. Todavia, um pensamento formulado em determinado contexto não se restringe somente a ele, pois pode sobreviver e continuar bastante vivo em contextos futuros. Estamos, assim, diante de uma dificuldade a ser evitada em qualquer pesquisa investigativa sobre o passado, sobretudo no campo do Pensamento Político: o anacronismo. Isto porque “pensar o pensamento” nos remete a uma ideia gestada no passado, mas ainda vinculada de alguma forma a contemporaneidade.

Seguindo esta acepção, Gildo Marçal Brandão (2007) busca mostrar como é equivocada a tentativa de separar o momento histórico do momento sistemático, defendendo a ideia de que devemos, ao olhar para trás, ver que determinado objeto de pesquisa não é simples reflexo de seu momento histórico, mas sim constitutivo dele,

tanto que muitas ideias, quando significativas, ultrapassam seu contexto de origem e sobrevivem. De maneira que

nenhuma grande constelação de ideias pode ser compreendida sem levar em conta os problemas históricos aos quais tenta dar respostas e sem atentar para as formas específicas em que é formulada e discutida; ao mesmo tempo, que nenhuma grande constelação de ideias pode ser inteiramente resolvida em seu contexto (Brandão, 2007, p. 33).

Dessa forma, Francisco Weffort será analisado levando em conta o amplo contexto léxico-linguístico de construção de conceitos e de formas de interpretação histórica, social, política, econômica e cultural ao qual estava inserido no momento em que edificava suas teorizações. Nos anos de 1970, sob um regime autoritário, o país vivia grande desenvolvimento econômico, o que provava que o par “democracia/desenvolvimento” podia se separar sem maiores prejuízos, econômicos pelo menos. O discurso democrático estava amplamente difundido devido ao contexto histórico da abertura política, possibilitando uma união entre intelectuais críticos às tradições políticas do país e um movimento sindical que aspirava por autonomia.

Pretendemos recuar às fundações da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), onde encontraremos, em sua criação, um projeto elitista e taxativamente contra qualquer espécie de relacionamento com a vida política. No entanto, gestou intelectuais que, no futuro, interviriam na condução política do processo de redemocratização do país. Daí a necessidade de começarmos nossa investigação tratando dos diversos processos em andamento na Universidade de São Paulo em seus períodos iniciais.

A experiência universitária de Weffort na USP teve importância categórica em sua trajetória intelectual. Um dos primeiros temas analisados por Weffort, quando era estudante da USP nos anos de 1960, foi o populismo. Posteriormente, na década de 1970, o autor passou a estudar classes populares e seu desenvolvimento urbano, o que o levou a realizar sua tese de livre-docência sobre a relação entre sindicatos e política. Em grande parte devido ao contexto histórico de fins dos anos de 1970, Weffort encaminhou suas análises para o tema da transição de regimes autoritários para regimes democráticos.

O ponto nodal das teorizações de Weffort feitas nas décadas de 1960 e 1970 era a crítica à herança nacional popular da política brasileira. O autor alcançou grande reconhecimento intelectual, o que possibilitou que nos anos de 1980 ele progressivamente compatibilizasse suas atividades acadêmicas com atividades político-partidárias.

Encontramo-nos em face de uma problemática que se revela na simbiose entre a vida intelectual e a vida pública que é operada pela ação de sujeitos que antes de se tornarem intelectuais de vida pública eram essencialmente acadêmicos. Contudo, com o golpe militar de 1964, que os retirou do lócus da universidade, houve uma mudança nas preocupações que animavam a produção do conhecimento.

Deste modo, precisamos recuperar suas formulações teóricas de quando ainda só viviam para a vida universitária, pois do contrário fica comprometida nossa apreensão das transformações teórico-analíticas que entraram em curso ao longo do período analisado. Assim, estamos diante de intelectuais que primeiro reformularam as teorias explicativas sobre o Brasil, e depois partiram para a atuação política (Lahuerta, 1999).

Como refletiremos sobre o aparecimento de novas tendências teórico-analíticas em toda uma geração de intelectuais, da qual Francisco Weffort representa apenas uma fração, consideramos a afirmativa de John Pocock (2003) acerca da necessidade, em estudos sobre o pensamento, de resgatar o universo das *lingues* (línguas) das quais o autor estudado fazia parte para então atribuir sentido às *paroles* (discursos) transmitidas por ele nessas línguas¹.

Quanto mais complexo, e até mesmo quanto mais contraditório o contexto linguístico em que ele [autor estudado] se situa, mais ricos e mais ambivalentes serão os atos de fala que ele terá condições de emitir, e maior será a probabilidade de que esses atos atuem sobre o próprio contexto linguístico e induzam modificações e transformações no interior dele. Neste ponto, a história do pensamento político torna-se uma história da fala e do discurso, das interações entre *langue* e *parole*. Sustenta-se não somente que

¹ Pocock busca desenvolver a filosofia da linguagem de Skinner com o propósito de aperfeiçoar as metodologias empregadas nos estudos históricos sobre o pensamento político. Segundo Pocock, ao explicar determinada linguagem, o historiador pode induzir suas investigações para duas direções: “na dos contextos em que a linguagem foi enunciada e na dos atos de fala e de enunciação efetuados no e sobre o contexto oferecido pela própria linguagem e outros contextos em que ela se situava. Ele procurará, em seguida, observar a *parole* agindo sobre a *langue*: sobre as convenções e implicações da linguagem, sobre outros atores como usuários da linguagem, sobre atores em quaisquer outros contextos, de cuja existência ele possa se sentir persuadido, e possivelmente sobre esses contextos. A linguagem, no sentido em que estamos usando o termo, é a chave do historiador tanto para o ato de fala quanto para o contexto” (Pocock, *Op. cit.*, p. 35).

essa história do pensamento político é uma história do discurso, mas que ela tem uma história justamente em virtude de se tornar discurso (Pocock, 2003, p. 28).

Nesta trilha, um dos objetivos desse trabalho é recuperar, norteados pela figura de Weffort, algumas *languês* e *paroles* da época a fim de atingir uma maior compreensão acerca das escolhas políticas que este autor realizou ao longo de sua trajetória. A partir do resgate de suas teorizações feitas de 1964 a 1984, pretendemos, de forma ampla, reconstruir o seu percurso teórico-analítico dando ênfase à sua interpretação dos temas da época e a forma como estruturou suas formulações.

Assim, nossas pretensões analíticas são: abordar prévia e panoramicamente a influência exercida pela USP na vida intelectual paulistana até o momento do golpe militar de 1964; relatar a atuação de Weffort dentro do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), uma vez que o autor passou a integrar o grupo devido às restrições impostas pela ditadura às atividades da USP; contextualizar a fundação do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea CEDEC em 1976, fruto das iniciativas de Weffort e o inserimento do autor em atividades político-partidárias no contexto da transição democrática.

Um estudo como esse abre caminhos para um maior entendimento do papel da *intelligentsia* nacional no processo de redemocratização do país, pois muitos atores envolvidos, entre eles Francisco Weffort, trabalharam com afinco na busca por respostas ao que acontecia no Brasil naqueles anos de ditadura militar, além de terem ultrapassado os limites de suas funções acadêmicas e adentrado o campo da atividade política.

CAPÍTULO 1 – Do início da FFCL ao Golpe Militar – uma introdução e contextualização das novas tendências intelectuais

1.1 A singularidade paulista

O primeiro passo para obtermos maior compreensão acerca dos processos que levaram a produção intelectual uspiana a atingir o prestígio social que esta obteve ao longo das décadas subsequentes à sua criação é realizar uma análise, mesmo que concisa, da relação política entre São Paulo e o restante do país.

Retomando o conceito weberiano de patrimonialismo, Simon Schwartzman (1975) em estudo específico sobre o relacionamento do estado de São Paulo com o Estado nacional, defende a hipótese de que se havia um caminho único para o desenvolvimento capitalista – do estágio primitivo passando pela acumulação capitalista e industrialização até chegar a um estágio moderno – o percurso brasileiro não corresponde a este modelo. No Brasil, o capitalismo não é nem tradicional, nem desenvolvido ou industrializado, tem seu caminho próprio. Dentro deste contexto, o autor alega que o patrimonialismo sempre foi marca da nossa história, contudo o desenvolvimento de São Paulo se distancia deste padrão.

O argumento de Schwartzman é que o Estado patrimonial sempre agira como “parasita” dos centros econômicos mais dinâmicos, como, por exemplo, ocorreu com a cana-de-açúcar no Nordeste. Dentro desse contexto, a cada colapso econômico as elites locais não mediam esforços para manter seu domínio e se não fosse possível no plano econômico, ela o realizaria no político, daí a relação “dependente” das elites em geral com o Estado. Para o autor, o estado de São Paulo, por ter sido bastante isolado do restante do país até fins do século XIX, teve sua trajetória de desenvolvimento marcada por certa autonomia com relação à coroa portuguesa e posteriormente com relação ao Estado nacional.

Inseridos neste raciocínio, temos na Revolução Constitucionalista de 1932, nosso marco histórico para pensar a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) e os interesses políticos e econômicos envolvidos na criação desta universidade.

Uma vez perdida a batalha constitucional para Vargas, as elites paulistas pretendiam recuperar sua condição de liderança nacional e para tanto projetaram a fundação de uma universidade que pautasse seu desenvolvimento sob marcos científicos

e modernos, caracterizando o projeto como uma verdadeira empreitada para o futuro, no sentido da constituição de futuros quadros dirigentes e especializados para o estado (Miceli, 1989, p. 86). Para a execução plena desta campanha era necessário manter a nova universidade distante dos embates políticos imediatos, ou seja, longe de quaisquer interesses partidários (Lahuerta, 1999).

Sob olhar retrospectivo (e privilegiado), as consequências da missão elitista paulista vão ao encontro direto com nosso objeto de estudo neste trabalho, dotando de sentido a alta profissionalização intelectual de Francisco Weffort e seus contemporâneos, uma vez que a geração deste autor é tributária da trajetória institucional da USP. Sobre os anos iniciais da nova vida universitária paulista, afirma Sergio Miceli (1989):

Em São Paulo, a hierarquia acadêmica que vai se constituindo nas duas primeiras décadas de funcionamento foi sendo modelada por docentes estrangeiros treinados nas regras e costumes da competição acadêmica europeia (e francesa, em particular), todos eles empenhados em instaurar um elenco de procedimentos, exigências e critérios acadêmicos de avaliação, titulação e promoção. O acesso às posições de comando e liderança esteve invariavelmente condicionado à produção e defesa do doutoramento, ao concurso para livre-docência e à conquista da cátedra, preenchendo-se esses lugares de preferência com licenciados nativos que firmaram sua reputação pela excelência de sua produção intelectual, pela herança presuntiva das posições em aberto com o retorno dos estrangeiros, ou então, por uma combinação variável de ambos fatores (Miceli, *Op. cit.*, p. 81).

As rápidas mudanças ocorridas na estrutura produtiva em São Paulo impulsionaram maior estratificação social, atraindo maior mercado consumidor, ou seja, impulsionando a vida cultural. A FFCL, enquanto lócus de difusão de novas disciplinas (como Ciências Sociais e Filosofia, por exemplo) possuía um padrão de recrutamento de quadros bastante diverso do modelo pregado pelas carreiras tradicionais (Engenharia, Direito e Medicina) sendo predominante a presença de mulheres e descendentes de famílias de origem imigrante, geralmente menos abastadas do ponto de vista material e cultural. Com relação à entrada destas camadas na universidade, Miceli afirma:

O mais provável é que tivessem ingressado em um dos dois cursos de ciências sociais abertos na capital paulista [ELSP e USP] por considerarem uma alternativa de formação escolar e cultural condizente com suas pretensões mais modestas de projeção social se comparadas aos privilégios ainda associados aos títulos e carreiras liberais tradicionais [...] Pode-se

inclusive lançar a hipótese de que talvez uma proporção significativa desse primeiro contingente de diplomados em ciências sociais não teria tido outra possibilidade de acesso ao ensino superior não fora a abertura dessa nova carreira (Miceli, *Op. cit.*, p. 78/79).

Nestes anos iniciais o perfil de formação das novas disciplinas voltava-se para a constituição de docentes para o ensino secundário, cujo campo estava em expansão e significava um espaço seguro de profissionalização. Somando-se isso à feição altamente qualificada dos professores da nova universidade, o que encontramos é um novo modelo de formação universitária em que

a dignidade profissional lastreava-se nos pressupostos do saber científico. O conhecimento passou a exigir novos requisitos e é por essa razão que as primeiras gerações de cientistas sociais, formada pela Universidade de São Paulo, atribuíam importância à produção norteada pelos cânones científicos. Apoiavam as suas reflexões em referências bibliográficas, por vezes exaustivas, buscando evidências comprovadoras, construindo análises repletas da erudição pertinente ao campo da investigação. Na verdade, o típico profissional universitário tende a abandonar a forma cultivada da exposição, em nome da precisão das ideias, diferenciando-se, então, das gerações passadas. Além de possuir consciência desse afastamento, procurava mesmo construir a distinção, comprazendo-se em reconhecer a mudança que forjava. Nesse terreno, nascia uma nova forma de reflexão (Arruda, 2001, p. 195).

Dessa maneira, sem nos atermos a tais fatores de origem, fica mais difícil captarmos o sentido da produção dos cientistas sociais que surgiu como resultado dessa formação inicial uspiana. Assim, damos um salto em relação ao contexto da criação da USP na década de 1930 e passamos a analisar sucintamente o período de 1950, cujo desenrolar dos fatos se constitui em mais uma prova da singularidade do percurso paulista em perspectiva comparada a experiência de outros estados do país.

A década de 1950, na conjuntura nacional, foi marcada pela tônica do nacional-desenvolvimentismo, que imperava graças ao crescimento urbano e a industrialização crescente. Em meio a drásticas mudanças no tecido social cabia às camadas intelectuais a reflexão sobre o significado desse discurso e os rumos que o nacionalismo e o desenvolvimento econômico estavam dando ao país, não sendo surpreendente o fato de que havia mais de uma forma de se interpretar as novas configurações que a sociedade brasileira assumia. Pécaut (1990), preocupado com a atuação dos intelectuais, ao analisar o período assinalou:

O “nacional” e o “popular” impregnavam, sem dúvida, tanto o desenvolvimentismo quanto o evolucionismo marxista e o voluntarismo revolucionário. No entanto surgem rachas que impedem a assimilação pura e simples desses esquemas. O nacional-desenvolvimentismo, triunfante durante o governo Kubitschek, esmaece atrás do nacional-marxismo durante o governo Goulart. Mesmo quando parecia prevalecer a equivalência, os usos do idioma nacionalista são bem diferenciados. Em certos casos remetem a uma visão técnica do político; em outros, a uma visão religiosa. Eles permitiam enfatizar ora a unidade do social, ora as suas divisões. Em suma, uma sociabilidade partilhada, mas acompanhada de conflitos em torno do controle das suas finalidades e implicações (Pécaut, *Op. cit.*, p. 106).

Os conflitos colocados por Pécaut dizem respeito às inúmeras correntes adequadas ao nacional-desenvolvimentismo existentes à época, donde se destaca, entre outras, a atuação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), do Partido Comunista Brasileiro (PCB), da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e dos Centros Populares de Cultura (CPCs). Estes exemplos nos servem para demarcar, por contraste, o terreno de atuação da FFCL, uma vez que, na contramão do restante do país², nos intramuros da USP o discurso era o da recusa radical ao fluxo nacional-desenvolvimentista.

Coerentemente ao seu *ethos* de origem, na FFCL predominava certa aversão ao universo da política concreta, entendida pelo grupo uspiano como de estilo estadonovista, ou seja, conservadora e de direita³. Alfredo Bosi, no prefácio do livro de Carlos Guilherme Mota (Bosi, 2008) afirma neste sentido que a inteligência universitária de São Paulo teve o seu “desenvolvimentismo” no plano educacional, a partir do aperfeiçoamento do ensino superior e da defesa da escola pública.

Assim, enquanto o nacionalismo teórico vazava-se nos textos do ISEB e nas revistas de tendência esquerdista, à Universidade (bloqueada a simpatia por

² “São Paulo foi praticamente o único espaço institucional em que se constitui algo próximo ao que se poderia qualificar como uma elite propriamente intelectual. Numa perspectiva de história intelectual comparada, a elite de cientistas uspianos é o que mais se assemelha àquela fração cultivada da classe dirigente capaz de fazer valer sua presença e autoridade em função da contribuição que trás ao exercício de funções culturais irredutíveis à sua contribuição econômica” (Miceli, *Op. cit.*, p. 94).

³ Importante relativizarmos tal afirmação no sentido de que o afastamento do lócus da FFCL de qualquer embate político naquele momento, para além de uma atitude “revolucionária” significava também a busca por seu lugar próprio, em que sua legitimação era dada pelo rigor científico.

qualquer projeto nacional-popular) restava a reafirmação dos princípios liberais que tinham como referência central a Escola (Bosi, 2008).

A fim de explicitarmos as particularidades paulistas, faz-se necessário mencionarmos algumas diferenças marcantes entre o estilo de produção intelectual de São Paulo e do Rio de Janeiro, uma vez que o que encontramos, além da constituição de duas formas de vida cultural, são duas identidades intelectuais distintas que iriam disputar entre si a hegemonia cultural do país. Este embate pode ser caracterizado pela oposição entre o modelo de ciência reivindicado pela FFCL da USP de um lado e pelo ISEB do Rio de Janeiro de outro, pois enquanto o primeiro pregava pelo rigor analítico e afastamento da vida pública, o segundo, desde seu nascimento estava atrelado ao universo da política.

Maria Alice Rezende de Carvalho (1994), ao estudar a origem da singularidade do Rio de Janeiro, mostra que o tipo de intelectual que fez carreira neste estado sempre teve como posto de observação a rua e não as instituições como em São Paulo. Isso significa que São Paulo se desenvolveu intelectualmente vinculado ao mundo da produção, dentro do contexto da industrialização e modernização. O Rio de Janeiro, ao ser escolhida como capital do país, passa pelo processo de modernização junto a um processo de reformulação de seu tecido social, pois era preciso que a nova capital se tornasse exemplo da civilização nacional. Como afirma a autora, “o progresso, entre nós [brasileiros], como fachada, não convencia, não integrava, não incorporava as massas, não condicionaria, portanto, a experiência dos homens a uma nova ética social, de caráter universalista” (Carvalho, *Op. cit.*, p. 41).

Essa avaliação é referente aos tempos republicanos de fins do século XIX. Com o advento do Estado Novo, parte da intelectualidade carioca se coloca a serviço do aparato estatal e o restante fica na marginalidade. Será esta intelectualidade destituída de lugar que se colocará “ao lado do povo”, que também estava excluído. Com a chegada dos anos 1950 e o discurso desenvolvimentista, a universidade se institucionaliza e surge dura crítica aos “excessos” estatistas, movimento este que não fora suficiente para superar os vínculos com o nacionalestatismo, pois o discurso ainda se pautava na dicotomia atraso *versus* moderno (Carvalho, *Op. cit.*, p. 52/53). “Disso resultava, evidentemente, uma revalorização da dimensão política e das soluções que

tinham no poder público o agente, por excelência, da expansão da parte moderna, burguesa e potencialmente democrática do Brasil” (Carvalho, *Op. cit.*, p. 53).

No plano institucional propriamente dito, as divergências de projetos entre São Paulo e Rio de Janeiro são berrantes. No primeiro caso, a preocupação era com a ascensão à carreira universitária, enquanto no segundo

verifica-se uma corrida política em torno das posições disponíveis, logo convertidas em alvos de clientelismo, e rapidamente preenchidas pelos docentes estrangeiros “acima de qualquer suspeita” doutrinária, por jovens provincianos recém-chegados ao Rio na cola de algum protetor ou mandachuva político e por docentes transferidos de cátedras do ensino jurídico ou médico, alguns desses últimos tendo dado provas de serem intelectuais de primeira linha (Vitor Nunes Leal, por exemplo) (Miceli, *Op. cit.*, p. 81/82).

No Rio de Janeiro era amplamente difundido nos meios intelectuais a influência do nacional-desenvolvimentismo. Enquanto teoria que explicava o Brasil, as dualidades do tipo “nação” *versus* “antinação”; “arcaico” *versus* “moderno” se pautavam na constatação do atraso brasileiro, então visto como produto da relação de opressão econômica e cultural exercida pelas nações imperialistas, e que uma vez rompida essa relação o Brasil rumaria ao desenvolvimento⁴.

Distantes desse modelo explicativo, os intelectuais paulistas dos anos de 1950, balizados pelo seu rigor teórico e metodológico vão abordar os problemas nacionais sob outros parâmetros, assim,

os anos 50 assumem especial importância, por corresponderem aos chamados frutos da Universidade, tanto no sentido da entrada em cena das primeiras gerações de professores brasileiros, quanto no aparecimento dos resultados de suas pesquisas (Arruda, *Op. cit.*, p. 200).

⁴ Faz-se necessário aqui relativizar o peso de tais afirmações, no sentido de que em São Paulo também se fazia sentir, de certa forma, o pendor do discurso desenvolvimentista, como afirma Lahuerta analisando a obra de Florestan Fernandes da década de 1950: “Em realidade, com a perspectiva de que o grande problema do país estava na superação dos ‘obstáculos estruturais à emergência da ordem social competitiva’, a sociologia acadêmica de São Paulo, ainda que com um tom muito próprio, também compartilharia de uma visão, até certo ponto ingênua e otimista com relação ao desenvolvimento, que a aproximava das formulações nacionais desenvolvimentistas” (Lahuerta, 2008, p. 312/313).

São Paulo possui um perfil institucional distinto devido ao fato de sua trajetória estar inserida num contexto social de modernização bastante diverso do restante do país e que fora exclusivo a este estado. Sem termos em mente essa diferenciação, fica comprometida a compreensão da natureza das linguagens sociológicas que dali brotou.

As regras da vida acadêmica fincaram as balizas das análises sociológicas em São Paulo e a mão da organização universitária cinzelou a sua forma. Mas as reflexões não ressoaram apenas no intramuros, porque reverberaram problemas vocalizados na cena social (Arruda, *Op. cit.*, p. 202).

Bosi chama a atenção às limitações da responsabilidade que a Universidade teve ao longo desses processos:

Responsabilidade de um observador privilegiado: daí, o seu pendor crítico liberal. O professor ou o pesquisador puro [...] não precisa, como o Estado populista, do aval periódico dos eleitores [...]. Para ele, o importante, o vital, é garantir a cultura letrada, a sua difusão universal e livre [...]. Daí o seu distanciamento em relação a um projeto amplo, nacional-popular, em um tempo em que a vertente mais ativa da esquerda aceitava teses nacionalistas; em um tempo em que a inquietude popular, ora manipulada, ora espontaneamente, espoucava nos comícios de centenas de greves operárias (Bosi, *Op. cit.*, p. 39).

A consequência foi que “o afastamento de qualquer prática popular foi o tributo pago por uma universidade asséptica, laboriosa e penetrada até o âmago dos ideais de rigor acadêmico” (Bosi, *Op. cit.*, p. 40). A universidade pode ter saído de mãos limpas dos embates ideológicos daquele tempo, mas “mãos limpas, mãos vazias, dirá algum maldoso” e com o advento do golpe militar e o fracasso do desenvolvimentismo, seria necessário recolocar em novos termos suas questões.

Todavia, este momento pós-1964 é um ponto a ser tratado mais adiante. Apenas adiantamos o argumento de que apesar de alheia aos acontecimentos políticos do momento, a FFCL acabou assumindo uma postura que viria a ser relativizada posteriormente, sobretudo pela atuação de Florestan Fernandes frente à Cadeira de Sociologia I que já no final da década de 1950 realojaria os termos da relação da universidade com os problemas concretos da sociedade brasileira. Futuramente estas

questões seriam mais uma vez reavaliadas na atuação de seus discípulos ao longo dos anos 1960 e 1970.

Colocamos em voga estas questões para não correremos o risco de cair em esquematismos simplistas, donde se poderia presumir uma “FFCL ética e pura” contra, por exemplo, um “ISEB ideológico e corrompido”. Procuraremos mostrar como a relação entre o trabalho intelectual e a política é constituída por caminhos tortuosos, não possuindo um desenvolvimento linear e, principalmente, dotado de coerência.

Assim, uma vez explicitada algumas das singularidades do desenvolvimento intelectual de São Paulo, partimos para a análise de um de seus maiores contrapontos: o ISEB. Seguimos aqui os pressupostos dados por Wright Mills (2009):

A coisa mais difícil no mundo é estudar um único objeto; quando você tenta contrastar objetos, obtém uma melhor compreensão deles e pode então discriminar as dimensões em cujos termos as comparações são feitas. Você descobrirá que mover-se em vaivém entre a atenção a essas dimensões e aos tipos concretos é muito esclarecedor (Mills, *Op. cit.*, p. 44).

Seguindo esta via, relatar sucintamente⁵ a atuação do ISEB nos permite ilustrar uma das representações da corrente nacional-desenvolvimentista e “inimiga” teórica do grupo uspiano. O intuito é mostrar as inovações teóricas e analíticas feitas pelo núcleo paulista e também contribuir para o entendimento dos motivos que levaram os intelectuais cariocas a aderirem fortemente ao discurso oficial.

1.2 O nacional-desenvolvimentismo do ISEB

O ISEB surge a partir do grupo de estudos intitulado “grupo Itatiaia” que reunia desde 1952 intelectuais paulistas e cariocas para discutir os problemas do Brasil. Já em 1953 o grupo se transforma formalmente em IBESP (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política), e finalmente em 1956 é criado o ISEB enquanto ato oficial do governo federal, através do presidente da república Café Filho. Faziam parte do grupo inicial, entre outros: Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos, Cândido Mendes de Almeida, Álvaro Vieira Pinto, Nelson Werneck Sodré e Roland Corbisier.

⁵ Ressaltamos que nosso objetivo é unicamente localizar o ISEB dentro do nosso debate sobre a singularidade paulista, não cabendo maiores aprofundamentos sobre sua trajetória.

Ao longo ainda da década de 1940 houve um predomínio do uso de teorias econômicas para o entendimento e resolução dos problemas do país. Um grande exemplo da supremacia da teoria econômica é a criação da comissão provisória da CEPAL⁶ em 1947 acompanhada do lançamento do *Manifesto dos Periféricos* de Raúl Prebisch em 1949.

O projeto de desenvolvimento lançado pela CEPAL encontrou no Brasil forte respaldo no ISEB. Assim, no Instituto, o processo de industrialização era pensado enquanto obra do Estado, da burguesia industrial e do proletariado, ou seja, os setores progressistas representantes da “nação” contra os setores da “antinação” representados pelos latifundiários, a burguesia mercantil e a classe média improdutiva. Tem-se dessa forma o nacional-desenvolvimentismo enquanto uma ideologia cuja pretensão era, além de fomentar a urbanização através do incentivo à industrialização, resgatar o sentimento nacional perdido nas condições de dependência (Pécaut, 1990). Somando-se ainda a luta contra o imperialismo, pensado à época como causa da opressão dos países em desenvolvimento.

Todavia, se tal arcabouço nacionalista

encontrava alguma referência na realidade concreta até meados da década de 1950, com a posse de Juscelino Kubitschek e a implementação de seu ambicioso Programa de Metas, a possibilidade de um desenvolvimento capitalista autônomo se esvazia completamente. Pois, como se sabe, para a implementação desse programa de desenvolvimento foram necessários investimentos estrangeiros de grande porte. Tais investimentos, diferentemente de tudo que se fizera anteriormente, não se limitavam a empréstimos avalizados pelo Estado nacional, mas traduziam-se na instalação de unidades produtivas em nosso país e na associação com setores da burguesia nativa. A partir desse momento, sequer simbolicamente é razoável esperar qualquer solidariedade com o projeto nacional libertador por parte das classes proprietárias. Em realidade, consolida-se a desnacionalização da burguesia brasileira, não apenas sob o ponto de vista da propriedade do capital, mas sobretudo do ponto de vista de um projeto de nação (Lahuerta, 1999, p. 34).

⁶ Em 1947 a ONU cria um grupo de estudo para o desenvolvimento da América Latina, um ano depois o organismo se transforma na CEPAL. Pautada numa metodologia estruturalista que, de certo modo, desconsiderava os contextos históricos diversos de cada país da América Latina, a CEPAL caracterizava a dependência por um viés externo e econômico. A ideologia desenvolvimentista pregada pelos cepalinos se pautava em um “desenvolvimento para dentro” como, por exemplo, a aceleração da industrialização para substituição de importações.

Com isso, faltou aos isebianos e outros adeptos do nacionalismo a percepção do “processo em curso de monopolização da economia que a associação da burguesia nativa com o capital estrangeiro representava” (Lahuerta, *Op. cit.*, p. 34).

Devemos ter em mente que tal posicionamento isebiano perante os problemas do desenvolvimento brasileiro não são meramente frutos da imaginação de alguns estudiosos. A questão é complexa, não sendo possível obter qualquer resposta baseados em opiniões isoladas. É preciso levar em consideração a trajetória da vida intelectual carioca como um todo, na tentativa de captarmos o sentido de sua aproximação com o Estado e com os pressupostos do nacional-desenvolvimentismo.

Segundo Werneck Vianna (2004b, p. 214), na década de 1950 ocorreu o encontro da tradição carioca de fomentar reformas “por cima” aos movimentos populares e sindicais que vinham crescendo autonomamente. Com isso, consolidou-se uma aliança entre as elites cariocas, herdeiras da cultura política do Estado Novo (os designados populistas), com os novos sujeitos sociais, o que permitiu a ressignificação da visão do Estado como centro de democratização baseado nos interesses da nação.

Para Caio Navarro de Toledo (1997), a defesa da “nação” contra os interesses da “antinação” era a tônica compartilhada por todos os isebianos. Para estes, tal dicotomia representava a principal incompatibilidade existente na formação social brasileira.

Nas palavras de Guerreiro Ramos: os antagonismos essenciais da sociedade brasileira são atualmente os que se exprimem na polaridade “estagnação” e “desenvolvimento”, representados por classes sociais de interesses conflitantes e, ainda, nação e antinação, isto é, um processo relativo de personalização histórica contra um processo de alienação (Toledo, *Op. cit.*, p. 137).

Toledo via na pregação desenvolvimentista do ISEB, em verdade, um apoio claro à burguesia nacional que lucrava altamente com a recente industrialização do país. Assim, camuflado pela ideia de nação, o discurso isebiano adquiria caráter ideológico.

Exemplo de visão oposta a isebiana, de acordo com Toledo, é a defendida por Fernando Henrique Cardoso em *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*. Em sua crítica a atuação da burguesia industrial, Cardoso percebe que esta categoria mantinha práticas patrimonialistas em suas relações com o Estado, pois buscava obter benefícios “concretos” para sua classe. Esta situação findava numa contradição básica em que apesar de ser a “classe economicamente dominante”, não se

constituíam como “classe politicamente dominante” e assim atuava a reboque do Estado, necessitando de sua proteção. A consequência é que da parte empresarial pensava-se agir para o desenvolvimento econômico brasileiro, escamoteando sua relação real com o proletariado que também imaginava contribuir para o desenvolvimento nacional, quando na verdade colaboravam apenas para o desenvolvimento da classe empresarial (Toledo, 1997).

De acordo com essa ótica, Maria Sylvia de Carvalho Franco (1997), na apresentação da obra de Caio Navarro de Toledo, define o significado da ideologia proposto pelo ISEB da seguinte maneira:

a primazia outorgada à consciência e à ênfase na razão instrumental são necessárias à montagem do ideário sobre as classes sociais, que, por sua vez, sustenta a doutrina do nacionalismo, a qual define o Estado, conduzindo à teoria do imperialismo. Longe de ser uma frouxa, despropositada, inocente fraseologia, o pensamento isebiano está firmemente amarrado num sistema cujas ‘inconsistências teóricas’ mesmas e firmemente sustentam em sua eficácia prática, confluindo no processo de afirmação do capitalismo (Franco, *Op. cit.*, p. 22).

A análise de Toledo acerca do ISEB, cuja versão primeira da obra data de 1974, foi criticada por Bolivar Lamounier (1979). O autor alegou que Toledo caiu num simplismo exagerado ao categorizar tudo o que fosse relacionado à nação como ideológico e o que dissesse respeito às classes fosse a crítica da ideologia. É preciso, segundo Lamounier, relevar o fato de que dentro do contexto dos anos de 1950 era bastante improvável a utilização de uma “teoria das classes sociais”, sendo um anacronismo a exigência do uso desses termos para a época.

Com relação ao tema do nacionalismo, Lamounier é taxativo ao criticar o uso mistificado do termo por Toledo, visto que

quem quer que se lembre dos anos 50 há de saber que, para muitos, o jargão nacionalista significava justamente o oposto da alegada mistificação. Significava crítica ao status quo; significava tomada de consciência de inúmeros problemas, entre os quais o da desigualdade, quer ou não percebida em termos de estrutura de classes; e, sobretudo, significava abertura política, abertura de um espaço maior para a participação. Disse e repito: significava tudo isso *para muitos*. Não para todos. Sem dúvida havia também muitos para quem significava outras coisas, e junto a quem, por conseguinte, ele funcionava de fato como mistificação (Lamounier, *Op. cit.*, p. 156, grifo do autor).

Importa ressaltarmos que naqueles anos vivia-se a expectativa do desenvolvimento, de superar o atraso e de modernizar o Brasil. Apesar das diferenças de projeto, toda a intelectualidade da época – cada qual a sua maneira – pensava acerca da modernização nacional. No caso do ISEB, não obstante o seu caráter ideológico, amplamente criticado por alguns de seus contemporâneos e por leituras como a de Toledo, Lamounier afirma:

Sim, O ISEB propunha-se a formular uma ideologia no sentido de programa, de um conjunto mais ou menos coerente de bases para a arregimentação de forças, para a formulação de políticas específicas, e assim por diante. Sabe-se o quanto era frequente, naqueles tempos, a expressão “tal ou qual partido não tem ideologia”, o que equivalia à mais grave das acusações. Esta é aliás uma aceção privilegiada pela militância política marxista, a qual, como é óbvio, pretende ou julga basear-se numa conjunção permanente e adequada de teoria e prática (Lamounier, *Op. cit.*, p. 158).

Assim, utilizando-se das teorizações feitas por Arantes (1992), Lahuerta (2008, p. 348/349) enfatiza que ao longo da década de 1950 predominava o dualismo enquanto categoria explicativa para quase tudo e mesmo o núcleo da FFCL – cuja pretensão era fugir das explicações (consideradas tradicionais e aristocráticas) de Brasil – não ficou imune à necessidade de embrenhar-se na interpretação da complexa relação entre “atraso” e “modernidade”⁷. Inseridos neste contexto de superação do atraso, um ponto de convergência entre os intelectuais da época era o pertinente à necessidade de democratização da sociedade. O ponto de divergência se dava nas diferentes concepções de Estado, uma vez que enquanto os uspianos acreditavam na superação do atraso pela via do desenvolvimento da ciência, para os cariocas cabia ao poder público a função de induzir as mudanças.

Tal como em São Paulo, o tema da ciência social que procura animar essa via de democratização é o da polaridade atraso-moderno, com a diferença crucial quanto ao papel transformador que ambas preveem para a modernização econômica induzida pelo Estado. Para a Sociologia paulista, essa perspectiva importaria um *transformismo em registro negativo*, uma vez que este seria o caminho de atualização à moderna ordem burguesa das elites tradicionais, mantendo em situação de heteronomia os setores subalternos; e, para a

⁷ Mais adiante voltaremos à discussão sobre a presença de teses dualistas nos estudos do grupo uspiano.

carioca, um *transformismo em sentido positivo*, na medida em que o desenvolvimento econômico não só provocaria o derruimento da sociedade tradicional, como propiciaria uma mudança nas próprias forças de sustentação do Estado, pondo assim em perspectiva a sua democratização a partir do acesso a ele de novas forças sociais, como o sindicalismo (Vianna, 2004b, p. 214/215, grifo do autor).

Pautado nesta diferenciação, Vianna estabelece a Sociologia carioca como representante de uma *intelligentsia* de tipo mannheimiano⁸, visto que se propuseram a intervir publicamente nos processos de modernização do país através de instituições extrauniversitárias ou parauniversitárias como o ISEB.

Encontramos prova de tal posicionamento carioca no momento da campanha pela sucessão de Café Filho, já que alguns integrantes do ISEB passaram a assessorar diretamente o candidato Juscelino Kubitschek. O ISEB, financiado pelo governo, tinha o intuito de desenvolver um projeto de desenvolvimento para o Brasil.

É preciso fazer justiça ao “desenvolvimentismo” de Kubitschek: foi um mito unificador e mobilizador a serviço da consolidação das formas democráticas, permitindo aos militares, tecnocratas, industriais... e intelectuais invocar, similarmente, um “projeto nacional”, esboçando uma abertura para uma participação popular livre das coerções corporativas (Pécaut, 1990, p. 180).

Assim, sob os ditames do nacional-desenvolvimentismo, o núcleo isebiano edificava uma agenda para o Brasil fundamentada no restabelecimento da democracia com base nas novas classes sociais.

Afirmar isso obriga que pensemos que as diferenças entre ISEB e FFCL se pautavam não devido a divergência de projetos societários, mas em decorrência de estilos de trabalho intelectual diferentes (Mannheim, 1968). Tanto no instituto carioca quanto o núcleo uspiano refletia-se sobre os processos de modernização pelos quais passava o Brasil, porém o primeiro se caracterizava por uma “sociologia em mangas de camisa” e o segundo por uma “sociologia enlatada” como Guerreiro Ramos designava o bloco paulista (Vianna, 2004b, p. 217).

⁸ Os estudos de Mannheim sobre *intelligentsia* são complexos e deram margem à inúmeras interpretações. Acreditamos que o ISEB incorporou de Mannheim a ideia de pragmatismo: “De fato, podemos dizer que, para o homem moderno, o pragmatismo se tornou, por assim dizer, em alguns aspectos, o modo de ver apropriado e inevitável, e que, neste caso, a Filosofia simplesmente adotou este modo de ver e a partir dele fez decorrer conclusão lógica” (Mannheim, 1968, p. 99).

Encontramos então a influência das teorizações de Mannheim tanto no ISEB quanto na FFCL. No ISEB sobressaia a ênfase da intervenção política de fato e na FFCL predominava a ideia de “intelectual desvinculado” capacitado a ultrapassar quaisquer interesses particulares. Maria Armanda do Nascimento Arruda nos ajuda a compreender as diferentes “aplicações” do discurso manheimiano:

Em larga medida, a situação dos cientistas da Universidade de São Paulo encontra paralelo com o universo vivido por Mannheim e seu grupo [que na Europa também fora vítima dos problemas da marginalidade social do intelectual]. De um lado, dominavam [intelectuais paulistas] um saber novo e socialmente reconhecido; de outro, não o transformavam em posições de influência mais amplas. É necessário considerar que, nesse aspecto, o grupo visivelmente influente era o ISEB, considerando-se, mesmo, num formulador da política de desenvolvimento do Estado brasileiro. A perspectiva paulista não deixa de ser uma tomada de posição, frente ao papel preeminente dos isebianos no interior dos grandes debates nacionais, que se exprimia através do enfrentamento de ideias e da afirmação dos princípios universais do conhecimento (Arruda, 2001, p. 248).

Apesar destas diferenças programáticas, toda a intelectualidade da época pensava acerca da modernização nacional. Fato é que, se havia uma disputa entre projetos, o da FFCL venceu, pois sua forma de pensar o Brasil fez escola gerando uma corrente de pensamento reproduzida ainda hoje⁹. Entretanto, Arruda pondera o uso do termo escola:

Por certo, a denominação “escola” contém uma certa ambiguidade. Utilizo-a no sentido de identificar um grupo definido de sociólogos da USP, dirigido por Florestan Fernandes, que produziu trabalhos com uma certa afinidade, tanto do ponto de vista temático quanto teórico [...] No caso específico, contudo, talvez a expressão “escola” faça sentido e tenha se imposto à medida que, nos anos 60, a mudança social passa a ser a preocupação básica [...] (Arruda, *Op. cit.*, p. 196-198).

⁹ Carolina Pulici relata que a influência de Florestan a frente da Cadeira de Sociologia I é refletida, também, nas gerações seguintes inclusive da Cadeira de Sociologia II. Isso prova que Florestan mudou os hábitos de pesquisa da FFCL. Tanto que nos anos de 1960, as pesquisas de campo e estudos sobre as indústrias não foram objetos exclusivos da Cadeira I, consolidando a preocupação pela busca de soluções latino-americanas para os problemas nacionais em detrimento da sociologia “desinteressada” tão cara a geração anterior, a qual Florestan se contrapôs arduamente (Pulici, 2008, p. 195-197).

O mais instigante é que, como dito anteriormente, a intelectualidade carioca como um todo, sobretudo os isebianos, era muito mais permeada pela perspectiva de atuação na vida pública, enquanto os paulistas não pretendiam nenhum vínculo direto com a política. Ironicamente, alguns anos depois, numa nova conjuntura política, o quadro se inverteu e foram os paulistas que acabaram adentrando a vida pública. A nossa hipótese a esta “virada” é que a legitimidade alcançada pelos intelectuais uspianos da geração dos anos 1950 e 1960, graças as suas formações pautadas em expressivo rigor científico, é que possibilitou esta nova condição (Lahuerta, 1999).

Para validar esta suposição é preciso analisar a atuação de Florestan Fernandes frente à Cadeira de Sociologia I, já que foi devido à intenção do autor de relegar à sociologia um rigoroso caráter científico e metodológico que ele incutiu em seus alunos o gosto pelo rigor teórico em detrimento da sociologia “desinteressada” pregada pelos mestres franceses e reproduzida nas pesquisas da Cadeira de Sociologia II (Pulici, 2008). No entanto, como veremos mais adiante, Florestan acabaria se tornando “vítima” de suas próprias teorizações, pois com o advento do contexto político, econômico, social e cultural dos anos de 1960, ele fora obrigado a rever suas proposições teóricas, mormente a questão da intervenção racional na realidade de cunho mannheimiano¹⁰.

Uma vez colocados os ditames básicos que nortearam o universo intelectual nacional até meados dos anos de 1950 no tangente às disputas de projetos para o desenvolvimento realizados pela FFCL e pelo ISEB, torna-se imperativo avançarmos nossa análise para fins da década de 1950 e discorrer sobre as atividades realizadas ao redor da Cadeira de Sociologia I, que sob a liderança de Florestan colocaria “em prática” seus objetivos de intervenção racional na realidade.

¹⁰ Pronunciamos aqui um comentário de Florestan acerca de suas mudanças teóricas e afastamento dos pressupostos mannheimianos a título de maior elucidação da questão: “O meu questionamento da Sociologia acadêmica foi feito através de K. Mannheim, com sua localização da Sociologia do conhecimento, sua crítica da Sociologia empírica em sua proposição da *Política como ciência*. Ora, na década de 60, já não usava os seus trabalhos da mesma maneira e, quando retomei o contato com o público nas conferências, passei da crítica à sua concepção do ‘terceiro caminho’ (que rejeitara de plano), à crítica de suas concepções sobre o planejamento democrático e experimental” (Fernandes *apud* Arruda, 2001, p. 251) grifo do autor.

1.3 A Cadeira de Sociologia I

Como apontamos anteriormente, a criação da USP fez parte de um projeto da elite paulistana cujo intuito era a formação de quadros profissionais altamente especializados. Todavia, a consolidação institucional uspiana se efetivou a partir de um crescente desencontro com seu projeto original, cujos termos já foram expostos neste trabalho. Nas palavras de Sérgio Miceli:

Tal pleito [do desencontro] decerto não teria tido êxito não fora o ritmo avassalador das transformações econômicas e sociais em curso no estado de São Paulo, sede dos focos mais intensos de industrialização, urbanização e modernização dos sistemas de ensino e produção cultural. Em outras palavras, sucedeu em São Paulo uma colisão entre o “projeto iluminista” das elites locais e a irresistível profissionalização de setores médios em ascensão social (Miceli, 1989, p. 84/85).

A trajetória de Florestan Fernandes dentro da FFCL constitui-se como representativa deste processo. Devido à origem humilde, Florestan precisou manter uma rígida disciplina de estudos, pois precisava compensar seu déficit educacional. Após ter frequentado os cursos oferecidos pelos professores franceses – e em francês – o futuro catedrático adquiriu certo repúdio pelo tipo de ensino humanista sob o qual obteve sua formação e que depois seria reproduzido pelos professores da Cadeira de Sociologia II.

Assim, podemos considerar que se a FFCL estabelece uma ruptura com estilos de pensamento e produção teórica anteriores e contemporâneas a sua existência (como afirmamos anteriormente), a atuação de Florestan Fernandes a frente da Cadeira de Sociologia I significa uma segunda ruptura, no caso, referida aos hábitos transmitidos pela missão francesa. Tal afirmação se baseia no fato de que ao assumir a direção desta Cadeira em 1954, posto ocupado por Roger Bastide desde 1942, Florestan desenvolve um *ethos* singular de trabalho acadêmico.

Na corrida em busca de seu lugar próprio na academia, Florestan consolidou, certamente, uma das trajetórias mais significativas do pensamento radical no Brasil (Mota, 2008, p. 220). Em sua sólida empreitada intelectual, um tema que sempre o animou foi o referente às teorizações acerca do papel do cientista social e das Ciências Sociais na sociedade. Nesta expedição foi o pioneiro – e maior defensor – na

reivindicação de *status* científico para uma sociologia mais diretamente comprometida com as transformações sociais vigentes no país (Pulici, 2008, p. 68).

Imbuídos neste contexto, Florestan Fernandes e seus principais assistentes, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni, vão angariar esforços para inovar o *ethos* de trabalho acadêmico, se colocando contra o “conhecimento livresco” e valorizando a pesquisa empírica enquanto recurso para afirmar a sociologia como ciência, o que faria a conexão da sociologia com o progresso e o aperfeiçoamento da sociedade brasileira. Todavia, nesta “corrida” rumo ao desenvolvimento social, a sociologia precisaria antes construir sólidas bases teóricas e foi pensando nestes termos que Florestan passou a destacar a necessidade de rigor científico (Souza, 2005).

A extrema ênfase na necessidade de cientificidade, ponto já abordado aqui, precisa ser analisada com cautela visto que apesar de indiscutivelmente representar uma ruptura com estilos de pesquisa existentes à época – o que não é pouca coisa – representava também uma forma de legitimar o seu campo de atuação e realizar sua autoafirmação. Não podemos nos esquecer de que sendo as Ciências Sociais um campo de saber em processo de institucionalização, era indispensável a autoafirmação das carreiras docentes e a formação de sucessores. Estamos assim diante de uma alteração dos

critérios da produção do saber, com a exigência de uma formação profissional dotada de certa unidade e com a introdução de novas noções de rigor e de verdade. A experiência da universidade começava a possibilitar a rotinização do saber sociológico, garantindo-lhe justamente o que lhe faltara até então: a legitimidade institucional e científica. Por isso, durante os anos cinquenta, o essencial permanece sendo a constituição dos padrões da carreira universitária, já que as Ciências Sociais ainda não haviam adquirido grande importância para a reflexão intelectual brasileira (Lahuerta, 1999, p. 36).

Importa elucidarmos que o surgimento dessa linguagem científica é, inclusive, expressão do grau de modernidade da cidade de São Paulo, uma vez que o tecido social da cidade se mostrava “complexo, comportando múltiplas hierarquias em permanente movimento” (Arruda, 2001, p. 213). Somente neste contexto onde impera relações mais racionais, podem-se produzir conhecimentos especializados. De acordo com Arruda:

No caso de São Paulo, agrega-se o próprio fato de que a rápida transformação engendrou um profissional devotado à reflexão sobre os processos sociais da

mudança. Em outros termos, a sociedade gera questões passíveis de ser absorvidas pela análise científica, isto é, capazes de se tornar objetos de estudo. A modernização social implica propor formas de conhecimento, segundo pressupostos renovados. As Ciências Sociais nutriam-se dessa fonte (Arruda, 2001, p. 214).

Refletindo sobre esses processos singulares a São Paulo, fica mais inteligível a forma mediada com que o núcleo da Cadeira de Sociologia I proferiu os problemas imediatos do país. Florestan Fernandes concentrou seus esforços na interpretação do Brasil moderno pautado nos “fundamentos empíricos da explicação sociológica”, ou seja, contra o ensaísmo e defensor do uso de teorias baseadas em pesquisas com dados empíricos.

Seguindo a tese da “demora cultural”¹¹, destacava que alguns setores da sociedade apresentavam focos representativos de grandes avanços perante outros que se mantinham atrás, sendo este o motivo para o não desenvolvimento geral do país.

Uma das hipóteses mais penetrantes da moderna interpretação sociológica é a da demora cultural. Ela consiste na presunção de que, quando não é homogêneo o ritmo de mudança das diversas esferas culturais e institucionais de uma sociedade dada, umas esferas podem transformar-se com maior rapidez do que outras, introduzindo-se um desequilíbrio variável na integração delas entre si. Quando isso ocorre, é óbvio que no período de transição se produzem atritos e tensões resultantes das próprias condições de mudança social. As expectativas de comportamento antigas e as recém-formadas coexistem inevitavelmente durante algum tempo, criando fricções nos ajustamentos dos indivíduos às situações sociais que são por elas reguladas socialmente (Fernandes, F., *Mudanças sociais no Brasil*, São Paulo: Difel, 1979, p.458 *apud* Souza, 2005, p. 40).

Como não é nosso intuito esmiuçar a trajetória intelectual de Florestan Fernandes, ressaltamos apenas que as proposições colocadas acima estão inseridas no contexto do início dos anos de 1950, momento em que Florestan se preocupava com o tema da democratização da sociedade e a superação do atraso¹².

¹¹ Conforme Souza (2005), a teorização original sobre demora cultural está em OGBURN, William. *Social change: With respect to the culture and original nature*. Nova York, B. W. Huebsch, 1922.

¹² Posteriormente, Florestan reformularia enormemente tais proposições. Em texto ainda de 1962, Fernandes assume ter tido uma ilusão com tais pressupostos. Em suas novas formulações, o autor encara a ideia de “problema nacional” como “tendência antagônica à mudança” em proporção sociopática, pois há feroz apego ao passado (Romão, 2006, p. 79).

De qualquer forma, ao longo da década de 1950 prevaleceu nas análises de Florestan a ênfase nos “obstáculos estruturais à emergência de uma ordem social competitiva”, fundamentada na necessidade do Brasil se capitalizar e democratizar.

Assim, ao se debruçar sobre as questões pertinentes ao desenvolvimento, o grupo uspiano da escola sociológica paulista teve como eixo de suas reflexões o questionamento sobre as razões, o perfil e os efeitos do atraso no Brasil. A especificidade de seu caminho foi certa recusa da visão dualista, comum à maioria dos intérpretes daquele período, cujo pensamento defendia que o processo de mudança social se dava linearmente, como um *continuum* no qual o intuito basicamente era superar o atraso (Bastos, 2002, p. 186).

Cabe aqui ponderarmos os termos da “recusa” das teses dualistas em Florestan e seu grupo. Paulo Eduardo Arantes (1992) ao realizar estudo consistente sobre esta questão mostra como o tema é complexo. A citação é longa, porém bastante elucidativa:

Florestan aproveitou de tudo um pouco no propósito de esclarecer a natureza do processo brasileiro por excelência, a transição da “ordem escravocrata-senhorial” para a desejada (inclusive pela referência democrática oblíqua) “ordem social competitiva”. Numa palavra, o assim chamado Brasil tradicional era um regime ambíguo de castas e estamentos, enquanto o suposto Brasil moderno, que começou a nascer com a Independência, deveria ser uma sociedade de classes, que no entanto custava a se completar. O esquema dual se distendia assim no tempo. Ou melhor, se não havia lugar para o burguês e o lucro no Antigo Regime brasileiro, tampouco conhecêramos o feudalismo ou qualquer uma de suas variantes. Ambivalência abafada todavia pelo vínculo colonial: enquanto permanecesse “heteronômica” (como gostava de dizer Florestan) a produção colonial, seria descabido projetar no senhor de escravos a sombra do empresário capitalista. Mas a rigor a dualidade só entraria em cena com a crise do Antigo Sistema Colonial. Mais exatamente, as antigas estruturas coloniais de produção e dominação ultrapassariam, além do mais fortalecidas, o limiar da Independência, consolidando no nosso oitocentos o que Florestan também passará a chamar de *dualidade estrutural*: de um lado o mando consagrado pela tradição, cuja base produtiva permanecia intacta, de outro as formas de poder exigidas pela ordem legal do novo país soberano (Arantes, *Op. cit.*, p. 30).

As considerações de Arantes nos servem para colocar em voga que até esse momento das teorizações da Cadeira de Sociologia I não se podia falar de unidade dos contrários sem uma estrutura binária que a colocasse em movimento (Arantes, *Op. cit.*, p. 71), todavia, isso não serve para desqualificar de forma alguma o rompimento com o dualismo executado pelo grupo naquele momento, servindo somente para, de antemão,

lançarmos as problemáticas teóricas que no futuro levariam o bloco uspiano para os caminhos da dialética.

Assim, independente dessa discussão, ao recusar a posição dualista que imperava nas interpretações de Brasil da época, Florestan Fernandes e seu grupo alteraram o sentido do atraso de forma que as duas pontas do *continuum* se encontrassem gerando a partir daí um “circuito fechado” e pouco linear. Com essa circularidade em mente, surgem perguntas diferenciadas para a reflexão. De acordo com Bastos, podem-se considerar três perguntas:

como explicar o dinamismo da economia brasileira em face dos outros países da América Latina, um dinamismo que, mesmo com a autonomia da colônia, continua com seu centro definido externamente? Por que esse dinamismo, apesar de ter gerado uma base produtiva diversificada reitera a exclusão social, a pobreza e as disparidades regionais? Como compreender a presença de elementos arcaicos e modernos na estruturação da sociedade brasileira? (Bastos, 2002, p. 186/187).

A busca por respostas a essas questões levou Florestan Fernandes e seus assistentes a uma análise que tinha como referência dois elementos complementares: a história e a totalidade. Buscavam analisar o Brasil enquanto forma particular de realização do capitalismo e não, como fazia grande parte da intelectualidade do momento, partindo da constatação de seu atraso em comparação às experiências clássicas do desenvolvimento capitalista (Bastos, *Op. cit.*, p. 187).

Esta movimentação teórica presente em Florestan era sintomática do que ocorria em toda a produção da FFCL, daí Lahuerta o considerar “o elemento de ligação entre a matriz de pesquisa referenciada pelos professores estrangeiros e a vontade de participação que emanava da conjuntura radicalizada entre os jovens no início dos anos 60” (Lahuerta, 1999, p. 48).

Além da conjuntura do período e das influências pessoais de Florestan, duas experiências contribuíram decisivamente para firmar a virada conceitual do grupo uspiano: *O Seminário de Marx* e o Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT).

Em fins da década de 1950, Arthur Giannotti ao realizar uma viagem pela Europa, em pleno auge da crise do stalinismo, retorna ao Brasil sugerindo aos seus colegas da USP a criação de um grupo de estudos sobre *O Capital* de Karl Marx. Entre

os integrantes estavam, além do próprio Giannotti, Fernando Henrique Cardoso, Paul Singer, Octávio Ianni, Roberto Schwarz, Ruth Cardoso, Fernando Novais, Bento Prado Jr., entre outros¹³. O evento teria menos importância se não tivesse contribuído cabalmente para elencar uma guinada teórica à esquerda de toda a “cultura ilustrada paulistana” (Lahuerta, *Op. cit.*).

O grupo que se reuniu em torno do *Seminário de Marx* destoava do *ethos* de trabalho uspiano na medida em que se contrapunha ao cientificismo eclético pregado por Florestan Fernandes, já que o grupo colocava as teorizações de Marx cada vez mais em destaque. Nas próprias palavras de Florestan em *A Sociologia no Brasil* (1977):

Apesar das pequenas diferenças de idade, eles surgiam diante de mim e dos estudantes como a *nova geração*. Eu não dispunha de tempo para retomar leituras maciças ou para aprofundar os meus conhecimentos sobre os expoentes das novas tendências filosóficas, sociológicas e socialistas. Eles constituíam um círculo de estudos, por exemplo, no qual se associaram sociólogos, economistas e filósofos, que começou por uma análise dos textos de Marx. Eu me vi excluído. Achei natural – pois eu era ‘o professor’. Tampouco me ralei, já que tinha muito o que fazer. Contudo, ficava delineada uma situação: os “novos” vinham a todo vapor, tinindo como nós os mais velhos gostaríamos que eles fossem. Quanto a mim, ou eu me condenava a um precoce ocaso, ou teria de suplantar-me. Às vezes eu tinha vontade de rir por dentro (Fernandes, 1977, p. 191).

Lahuerta (*Op. cit.*) destaca que a iniciativa do *Seminário de Marx* surgiu da vontade daquele grupo de adquirir maior autonomia perante Florestan, isto porque seu brilhantismo e profissionalismo adquiriram tamanha dimensão que suas posições intelectuais se tornavam geralmente absolutas. Todavia, podemos afirmar que foi devido a seu exacerbado profissionalismo que Florestan “ficou para trás”, isso porque como o próprio afirmou:

Do meu ponto de vista, o “bom assistente” era aquele que evidenciasse uma capacidade de trabalho pelo menos igual à minha, em quantidade e qualidade. Procurei os assistentes que me pudessem “fazer sombra” e sempre estimei uma corrida aberta entre todos nós, no que se referisse à produção intelectual [...] Acima de tudo, combatíamos a acomodação e a mediocridade intelectual, males que já estavam rondando a Faculdade de Filosofia, na medida em que os padrões de ensino e pesquisa, estabelecidos pelos

¹³ Nos anos de 1960 outros intelectuais passaram também a constituir grupos de estudo sobre Marx, dentre eles cabe destaque à Michel Lowy, Ruy Fausto, Emília Viotti da Costa, Sérgio Ferro, João Quantim de Moraes, Francisco Weffort, Lourdes Sola, Cláudio Torres Vouga, Albertina de Oliveira Costa, Paulo Sandroni, Beth Milan, Emir Sader, Eder Sader, entre outros (Lahuerta, *Op. cit.*, p. 86).

professores estrangeiros, eram incorporados ao nosso patamar humano e à nossa realidade cultural (Fernandes, . *Op. cit.*, p. 185, grifo do autor)

Sem falar em seu explícito estímulo a competição em que, segundo Florestan: “não crio gatos, crio tigres e leões” (Fernandes *apud* Pulici, 2008, p. 87).

Neste contexto, um grupo treinado a fazer pesquisa tão rigidamente e preocupado com o rigor teórico não poderia ter proporcionado outro resultado senão o obtido: uma leitura estrutural impecável da obra máxima de Marx. Ressaltando que a interdisciplinaridade presente no grupo contribuiu substantivamente para um maior aprofundamento de suas análises, cujo objetivo principal era a elaboração de uma “nova interpretação sobre o Brasil” centrada no exame do estágio alcançado pelo capitalismo brasileiro que àquela época passava por drásticas transformações (Lahuerta, *Op. cit.*).

Vale esclarecer que o marxismo deste grupo não se deu motivado por ideais revolucionários¹⁴, o intuito era entender as mudanças ocorridas, sobretudo em São Paulo, devido à industrialização e as transformações sociais decorrentes do avanço do capitalismo no país. Estas análises colocaram o grupo numa posição teórica bastante crítica com relação às interpretações de Brasil existentes à época (Lahuerta, *Op. cit.*, p. 56).

A grande contribuição de Marx ao grupo uspiano se dá pelo fato de que esta aproximação não se deu baseada num ecletismo *a la* Florestan, significou uma verdadeira e inquestionável guinada à esquerda das teorizações daqueles intelectuais. “Para eles [grupo de *O Capital*], rigor significava exercício do raciocínio dialético, com sua ênfase na totalidade, com a busca das múltiplas determinações, com a preocupação em estabelecer as mediações, etc” (Lahuerta, *Op. cit.*, p. 57).

Paulo Eduardo Arantes (1992) relata os percalços sofridos pelos uspianos na tentativa de superar o estruturalfuncionalismo que então dominava o cenário intelectual, mormente na produção de Florestan, e introduzir, pautados em forte rigor teórico-metodológico, o método dialético de investigação: contra a lógica dualista, a dialética

¹⁴ Seguimos aqui as teorizações de Perry Anderson em *Considerações sobre o marxismo ocidental* (Anderson, 2004). Esta obra é caracterizada principalmente pela afirmação de um pensamento marxista crítico e dialético, sobretudo desvinculado da prática, o que o diferencia do pensamento marxista soviético. Assim, o uso da referência ao marxismo ocidental no caso da intelectualidade paulista e sua guinada a esquerda deve ser matizado, pois aqui houve relativamente uma junção entre teoria e prática, no sentido de usar o marxismo para se pensar o Brasil e instituir novas interpretações, o que extrapola, em parte, a intenção estritamente metodológica de Anderson.

colocava os problemas do capitalismo nacional como contradição pura e simples e não mais como justaposição de quadros imperfeitos. Neste ponto, pode-se falar inclusive de uma “dualidade constitutiva” do Brasil, pois aqui, “a aparente posição em falso do liberalismo, longe de denunciar a fraseologia suspensa no ar, era na verdade expressão adequada das relações de produção em vigor no país. Duplicidade, contradição, sem dúvida, porém plenamente funcionais” (Arantes, *Op. cit.*, p. 81).

Nas palavras de Fernando Henrique Cardoso em *Maria Antônia: uma rua na contramão* (Cardoso, 1988):

Com o populismo de Jânio e Jango, com o ISEB nacionaldesenvolvimentista e com a presença das massas urbanas o Brasil mudara. E nós também. A ‘luta de classes’, as contradições do capitalismo, a dialética (em lugar do ‘método funcionalista’ que tinha em Florestan um ardoroso defensor) passaram a ser o pão nosso de cada dia (Cardoso, *Op. cit.*, p. 30).

Foi nestes termos que se deu a mudança de perspectiva analítica na FFCL no referido período. Os estudos que surgiram enquanto fruto dessas novas teorizações estão como prova. Diferentemente da tradição dos estudos marxistas da época, os intelectuais que compunham este novo grupo se distanciavam de visões dogmáticas. Sob tal conjuntura, Florestan, depois da experiência com a Campanha da Escola Pública¹⁵, além de se distanciar do funcionalismo, passa a dialogar com o marxismo de seus assistentes, “um estímulo para que o mestre repensasse as teorias sobre o capitalismo, o regime de classes e o Estado nos centros imperiais da civilização industrial” (Lahuerta, *Op. cit.*, p. 51). A partir de então, Florestan mergulhou no problema da especificidade do capitalismo dependente, enfatizando a necessidade de se entender a consciência burguesa no Brasil.

No contexto dos anos de 1960, encontramos uma FFCL envolvida com os problemas do momento. Apesar do crescente prestígio alcançado por seus assistentes, Florestan ainda aparecia como a influência mais forte da faculdade quando teve a iniciativa em 1962 de criar o CESIT. O Centro surgiu vinculado a Cadeira de Sociologia

¹⁵ Em 1960 a Campanha em Defesa da Escola Pública surgiu enquanto repulsa ao projeto de Leis sobre Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), aprovado em janeiro de 1960 pela Câmara dos Deputados. “Ao acompanhar de dentro a polêmica, como um dos principais contendores e articuladores da Campanha, Florestan tem a oportunidade de se deparar com as forças sociais e a mentalidade dos grupos em disputa. O sociólogo, no papel de militante, obtém um olhar diferenciado sobre a realidade social” (Romão, 2006, p.71/72).

I e serviu como o espaço institucional das pesquisas feitas pelos integrantes da Cadeira (Lahuerta, *Op. cit.*, p. 65).

O CESIT nasceu tendo um projeto principal de desenvolvimento denominado *Economia e Sociedade no Brasil*¹⁶. Foram elencados quatro temas de pesquisa considerados prioritários à estratégia de desenvolvimento econômico: análise sobre a mentalidade do empresariado; do Estado; da força de trabalho e das disparidades regionais. Pode-se dizer que em comum estes temas tinham o argumento de que a alteração da mentalidade deveria ajustar-se ao desenvolvimento econômico (Romão, *Op. cit.*, p. 65).

Não adentraremos aqui em discussões sobre detalhes das pesquisas do CESIT, sendo suficiente retermos que a novidade dos estudos do Centro surgiu a partir do uso do método dialético na análise do desenvolvimento do Brasil: percebeu-se que não bastava pensar nos “obstáculos estruturais” e sim em como o “atraso” se combinava ao “moderno”. Este novo posicionamento teórico, realizado a partir do projeto *Economia e Sociedade no Brasil*, provavelmente significou a ruptura com ele próprio, já que se perdia o fio condutor em comum que havia entre as temáticas deste projeto¹⁷.

Pode-se afirmar que foi a leitura de Marx que levou esses intelectuais a encontrarem definitivamente seu lugar e se contraporem às interpretações do Brasil existentes à época, permitindo a consolidação do deslocamento teórico iniciado ali, em que a questão da dependência mostrava os limites das classes sociais no Brasil e as possibilidades do capitalismo no Brasil (Lahuerta, *Op. cit.*).

Com o golpe de 1964, o CESIT teve suas atividades em grande parte interrompidas. A partir de então o Centro se reduziu a função de fornecer quadros profissionais para a Cadeira de Sociologia I. Mas as consequências – nefastas – geradas pela ditadura militar estavam apenas começando e em 1968 o CESIT foi definitivamente extinto.

¹⁶ A influência das teorizações de Mannheim (1968) na consolidação deste projeto são bastante evidentes, uma vez que o autor húngaro defendia que cabia aos intelectuais interpretar a realidade e dela elaborar uma síntese, fornecendo explicações de mundo para o processo de mudança social. Era exatamente esta a intenção de Florestan com o projeto *Economia e Sociedade* no CESIT.

¹⁷ As obras produzidas a partir do projeto *Economia e Sociedade* representam o amadurecimento da interpretação do Brasil feita pelo grupo. Com a introdução do método marxista da dialética há a ruptura definitiva com as teses da demora cultural e do dualismo, passando-se a pensar o Brasil como subsistema do capitalismo (Romão, *Op. cit.*, p. 173-175).

Devido ao contexto político autoritário, a influência da leitura de Marx traria consequências ainda mais relevantes no campo teórico e político, isto porque uma vez instaurada a ditadura, o grupo da Maria Antônia passou a ter como preocupação primordial a explicação do golpe e o que decorreria com o país a partir de então. Esta inquietação acabou por aproximar, teoricamente e em parte, o bloco uspiano dos pesquisadores do ISEB, ambos prejudicados pelo regime militar.

O grupo paulista passava a ver a importância da relação entre Estado e Sociedade Civil, problemática tipicamente isebiana. Numa palavra, o que havia de comum entre os projetos era desvendar os entraves que se colocavam para a modernização do país. Contudo, graças aos estudos de Marx, o grupo uspiano foi um pouco além e questionava não apenas os obstáculos à imposição de relações modernas no país, como também as formas com que o “atraso” se combinava ao “moderno” e era funcional a ele (Lahuerta, *Op. cit.*, p. 72-78).

O que quisemos mostrar a partir desta breve contextualização da trajetória intelectual do grupo de Florestan foi o caminho percorrido por estes estudiosos até o momento do golpe que os retirou da vida acadêmica. Sem esta apresentação do contexto histórico anterior, o entendimento acerca dos processos que viriam a ocorrer pós-1964 fica consideravelmente comprometido, pois o que se sucedeu foram eventos bastante complexos, fazendo-se necessário recorrer ao embrião da “Escola Sociológica Paulista” na busca por respostas às diversas movimentações teóricas e práticas ocorridas desde então.

CAPÍTULO 2 – Francisco Weffort e o contexto dos anos 1960 e 1970: Entre a USP, o CEBRAP e a inserção na esfera política

2.1 – Francisco Weffort: considerações preliminares

Francisco Weffort nasceu em 1937 na cidade de Quatá, interior de São Paulo. Teve sua formação na área de Ciência Política sob a orientação de Paula Beiguelman, titular da Cadeira de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP dos tempos da “Maria Antônia” e aposentada em decorrência do AI-5 em 1968.

Em 1961, aos 24 anos de idade, Weffort dava aula de Ciência Política para os alunos de graduação do curso de Ciências Sociais da FFCL¹⁸. Sua carreira precoce nos permite incluí-lo na tradição de excelência intelectual e profissional da “Maria Antônia”. Aliás, ao longo da nossa jornada por suas teorizações, veremos que Weffort foi o intelectual que levou mais adiante a dura crítica ao varguismo que deu origem a USP, sendo considerado o maior representante da vertente de pensamento anti-varguista de sua época.h

Em seu currículo da USP, constam seis linhas de pesquisa, cronologicamente divididas em: estudo das raízes sociais do populismo (1964 – 1967); estudo sobre classes populares e desenvolvimento social/desenvolvimento urbano no Brasil (1969 – 1974); estudo das relações entre sindicalismo e Estado e Sindicatos e Política (1976 – 1978); estudo sobre a transição de regimes autoritários para regimes democráticos na América Latina e Democracia (1980 – 1993); estudo sobre as teorias das origens do Estado e da sociedade da época moderna (desde 2002); estudo sobre Bandeirantes e Jesuítas (desde 2008).

Esta cronologia nos serve de duas formas, primeiro para demarcar temporalmente nossa análise e segundo como demonstrativo das mudanças teóricas de Weffort. Dessa forma, nos debruçaremos majoritariamente sobre seus estudos de 1964 à 1984. O momento posterior a 1993 é ilustrativo da prioridade dada pelo autor a sua

¹⁸ As informações referentes à sua trajetória institucional na USP foram retiradas da página: <https://sistemas.usp.br/tycho/CurriculoLattesMostrar?codpub=97A0A6621579> (último acesso: 22/03/2012).

carreira política, retornando à vida acadêmica de fato apenas em 2002 e abordando temas um tanto distantes dos anteriores¹⁹.

À título de informação e demonstração de sua excelência acadêmica, expomos alguns dos orientandos e orientandas de maior destaque de Weffort na USP: Eli Diniz Cerqueira – sobre a classe empresarial (1978); Luís Werneck Vianna²⁰; José Álvaro Moisés – sobre as classes operárias (1978); Maria Hermínia Tavares de Almeida – sobre as classes trabalhadoras (1979); Maria Victoria de M. Benevides Soares – sobre a UDN e o liberalismo (1980); Régis Stephan de Castro Andrade – sobre o Estado e a ordem política (1982), entre outros²¹.

Assim, vemos que Weffort teve “seguidores” em sua temática sobre classes operárias e assuntos correlatos. Até chegarmos à sua atuação no CEDEC, veremos que sua influência só aumentou com o decorrer do tempo.

Após o golpe militar, Weffort foi para o Chile onde trabalhou como pesquisador da CEPAL. Ao voltar para o Brasil não pôde retomar suas atividades acadêmicas na USP como antigamente, visto que a universidade estava altamente politizada devido ao contexto do regime militar. A alternativa encontrada pelo autor foi se engajar, como seus pares uspianos, no CEBRAP. Weffort passou a integrar o grupo no início dos anos de 1970.

A experiência de Weffort no CEBRAP é bastante importante para compreendermos tanto suas teorizações como suas atividades políticas. O CEBRAP permitiu ao autor muito mais que apenas prosseguir com sua vida intelectual, impossibilitada pela repressão da ditadura, pois foi neste ambiente que ele aprendeu a trabalhar com questões burocráticas, organizacionais e políticas, além de fazer contatos diversos dos contemplados pela vida restrita à universidade. Essa abertura a universos outros, ocorrida nos anos iniciais do CEBRAP, é o fator explicativo da inserção daquela geração de intelectuais na vida política do país.

¹⁹ Bernardo Ricupero (2007), em resenha ao mais recente livro de Weffort *Formação do Pensamento Político Brasileiro*, de 2006, afirma que Weffort retirou de suas análises o tom marxista-radical em prol de um discurso culturalista aos moldes dos proferidos no período anterior a Florestan.

²⁰ Encontramos esta informação documentada em uma entrevista de Werneck concedida à Maria Alice R. de Carvalho na página <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=1001> (último acesso 22/03/2012), todavia, no banco de teses do PPGS da USP não consta a tese do autor.

²¹ Informações extraídas da página <http://www.fflch.usp.br/ds/pos-graduacao/teses.html> (último acesso 22/03/2012).

Dessa forma, no novo contexto histórico inaugurado com a abertura política de 1974, Weffort demonstrava cada vez mais suas aspirações teóricas e políticas. Respalçado pelo seu reconhecimento intelectual que crescia vertiginosamente decidiu sair do CEBRAP e montar um novo Centro de pesquisas, o CEDEC. Neste Centro, Weffort certamente era o intelectual de maior prestígio e liderando um grupo cujo foco de análise eram os movimentos sociais o autor teve condições de desenvolver um novo tipo de trabalho, diferente do praticado no CEBRAP, e se constituir com um grande intelectual de vida pública.

2.2 – Política de Massas, *tradição uspiana e influência marxista*

No primeiro capítulo discorreremos sobre a trajetória institucional da FFCL da USP, sobretudo o núcleo da escola sociológica paulista. O objetivo foi mostrar as mutações teóricas ocorridas com o tempo, sobretudo as transformações decorrentes da introdução do marxismo na vida intelectual do grupo somadas ao *ethos* científico de trabalho propugnado por Florestan.

Nossa intenção agora é analisar o trajeto exclusivo de Francisco Weffort dentro deste contexto de radicalização. Iniciamos nossa análise a partir do artigo *Política de Massas*. O texto fez parte do livro *Política e Revolução Social*, trabalho coletivo envolvendo, além de Weffort, Gabriel Cohn, Octavio Ianni e Paul Singer, elaborado em 1963, mas publicado apenas em 1965²². O interessante deste artigo e dos demais incluídos nesta obra é que, apesar das diferenças entre os autores, todos compartilhavam o interesse em realizar análises que recusassem os aspectos ideológicos geralmente presente nos estudos da mesma temática, valorizando o viés marxista pautado nas relações de classe no Brasil (Lahuerta, 1999, p. 91).

Weffort, em consonância com a linha de pesquisa que desenvolvia, cuja pauta era o entendimento das raízes sociais do populismo, questionava o processo de

²² Esse artigo de Weffort foi reeditado em 1978 em seu livro *O populismo na política brasileira*. Nas *Notas do autor*, Weffort assim o definiu: “*Política de massas* é de setembro de 1963, quando o populismo brasileiro era o poder vigente ou, pelo menos, aparentava sê-lo. É por isso que, não obstante as alterações de redação que se fizeram necessárias para sua publicação num livro organizado em 1965 por Octavio Ianni, manifesta ainda uma intenção polêmica que era a minha naquele momento” (Weffort, 2003, p. 09).

incorporação das massas na estrutura política do capitalismo brasileiro. Segundo o autor, o populismo era nefasto para a inclusão das massas na sociedade, uma vez que

o populismo é efetivamente um fenômeno de massas, no sentido de que classes sociais determinadas tomam, em dadas circunstâncias históricas, a aparência de massa... Então, o isolamento do indivíduo dentro da massa impõe-lhe a necessidade de uma relação essencialmente política com o poder, o que só pode ocorrer no sistema capitalista, isto é, associa-se intimamente a um sistema social de classe. Desde modo, ao mesmo tempo em que reconhecemos no populismo um fenômeno de massas, temos de especificar em cada uma de suas formas sua natureza política, que conduzirá necessariamente a uma especificação de classe (Weffort, 1965, p. 174).

Fazendo uso de categorias analíticas do marxismo, Weffort construiu uma argumentação radical na crítica ao populismo e ao nacionalismo vigentes nas décadas anteriores ao golpe de 1964. O advento do desenvolvimento capitalista incitou em Weffort, em conformidade com o raciocínio da escola sociológica paulista, o questionamento sobre as razões e os efeitos do atraso no Brasil. O ponto de partida metodológico implícito na tradição de pensamento da escola sociológica paulista era que “a análise a partir da periferia permite indagar sobre os princípios que articulam o sistema” (Bastos, 2002, p. 201). Seguindo este raciocínio, Weffort buscava mostrar que o problema das massas era de ordem política:

O populismo é um fato político muito mais amplo na sociedade brasileira urbanizada e em transformação, lança raízes na estrutura social urbana que sofre o impacto do desenvolvimento capitalista. Faz-se necessário, portanto, indagar quais as *situações de classe que se encontram atrás desta manifestação política das massas* (Weffort, 1965, p. 176, grifo nosso).

Rubem Barbosa Filho (1980) realizou uma revisão sistemática das teorias do populismo e concretizando uma crítica interna à teoria, o autor mostrou a forte influência da Teoria da Sociedade de Massas²³ sobre as análises do fenômeno político

²³ “A Teoria da sociedade de massas apresenta-se como uma tentativa de resposta simultânea a um duplo desafio. Em primeiro lugar, busca fixar os termos da resolução de um permanente dilema do liberalismo, constituído pelas relações entre o individual e o coletivo ou social. Por outro lado, apresenta-se como uma resposta definitiva ao marxismo, por se vincular a um modelo de sociedade posto como final da história

do populismo. Em *Política de Massas* ficou nítida esta influência, visto que a teoria sobre populismo utilizada por Weffort reconhecia à Teoria da Sociedade de Massas a questão da emergência das massas e tentava coloca-la no interior de uma visão marxista.

Para Weffort o que gerava expressões populistas era a impotência da pequena burguesia em se constituir como ator político. Com isso, ao longo do processo era necessário que emergisse qualquer figura pessoal para alicerçar a imagem do Estado perante as massas e assim, Weffort considerava como

traço essencial do populismo espontâneo: exaltação de uma pessoa e através dela exaltação total do poder, aparecendo o líder como imagem do Estado. É uma pobre ideologia que revela claramente a ausência total de perspectivas para o conjunto da sociedade. Não se poderia esperar mais de uma pequena burguesia que se assimila ao comportamento do lumpem e de um operariado que se exprime de maneira pequeno-burguesa. A massa se volta para o Estado e espera dele o “sol ou a chuva”. É uma triste perspectiva, pois através dela o povo se entrega de mãos atadas aos interesses dos grupos dominantes. Será muito diferente com o nacionalismo? Oferece o nacionalismo uma perspectiva essencialmente nova? (Weffort, *Op. cit.*, p. 186).

Antes de entrarmos na discussão de Weffort sobre o nacionalismo, recuperaremos ligeiramente o momento da discussão do grupo de Florestan sobre a ideologia nacionaldesenvolvimentista, pois assim podemos localizar com maior clareza o lugar das teorizações de Weffort no período subsequente.

Nos anos iniciais da década de 1960, o CESIT, dirigido por Florestan, estava em plena atividade. O foco do Centro voltava-se ao estudo do “Brasil moderno”, principalmente a questão dos “obstáculos estruturais à emergência da ordem social competitiva”, ou numa palavra, a resistência feroz às mudanças. Vivia-se a tensão constante da relação entre passado e presente e no convívio de formas arcaicas e modernas, emergiu no pensamento de Florestan o papel das ciências sociais. Para o autor, a sociologia podia além de dar sentido ao universo social, alterá-lo. Esta visão permitiu ao grupo institucionalizar a linguagem sociológica e adquirir certa repercussão, porém “o principal elemento que ancora o novo discurso é aquele que se refere ao ponto de partida metodológico, o qual obriga a repensar a teoria, a atribuir precisão às

[...], [com isso] cria-se o reino ilusório da igualdade absoluta, no público, mascarando a desigualdade concreta da sociedade” (Filho, *Op. cit.*, p. 128).

categorias analíticas, a rever a grande tradição sociológica e o pensamento social e político brasileiro” (Bastos, *Op. cit.*, p. 215). Nesta empreitada, o debate nuclear foi com as correntes nacionais desenvolvimentistas.

Já exaltamos o caráter eclético com que Florestan desenvolvia suas análises e o choque causado pela introdução do marxismo acadêmico de seus assistentes, sobretudo no CESIT, cuja estrutura burocrática de funcionamento permitiu aos pesquisadores “investir em pesquisas que pudessem abrir a possibilidade de contato efetivo com os ‘homens de ação’, isto é, os empresários, os políticos, os sindicalistas, etc.” (Romão, 2006, p. 110).

Weffort sofreu influência direta dessa conjuntura, pois não só prosseguiu na crítica às teses nacionalistas, como realizou inovações teóricas. O estudo de Weffort sobre o nacionalismo procurou se afastar de pressupostos estruturais-funcionalistas, enfatizando o método dialético de análise. Desta maneira, Weffort caracterizava a ideologia nacionalista demarcando suas similaridades com o populismo, expressando postura bastante crítica, uma vez que o bloco nacionalista não se identificava com a lógica populista.

Opor estas duas formas políticas como o fariam os nacionalistas, de um lado uma política não-ideológica apoiada em interesses menores e, de outro, uma política de princípios que se apoiaria nos interesses de todo o povo – significa não compreender que interesses e princípios se trocam um no outro, significa obscurecer o fato de que o nacionalismo propõe, em nível teórico, essencialmente as mesmas ideias que os populistas propõem, de maneira concreta, na demagogia dos comícios; ambos têm seu núcleo na ideia de que os povo é uma comunidade, seja na forma refinada dos ideólogos do ISEB, seja no fato da liderança populista. A noção do povo é confusa e ambígua em ambos os casos, como é confusa e ambígua a situação de classe onde tem suas origens (Weffort, *Op. cit.*, p. 188).

Para Rubem Barbosa Filho, Weffort encontrou dificuldades para incorporar a problemática das classes sob o escopo marxista, uma vez que sua ideia de massas se ancorava na Teoria da Sociedade de Massas de cunho liberal:

As intervenções de Weffort recuperam a ortodoxia marxista para a determinação do atraso da sociedade e afastam o paralelismo com a perspectiva liberal. Neste contexto, o populismo apareceria como a forma de

articulação de classes ainda em formação, ganhando, portando um caráter transicional (Filho, 1980, p. 180).

Assim, segundo Filho, escapou da análise de Weffort a percepção de que o atraso das massas expressava a dominação da classe burguesa e traduzia a emergência das massas urbanas, mas não sua consciência de classe. Neste processo, o Estado ocupava uma posição peculiar que lhe permitia mascarar as questões classistas subjacentes ao populismo. Com isso, para Weffort, o populismo se caracterizava na tradução literal do atraso social e enquanto as classes desfavorecidas não se manifestassem como classe consciente de sua posição social continuaria tendo vida o populismo, pois este fenômeno camuflava a noção de classe através de suas expressões individuais. A partir disto, de acordo com Filho, Weffort caiu numa análise simplista, pois “ao mecanicismo liberal se responde com o reducionismo classista, que vê no Estado o ‘resumo’ e a tradução da classe dominante na sua incapacidade de se manifestar como classe” (Filho, *Op. cit.*, p.182).

A importância deste texto de Weffort para nosso estudo sobre sua trajetória encontra-se respaldada pelo sentido político que o autor incutiu ao trabalho. Se pensarmos na enorme crise política que o país vivia no começo da década de 1960, encontraremos neste artigo de Weffort um raciocínio bastante crítico e original quanto à postura assumida pelos nacionalistas, incluindo a esquerda do Partido Comunista. Para Weffort, as decisões concretas tomadas por estes grupos revelava sua face ideológica, redundando sua atuação em prol do Estado:

A ideologia, fruto de uma agência governamental (ISEB), nasce do próprio Estado, embora pretenda traduzir a consciência popular. E a política nacionalista expõe de várias formas o pecado original da ideologia [...]. A dependência dos grupos nacionalistas de esquerda, face ao governo federal é, então, inevitável, pois desligar-se do governo significaria deparar com o drama de reconhecer a própria fraqueza e a situação de marginais no processo político. Por isto, giram à volta do poder “não-ideológico”, constituído originariamente pelas massas através do reconhecimento de alguns líderes [...]. Daí a perplexidade dos esquerdistas após a vitória de Jânio Quadros, perplexidade que exprimia o caráter inevitável da adesão a este político que os princípios repelem pois se aliara aos grupos mais reacionários, mas que, de qualquer modo, é o homem a quem o povo conferiu o poder (Weffort, *Op. cit.*, p. 192/193).

Prosseguindo sua crítica, Francisco Weffort mostrava a obsessão dos nacionalistas pelo Estado, visto como representante da “democracia de todo o povo” ao mesmo tempo que expressão do poder burguês. Para o autor, com a ideologia nacionalista tão em voga naquelas décadas, estaria com os dias contados a revolução democrática brasileira:

Os mais sinceros nacionalistas radicais têm pago por suas ilusões, mas o processo da crise brasileira sugere que sua penitência ainda não terminou. Estão preparando laboriosamente a sua própria “traição” pelas massas, eles que são seus mais dedicados representantes. Mantendo com elas um vínculo unilateral de intenção, incapazes de atingí-las através da ação organizada, serão derrubados de suas posições assim que sua presença ideologizante se revelar incômoda. E esta queda inevitável ser-lhe-á tão mais desagradável quanto mais tempo tenham colaborado para incutir nas massas o respeito pelo Estado. A cobertura ideológica que oferecem ao poder os desarma. Seu último ato de colaboração com um poder “não-ideológico” será a queda sem qualquer possibilidade de contra-golpear seriamente com os movimentos populares anestesiados pelo vício da colaboração (Weffort, *Op. cit.*, p. 196).

O deslize de Weffort na sua análise, segundo Rubem Barbosa Filho, foi estabelecer o surgimento das massas a partir de um vazio de poder político que iria manipulá-las. A questão da dominação cedeu lugar a afirmação da manipulação, esvaziando a problemática das classes.

A manipulação surge como a contrapartida da dominação, como resposta à impossibilidade da análise estabelecer teoricamente uma forma de dominação. O conceito de manipulação é um conceito próprio da perspectiva liberal, se com ele se pretende esgotar as virtualidades da relação classe dominante/classe dominada. Seu limite teórico é o aparente, o mecanismo formal da relação (Filho, *Op. cit.*, p.190).

Estas limitações elencadas pelo autor foram percebidas por Weffort e, assim, em seus trabalhos posteriores surgiu uma crítica com relação à incorporação da Teoria da Sociedade de Massas e “desta crítica teria emergido a opção pelos estudos de conjuntura e por uma análise mais exaustiva do nível do político, como forma de evitar o mecanicismo presente nas análises anteriores” (Filho, *Op. cit.*, p. 176)²⁴.

²⁴ Quando entrarmos na discussão dos trabalhos de Weffort feitos no CEDEC ficará legível sua inflexão teórica.

A despeito das reduções analíticas operadas por Weffort, *Política de Massas* é um trabalho relevante em nossa análise da trajetória do autor, pois nela percebemos suas primeiras influências – sobretudo as uspianas e marxistas – e os primeiros passos de sua teorização sobre as classes populares, tema que continuaria sendo desenvolvido por ele ao longo das próximas décadas. Neste artigo Weffort construiu uma visão crítica sobre a atuação da esquerda nacionalista que o golpe militar de 1964 veio, em parte, a confirmar, possibilitando a todo o grupo uma posição privilegiada para prosseguirem suas críticas sob novas perspectivas:

O golpe militar seria a melhor evidência do que havia de equívoco no projeto nacional-reformulador de estilo populista [...]. Interpretando as raízes da falência da democracia do regime de 1946 e, na esteira da análise anterior de Florestan Fernandes, uma série de estudos, logo altamente influentes, como os de F. H. Cardoso, O. Ianni e F. Weffort, procurava situar sob nova perspectiva a cultura política da esquerda: romper com o campo intelectual da revolução passiva, a ser ignorada mesmo como “critério de interpretação”; denunciar o reformismo populista e a forma de Estado do iberismo territorialista; sinalizarem direção a uma via de ruptura com o capitalismo autoritário brasileiro (Vianna, 2004a, p. 51/52).

Após o golpe militar, predominou na FFCL um espírito de radicalização ética à esquerda, que culminou inclusive na adesão de muitos estudantes à luta armada. Com a promulgação do AI-5 em 1968 encontramos um momento de ruptura capaz de explicar enormemente os desenvolvimentos teóricos e políticos subsequentes.

Mas a repressão que se abateu sobre a universidade não explica tudo. Durante muitos anos, o próprio projeto da ditadura militar não foi devidamente compreendido: *o golpe militar não fazia parte do horizonte do provável e não havia instrumentos disponíveis para conceituá-lo devidamente*. Até meados da década de 70, a repressão vencia por larga margem na universidade: as linhas de ensino e de pesquisa estavam desmanteladas, as tentativas de compreender o fenômeno ditatorial brasileiro eram precárias e as forças de oposição estavam extremamente desorganizadas (Nobre, 1999, p. 143, grifo nosso).

Devido a esta conjuntura exposta por Nobre, temos uma ideia da marginalização institucional a que os intelectuais da “Maria Antônia” foram expostos no pós-1964. Em decorrência desta situação ocorreu progressivamente certa fusão entre ciência e

militância (Lahuerta, 1999, p. 82). Weffort foi para o Chile trabalhar na CEPAL e no retorno ao país no início da década de 1970 se deparou com o dilema de explicar o complexo Brasil da época que em meio ao “atraso” político, representado pela ditadura militar, vivia um inédito avanço econômico.

O lugar onde Weffort pôde continuar a desenvolver suas pesquisas foi o CEBRAP e as teorizações que até então se restringiam ao espaço acadêmico passaram a fazer parte de um ambiente de debate mais amplo, público e politizado. Assim, para compreendermos a transição do intelectual acadêmico para o intelectual político é preciso que antes explicitemos conjunturalmente os fatores que possibilitaram tal transformação, cabendo então analisarmos o surgimento do CEBRAP e seus primeiros desenvolvimentos.

2.3 – Contextualização da trajetória do CEBRAP (1969 – 1976)

A queda do governo João Goulart parecia inevitável diante dos acontecimentos de 1964. Em meio a feroz crise econômica, da qual se seguiu grave crise política, havia sinais de grande insatisfação de todos os lados: por parte da direita – representada pela atuação de Carlos Lacerda e pelo temor anticomunista das forças armadas – e da esquerda – simbolizada pela figura de Leonel Brizola que exigia a execução de uma Assembleia Constituinte. Goulart, ao lado dos nacionalistas radicais, tentou mobilizar o povo, sobretudo os trabalhadores, contudo, não obteve êxito. Novamente, como em 1954, os militares põem abaixo um governo populista (Skidmore, 1991, p. 43).

Não é exagero afirmar que o golpe pegou de surpresa os setores intelectuais nacionalistas de esquerda que apostavam no apoio das camadas trabalhadoras ao governo de Goulart. Em realidade, podemos assegurar que o ano de 1964 significou um marco para a atuação dos intelectuais em geral no país, pois a esquerda, por sua vez, ficou bastante isolada e fragmentada perante a grande adesão ao novo governo militar, sem falar da enorme repressão feita aos grupos universitários, da qual os pesquisadores da FFCL não saíram ilesos (Pécaut, 1990, p. 198/199).

Refletindo sobre a relação entre momentos de crise e a atuação dos intelectuais, Elide Rugai Bastos e Walquiria D. Leão Rêgo (1999) consideram que

a situação de crise faz aflorar tendências latentes de determinados processos sociais, pondo assim em questão projetos e utopias que apaixonaram espíritos. O momento de crise revela uma textura histórica específica, porque se radicalizam forças destrutivas existentes no corpo social que, uma vez liberadas, podem ameaçar a sobrevivência da vida civil: é o ovo da serpente. Entretanto, se explicita uma dupla *facies* da crise. Esta também traz infinitas possibilidades de superação das contradições mais agudas que, uma vez conhecidas, podem ser desnudadas e, enfim, desfeticizadas [...], tornando imperativa uma nítida definição do papel a ser desempenhado pelos intelectuais (Bastos; Rêgo, 1999, p. 12).

Assim, no interior de uma enorme crise política, econômica e social simbolizada pelo golpe militar, vemos os intelectuais brasileiros reivindicarem “sua autonomia enquanto categoria social que não podia mais se acomodar à antiga disciplina. Os anos 64-68 fornecem várias provas dessa maior autonomia. Politicamente vencida, a esquerda iria impor-se com triunfo, de 64 a 68, no plano cultural.” (Pécaut, 1990, p. 202). Todavia, com a promulgação do AI-5 em 1968, Pécaut ponderava que esse período, estendendo-se até 1969, constituiu-se como uma fase propícia às ilusões com relação ao impacto dessa “hegemonia cultural”²⁵ de esquerda, tendo início uma “redistribuição de papéis no interior da esquerda intelectual à medida que enfraquece a antiga cultura política” (Pécaut, *Op. cit.*, p. 205).

Neste contexto de fragmentação da esquerda, com a promulgação do AI-5 os intelectuais do bloco uspiano, mais especificamente o grupo do *Seminário de Marx*, foram aposentados compulsoriamente. Dessa maneira, se viram obrigados a encontrar uma alternativa para prosseguirem com suas pesquisas e, assim, em 1969 fundaram o CEBRAP.

Foram membros fundadores, entre outros, Arthur Giannotti (filósofo), Candido Procópio Ferreira de Camargo (sociólogo), Celso Lafer (cientista político), Elza Salvatori Berquó (estaticista), Eunice Ribeiro Durham (socióloga), Fernando Henrique Cardoso (sociólogo), Juarez Rubens Brandão Lopes (sociólogo), Leôncio Martins Rodrigues Netto (sociólogo), Paul Singer (economista), Ruth Correa Leite Cardoso (antropóloga). Ressaltando que havia também personalidades de outras áreas, como medicina, advocacia e do meio empresarial. Posteriormente, integraram-se ao CEBRAP,

²⁵ Esta expressão é cunhada por Roberto Schwars em *O Pai de família*, São Paulo, Paz e Terra, 1968.

entre outros, Albertino Rodrigues (sociólogo), Antônio Candido de Melo e Souza (sociólogo), Bolivar Lamounier (cientista político), Boris Fausto (historiador), Caio Prado Júnior (economista), Carlos Estevam Aldo Martins (cientista político), Fernando Novais (historiador), Francisco Correa Weffort (cientista político), Francisco Maria Cavalcanti de Oliveira (economista), José de Souza Martins (sociólogo), Octavio Ianni (sociólogo), Sérgio Buarque de Holanda (historiador), Vilmar Evangelista Faria (sociólogo)²⁶ (Baptista, 2009, p. 33/34).

O intuito maior do CEBRAP era manter o estilo acadêmico praticado na USP, nas palavras de Giannotti:

Nota-se desde logo o estilo “Maria Antônia” do CEBRAP dos anos 70. Era uma geração que se formara nas virtudes e nos vícios da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras [...]. Antes de 1964, nenhum de nós pretendia outra vida do que aquela de professor e de pesquisador [...]. O CEBRAP nasce duma vontade de resistência e duma estratégia para preservar aquilo que já éramos: intelectuais por vocação (Giannotti, 1989, p. 3/4).

Fernando Henrique Cardoso ressalta a importância do CEBRAP para a “continuação” do estilo “Maria Antônia”, uma vez que esta já não existia mais:

Guardo, entretanto, a sensação de haver sido extraído a fórceps da “Maria Antônia”. Quando voltei em 1968 ela, para mim, já não era mais “aquela”. O populismo penetrara fundo no meio universitário. O marxismo vulgar tornou-se catecismo. Eu me internacionalizara. A própria USP ficou um tanto estranha para mim. E não pude contribuir em quase nada, lá, para mudá-la nos novos tempos. Ainda bem que houve o CEBRAP, uma espécie de Maria Antônia internacionalizada. Com algumas virtudes e defeitos. Mas foram defeitos e virtudes, outros, muitos outros, se compararmos com a “Maria Antônia” de tão marcante presença na vida de todos nós (Cardoso, 1988, p. 34).

Inseridos num contexto outro, o bloco uspiano foi obrigado a se adaptar às novas condições: de uma “ilha do saber” solidamente constituída, que era a “Maria Antônia”, foram lançados a uma situação de incerteza considerável. Para Giannotti (1989), a nova condição possibilitou ao grupo inovações em dois sentidos, primeiro, a negociação de recursos para manter o CEBRAP funcionando findou na politização da

²⁶ Contudo, essas inclusões não significam, de fato, uma adesão ao Centro, tanto que até mesmo o nome de Florestan consta em uma lista de associados de 1971, sendo que o autor afirmara que não se ligaria ao CEBRAP devido ao financiamento da Fundação Ford (Baptista, 2009, p. 34).

atividade intelectual do Centro o que, por conseguinte, levou o grupo cebrapiano a ter contato com um novo público “sem rosto que, além do mais, precisava ser conquistado” (Giannotti, *Op. cit.*, p. 4). Essa situação resultou em textos menos acadêmicos, pois produzidos em linguagem mais simples.

Com isso, estamos então diante de uma nova conjuntura em amplo sentido, pois ocorreu

uma mutação na sociedade e na forma de atuação dos grupos, classes e movimentos que lhe dão vida. Mutações não implicam juízo de valor: não se discute aqui se “antes” (De 64? Da urbanização acelerada? Da nova industrialização?) era melhor ou pior. Se o futuro será cheio de ventura ou não [...]. Teorizações várias constatam, apontam tendências, reconhecem transformações e, vez por outra, desiludem os que pensam que toda mudança estrutural aponta para a esperança (Cardoso, 1983, p. 30).

A sociedade mudou com a ditadura militar, os intelectuais mudaram suas formas de produção teórica e, principalmente, mudaram os focos de análise de suas pesquisas. No pós-1964 tinha-se uma dupla questão: “o ‘novo’ se imbrica num contexto antigo sem o revolucionar e ao mesmo tempo se especifica”, assim, era preciso encontrar a “positividade da perspectiva de análise do Estado e de seu emaranhado na nova sociedade” (Cardoso, *Op. cit.*, p. 30).

É preciso considerar que no período anterior às suas aposentadorias da FFCL, estes pesquisadores já vinham desenvolvendo pesquisas inovadoras intencionando compreender o lugar do Brasil na ordem mundial abarcando as especificidades do capitalismo nacional. Contudo, desde a experiência do grupo *O Capital*, estes intelectuais vinham progressivamente estabelecendo novas rupturas com as temáticas e o ecletismo teórico-analítico que caracterizava as pesquisas do CESIT, propugnado por Florestan, destacando cada vez mais o método dialético de análise.

Foi o Seminário de Marx que possibilitou ao grupo do CEBRAP uma identidade e linguagem em comum. A criação do CEBRAP teve o Seminário de Marx como mito fundador e foi graças à propriedade discursiva acerca do marxismo e sua relação com a esquerda que os membros do CEBRAP puderam falar de marxismo sem a aura ideológica tão comum dos discursos marxistas dos anos 1960 (Sorj, 2001, p. 20).

Sob este arcabouço teórico-marxista, os pesquisadores do CEBRAP questionaram a maioria das teorias hegemônicas dos anos 1950 e 1960 como as teorias

estagnacionistas, nacionalistas e as relacionadas ao desenvolvimento dependente, além de terem se debruçado sobre a “caracterização do regime autoritário, fazendo a crítica de suas instituições e procurando compreender a base social e o processo de mudança que sustentava o Estado” (Lahuerta, 1999, p. 135). Em uma palavra, o objetivo destes intelectuais era rever as interpretações de Brasil e questionar a natureza do regime militar.

Nesta empreitada para desvendar o significado da ditadura ocorreu ao longo da primeira metade da década de 1970 um deslocamento progressivo da movimentação teórica no CEBRAP da questão da dependência para o autoritarismo. Este caminho foi fruto das teorizações de Fernando Henrique Cardoso ao notar que sob um regime de exceção vigente, havia crescimento e desenvolvimento econômico. Assim,

o capitalismo dependente se estruturaria numa articulação que envolvia o autoritarismo e o surgimento de uma camada de dirigentes de empresas (uma burguesia de Estado, diferente da burocracia tradicional). Desse modo, o controle das empresas estatais não se efetiva com base em critérios públicos e sim de modo privado, favorecendo os objetivos da acumulação capitalista e o expansionismo estatal (Lahuerta, *Op. cit.*, p.122).

O que se pensava naquele momento era que a própria debilidade da burguesia brasileira de se articular politicamente enquanto classe era responsável por sua debilidade estrutural perante o Estado. Neste sentido, o golpe militar significou a tradução cabal desta incapacidade política da burguesia industrial em se posicionar de forma autônoma (Lahuerta, *Op. cit.*, p. 123).

A saída deste dilema, para Cardoso, era a democratização do país, para que se agregassem forças na luta contra a burguesia de Estado. Seriam os sindicalistas do ABC, as corporações multinacionais, os estudantes da nova geração, entre outros, o bloco que se oporia ao Estado. A partir de então o dilema estaria pautado na contradição Estado *versus* Sociedade Civil (Cardoso, 1973; Cardoso, 1975).

Com o discurso girando em torno da palavra democracia, Cardoso se tornou a maior figura intelectual daquele período e o CEBRAP passou a exercer forte influência na camada ilustrada paulistana que se opunha a ditadura militar. A legitimidade do grupo se deu inclusive devido as suas condições de “intelectuais cassados”, como consequência desta conjuntura, a porta ficou aberta para a fixação do conceito de democracia centrado no fortalecimento da sociedade civil.

Com a aceleração da economia e o estrondoso movimento do meio rural para o urbano, desencadearam-se processos outros de modernização, caracterizados por uma inquestionável revolução social na base da sociedade, que chamava a atenção para seus aspectos políticos de fato e não apenas aos econômicos. A partir desse novo contexto,

a estratégia do grupo de intelectuais em questão foi, justamente, a de levar em conta o papel que as novas camadas sociais produzidas pela modernização autoritária passariam a jogar, no sentido da democratização do país. Percebiam, portanto, que a aceleração do processo de acumulação, ainda que comandada por um regime autoritário, estava alterando radicalmente o perfil demográfico e cultural do país, contribuindo para a emergência de uma nova estrutura social e de novos personagens que, de modo crescente, passariam a reivindicar direitos numa escala jamais vista no país (Lahuerta, 2001, p. 71).

Dessa forma, perderam força grandes análises estruturais da sociedade, cedendo lugar ao interesse pelos aspectos institucionais como, por exemplo, a questão da cidadania. Os estudos de Fernando Henrique Cardoso e de outros pesquisadores do CEBRAP contribuíram de modo decisivo para que se revisasse tudo o que se pensava sobre o Brasil, tanto de boa parte da esquerda, que achava que devido ao regime militar, o país estava estagnado econômica e socialmente; quanto da direita, que por sua vez, negligenciava os altíssimos custos sociais gerados pelo regime militar. A partir dessas críticas, os intelectuais cebrapianos construíram um novo pressuposto teórico e metodológico acerca da questão da dependência, em que política, economia e sociedade passaram a ser abordados de forma conjunta (Lahuerta, 1999).

Contudo, o CEBRAP não deve ser entendido univocamente. Agindo sob um contexto de forte repressão e a margem do aval financeiro estatal, os intelectuais do CEBRAP tiveram que gerar várias alternativas para angariar recursos para suas pesquisas. Dentro desse contexto, contaram com o apoio da Fundação Ford e de pesquisas particulares encomendadas.

Nessas circunstâncias, precisavam cumprir determinada agenda de pesquisa ditada pelos órgãos financiadores e um dos temas prioritários tratados pelo CEBRAP foi o relacionado a demografia²⁷. Entretanto, de acordo com Baptista, ao longo da primeira

²⁷ Sorj (2001) nos dá uma ideia do espaço utilizado pelos assuntos demográficos no CEBRAP, em que o número de pesquisas com temáticas relacionadas à imigração, demografia e urbanismo correspondia a quase 50% das pesquisas do Centro contra apenas 13% de pesquisas sobre colonização, estrutura agrária e

metade da década de 1970, o chamado período “heroico” do CEBRAP, os temas estudados no Centro se concentraram em três linhas de pesquisa:

- 1.a análise crítica do padrão de desenvolvimento econômico no pós-64;
2. as transformações da estrutura social brasileira, apanhadas, seja no ângulo demográfico, sejam no ângulo do desenvolvimento rural e dos padrões de urbanização; e 3. a análise da especificidade do regime autoritário brasileiro, das condições e limites estruturais da democracia sob o autoritarismo (Baptista, 2009, p. 17).

Com tais pretensões analíticas, o CEBRAP enquanto lócus autônomo de pesquisa constituiu-se como uma grande referência ao longo da década de 1970. Através da atuação do Centro nos anos de 1970 podemos observar os principais debates da época acerca dos rumos que o Brasil deveria tomar para se desenvolver não só na economia, mas também socialmente. Neste contexto, ganharam relevância as discussões acerca da função do intelectual na sociedade a qual participava e o quanto este podia colaborar na elaboração de projetos visando a mudança das condições de vida social.

É evidente a influência das teorizações de Karl Mannheim nesta conjuntura. Em sua teorização acerca da Sociologia do Conhecimento o autor a apresentava não só como uma teoria, mas também como um método histórico-social de pesquisa onde a metodologia adotada pautava-se na avaliação da influência da sociedade no pensamento dos sujeitos e posteriormente, de forma epistemológica, determinava qual seu significado. Assim, “em cada sociedade, há grupos sociais cuja tarefa específica consiste em dotar aquela sociedade de uma interpretação do mundo. Chamamos tais grupos de *intelligentsia*” (Mannheim, 1968, p. 38)

Karl Mannheim (1972) perante sua constatação dos diversos processos de individualização presentes nas sociedades industrializadas ressaltava a necessidade de planejamento, para tanto expressava a importância de se conhecer a sociedade e o comportamento humano com o intuito de substituir os diversos tipos de autoridade pelo controle racional do contexto social.

Com isso, Mannheim relegava uma importante função aos intelectuais: o planejamento. A partir daí, o bom desempenho dos intelectuais ocorria quando estes

agroindústria, 9% sobre modelo econômico brasileiro e 8% acerca do Estado e o sistema político brasileiro.

conseguiam intervir na sociedade desprovidos de qualquer convicção de efetivar transformações radicais, mas sim aspirando “corrigir” as lacunas que provocavam os desequilíbrios sociais. Nesse contexto, o planejamento era previamente dirigido pela ciência e seguia os padrões metodológicos da Sociologia do Conhecimento, principalmente os tangentes a síntese²⁸. Seguindo estes preceitos, o autor oferecia uma nova resposta e uma nova função à atuação do intelectual e da ciência como um todo na sociedade. Nesse sentido, suas formulações relacionando intelectuais e planejamento teve grande recepção no Brasil, uma vez que

a importância do conhecimento social cresce na razão da crescente necessidade de intervenção reguladora no processo social [...]. A principal tese da sociologia do conhecimento é que existem modos de pensamento que não podem ser compreendidos adequadamente enquanto se mantiverem obscuras suas origens sociais (Mannheim, 1968, p.30).

A partir dessa conjuntura, diferentemente das recepções norte-americanas ou alemãs, no Brasil a influência da obra de Mannheim se deu com a noção de que a sociologia enquanto disciplina podia ajudar a pensar o processo de mudança social na modernidade, dessa forma a obra de Mannheim deve ser apreendida no sentido de uma profunda crença na “força das ideias”.

Nesse quadro, a influência do modelo de racionalização social relacionando democracia e planejamento proposto por Mannheim em sociedades subdesenvolvidas foi bastante forte. Nos anos de 1950 e 1960 esta influência é percebida nas obras de Florestan Fernandes e Celso Furtado, seja pelas análises de cunho historicista, seja pela função social do conhecimento e do papel da *intelligentsia* na formulação de projetos de futuro. Ambos os autores buscavam resposta à questão da singularidade da formação histórica nacional e pertenceram a uma tradição intelectual pautada na função social do conhecimento. Com isso tem-se o papel da *intelligentsia* nacional avigorado por mesclar objetividade científica com opções políticas (Cepêda; Deffacci, 2005).

²⁸ Mannheim contribuiu decisivamente com questão do papel do intelectual ao notar o problema da limitação de nossos diversos pontos de vista, afirmando que era preciso ver os diversos pontos de vista em justaposição e posteriormente elaborar uma síntese dos mesmos. Para o autor, cabia aos intelectuais a formulação desta síntese. Uma síntese para ser válida, de acordo com o autor húngaro, precisava estar baseada “numa posição política que venha a constituir um desenvolvimento progressivo, no sentido de reter e utilizar boa parte das aquisições culturais e energias sociais acumuladas na época anterior” (Mannheim, 1968, p.179).

Pécaut (1990) ressaltava que foi com a geração de intelectuais da década de 1970 que a intelectualidade nacional alcançava um objetivo há tempos almejado: o reconhecimento político. Entretanto, a importância política desses atores sociais vinha sendo constituída há algum tempo, uma vez que com a teoria do subdesenvolvimento exigia-se a elaboração de diagnósticos e propostas de planejamento racionalmente orientados. O resultado final concentrava-se no campo político da ação, entretanto sua confecção se dava no plano da competência técnica e foi “desse ‘caldo de cultura’ que emergiu com força inédita a *intelligentsia* nacional, o protagonismo dos intelectuais e sua interconexão com a vida pública” (Cepêda; Deffacci, 2008, p. 25).

Segundo Sorj (2001), com a forte repressão exercida pela ditadura militar, coube aos intelectuais o papel de porta-vozes da sociedade. O meio acadêmico, sendo obrigado a se isolar para se defender do regime, transformou-se numa espécie de refúgio para a ação contestatória. Todavia, com a abertura política (controlada) iniciada em 1974, o intelectual, para continuar tendo “voz”, precisou se engajar tanto de forma direta em organizações políticas, quanto nos meios de comunicação de massa. Encontramos prova disso na ajuda do CEBRAP na elaboração do programa do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) ²⁹.

O principal argumento utilizado para legitimar a colaboração do Centro, como não poderia deixar de ser, era a necessidade do fortalecimento da sociedade civil. O MDB encontrou nas teorizações cebrapianas sobre Sociedade Civil uma justificativa para seus programas eleitorais e, com isso, tentava uma aproximação com camadas da sociedade que não possuíam nenhuma identificação partidária. No entanto, não havia consenso quanto a oposição política feita pelo MDB e Francisco Weffort era o mais “desconfiado” com o discurso oposicionista pregado pelo MDB.

Simultaneamente à esta aproximação do CEBRAP com o MDB, surgia no Centro uma maior especialização temática dividida em grupos de estudos e Francisco Weffort formou um núcleo de estudos específico sobre a classe operária e os sindicatos. O núcleo fazia parte do programa Movimentos Políticos Coletivos no Brasil, cujo intuito, grosso modo, era analisar as relações do Estado com a classe operária (Baptista, 2009, p. 201/202).

²⁹ Concomitante ao surgimento do CEBRAP surge o MDB. Este era o único partido de oposição legalizado, visto que a vida política se radicalizou ao redor da luta guerrilheira. O CEBRAP, por sua vez, surgiu teoricamente distante da luta armada (Sorj, 2001, p. 60).

Entretanto, esse debate não teve continuidade nos intramuros do CEBRAP e o grupo se desfez. Foi nesse contexto que em 1976 ocorreu a saída de um grupo de intelectuais do CEBRAP, liderados por Weffort, para o estabelecimento de um novo centro de pesquisas, o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC). Com isso, “o CEBRAP perde sua problemática unificadora em torno dos problemas de mudanças estruturais e da expansão do capitalismo” (Baptista, *Op. cit.*, p. 202).

Ao perder essa “unidade temática”, o CEBRAP adentrava uma nova fase de sua existência, levando o grupo a um afastamento em termos de perspectivas teóricas e práticas. Esta situação nos remete a questão das várias forças ideológicas que permeavam o cenário intelectual da década de 1970, nos auxiliando no entendimento do papel que o intelectual detinha no campo das ideias e sua posterior atuação política.

Neste processo de fusão entre vida intelectual e política nossa análise se foca na trajetória de Francisco Weffort. Através de um resgate de seus estudos sobre a crítica à herança nacional-popular feitos no CEBRAP pretendemos mostrar como ele teve um papel singular dentro do Centro. Começamos por duas polêmicas de grande repercussão envolvendo o autor: o debate sobre a Teoria da dependência com Fernando Henrique e a discussão sobre o sindicalismo com Maria Hermínia Tavares de Almeida e Carlos Estevam Martins.

2.4 – *Weffort e duas polêmicas no CEBRAP*

Já foi dito que o CEBRAP não se constituía num grupo intelectual com posicionamentos teóricos unívocos. Muito ao contrário, o que uniu aqueles pesquisadores foi, em verdade, a conjuntura da ditadura, na qual privados de suas carreiras na universidade, se associaram para prosseguir com suas pesquisas.

Milton Lahuerta (1999) afirma que depois de Fernando Henrique, a figura intelectual de maior destaque no CEBRAP era Francisco Weffort. Considerado o pesquisador portador das ideias mais radicais com relação ao processo de democratização, não por acaso protagonizou debates calorosos no âmbito do CEBRAP.

No ano de 1970 ocorreu o 2º *Seminário Latinoamericano para el Desarrollo*, promovido pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) e patrocinado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

(UNESCO). O evento gerou um debate fecundo entre Fernando Henrique Cardoso e Francisco Weffort acerca da questão da Teoria da Dependência. Weffort publicou na revista *Estudos CEBRAP*³⁰ o artigo *Notas sobre a “Teoria da Dependência”: Teoria de classe ou ideologia Nacional?* como uma resposta à arguição de Fernando Henrique no Seminário. No seu texto, Weffort acusou a Teoria da Dependência de ser uma nova ideologia e sua “difusão pode dever-se exatamente à sua imprecisão como conceito, do mesmo modo que a capacidade crítica pode derivar de sua conotação ideológica (de tipo nacionalista ou de tipo socialista nacional) mais do que de suas virtudes científicas” (Weffort, 1971, p. 04).

Weffort viu na Teoria da Dependência a aspiração de uma teoria globalizante, como o eram nas décadas anteriores os conceitos de subdesenvolvimento e desenvolvimento nacional. A crítica de Weffort se inscreveu à relação entre classe e Nação abordada na Teoria da Dependência.

O argumento de Weffort é que todas as análises que se utilizam do conceito de dependência apresentam uma oscilação teórica “entre um *approach* nacional e um *approach* de classe, que fundamentavam, ora um, ora outro a discussão sobre a questão da dependência” (Baptista, 2009, p. 114). Os teóricos da CEPAL, para Weffort, caíram no primeiro *approach*, já a análise de Cardoso e Faletto no segundo:

Os teóricos da dependência, segundo me parece, tendem para o segundo *approach*, mas partem do primeiro. Tratam de criticar este segundo *approach* por dentro, ou seja, a partir das premissas que ele apresenta. O mérito de seus trabalhos como críticos não nos deve fazer esquecer que são muitas vezes presa das premissas que querem destruir [...]. É no livro de Cardoso e Faletto que se pode encontrar a tentativa mais ousada de uma combinação entre as relações externas e as relações internas, de tal modo que partes substanciais são dedicadas à análise, fecunda sob muitos aspectos, das relações de classe. Parece-me, aliás, que boa parte de suas análises de classe mantêm-se como tais sem necessidade de uma noção superenvolvente de dependência como apoio. *A premissa nacional, porém, está explicitada de tal modo que a Nação (seja como realidade, possibilidade ou projeto) passa a ser um ponto básico para a articulação de sua teoria.* Valeria repetir que isto ocorre de modo inevitável: de outro modo não vejo como se poderia conceber a ideia de “dependência estrutural” como relação interna/externa (Weffort, *Op. cit.*, p.10/11, grifo nosso).

³⁰ A revista *Estudos CEBRAP* surgiu para divulgar as discussões feitas no CEBRAP. Foi uma publicação voltada para o público acadêmico e que representava a interdisciplinaridade do Centro (Baptista, *Op. cit.*, p. 52).

Assim, segundo Weffort, apesar da tentativa dos autores de caracterizar seu modelo de dependência a partir do conceito de “dependência estrutural” (que aborda os aspectos político, econômicos e sociais), em detrimento da análise cepalina, por exemplo, que caracterizava a dependência apenas com base na estrutura econômica (“dependência externa”), Cardoso e Faletto caíram numa ambiguidade referente a relação classe-Nação. Para Weffort, esta ambiguidade decorreu do fato de que ao focar suas análises na questão das classes, os autores deixaram “camuflada” a questão nacional, pois passaram a tratar as premissas de classe e de Nação como fenômenos concomitantes que geravam uma situação contraditória, sendo esta contradição uma característica inerente ao subdesenvolvimento. Desenvolvendo sua análise, Weffort demonstrava a ambiguidade a partir da exposição de trechos dos próprios autores e questionava ao final:

trata-se de uma contradição real ou de ambiguidade do conceito que pretende definir uma perspectiva globalizante tomando a ideia de Nação como uma de suas premissas? Concordo que a existência de países (Nações) economicamente dependentes e politicamente independentes constitui uma “problemática sociológica” importante. Mas tenho minhas dúvidas se a reprodução do problema no plano do conceito ajuda a resolvê-lo [...]. A existência do Estado-Nação, com seus atributos políticos de autonomia e soberania, não é razão suficiente para pensarmos que se instaure uma contradição Nação-mercado no país que integra o sistema econômico internacional. Pelo contrário, em dadas condições sociais e políticas internas (que só podem ser resolvidas por uma análise de classe), os grupos que detêm a hegemonia, ou seja, que dão conteúdo à ideia de Nação, podem usar a autonomia política para a integração econômica internacional (Weffort, *Op. cit.*, p. 13).

Avançando em sua argumentação, Weffort criticava o uso abusivo dos “modelos clássicos europeus” para explicar a situação dos países subdesenvolvidos, uma vez que “não é certo, na variedade destas situações históricas [exemplo francês inglês] de transição ao capitalismo, que a burguesia tenha sido sempre o ator principal, nem a democracia a forma política predominante” (Weffort, *Op. cit.*, p. 17).

Perante este problema teórico da análise de Cardoso e Faletto, Weffort afirmava que a Teoria da Dependência acabava realizando um retorno à “dependência externa”, típica das análises da CEPAL, caindo assim em algum tipo de Teoria do Imperialismo. Pensando na relação “opressiva” entre países subdesenvolvidos e imperialistas, Weffort compreendia que sempre haveria um excedente de produção aproveitado pela nação imperialista em detrimento da nação subdesenvolvida, assim, a pergunta a ser feita, de

acordo com o autor, é se esse excedente teria existido na ausência da expansão imperialista e em caso positivo se o excedente se converteria em investimentos a favor do desenvolvimento “industrial e nacional”. Sob esta ótica, ficava provada a necessidade da premissa nacional para análise das possibilidades do capitalismo nos países subdesenvolvidos (Weffort, *Op. cit.*, p. 21/22).

A reflexão de Weffort sobre a possível afinidade entre a Teoria da Dependência e as Teorias do Imperialismo o levou a compará-las. Para Weffort, o confronto não tem nexos, pois Lenin não definia imperialismo a partir de premissas políticas, como Nação, mas sim “como uma forma particular de desenvolvimento capitalista, ou seja, a partir das relações de produção, com o aparecimento dos monopólios e a fusão do capital bancário com o industrial” (Weffort, *Op. cit.*, p. 21/22).

Weffort concluiu chamando a atenção para dois tópicos importantes para a problemática da Teoria da Dependência:

Primeiro, o referente à necessidade do estudo das estruturas reais do processo de acumulação do capitalismo *tout court* na América Latina (enfim, se é certo que as ilusões nacionais sobre o capitalismo morreram, mais certo ainda é que o capitalismo como tal permanece vivo e ativo em muitas partes); segundo, se as ideologias nacional-burguesa e nacional-pequeno-burguesa falharam no plano econômico, que posição atribuir então ao “problema nacional” no quadro presente e futuro das relações políticas e ideológicas entre as classes? (Weffort, *Op. cit.*, p. 24).

Weffort não ficou sem respostas às suas inúmeras questões. Fernando Henrique Cardoso escreveu um artigo de resposta à Weffort publicado na mesma edição da revista *Estudos CEBRAP*, sob o título “*Teoria da Dependência*” ou análises concretas de situações de dependência?.

Cardoso se defendeu das críticas de Weffort afirmando que na sua análise da dependência, a crítica era dupla. De um lado criticava as análises do desenvolvimento que se furtaram de abordar as questões sociais e políticas inerentes ao processo econômico e também as concepções evolucionistas e funcionalistas do desenvolvimento. De outro lado “a crítica se orienta para mostrar – o que é óbvio, mas nas análises fica muitas vezes relegado a segundo plano – que a análise ‘estrutural’ dos processos de formação do sistema capitalista só tem sentido quando referida historicamente” (Cardoso, 1971, p. 27).

Cardoso propunha um estilo de análise que capture os processos sociais num nível concreto, apresentando a noção de dependência para enfatizar um tipo de análise

que recupera a significação política dos processos econômicos e que contra a vagueza das análises pseudo-marxistas que veem no imperialismo uma entelúquia que condiciona apenas do exterior o processo histórico dos países dependentes. Insiste na possibilidade de explicar os processos sociais, políticos e econômicos a partir das situações concretas e particulares em que eles se dão nas situações de dependência (Cardoso, *Op. cit.*, p. 29).

Concordando com Weffort, Cardoso alegava que a Teoria da Dependência não se baseava num conceito totalizante e que a rigor “não é possível pensar numa ‘teoria da dependência’. Pode haver uma teoria do capitalismo e das classes, mas a dependência, tal como a caracterizamos, não é mais do que a expressão política, na periferia, do modo de produção capitalista quando este é levado à expansão internacional” (Cardoso, *Op. cit.*, p. 32).

Reafirmando o caráter concreto de sua análise da dependência, Cardoso respondeu a Weffort asseverando que a questão da Nação se constituiu sim “em uma contradição real e em nenhuma hipótese, da definição de uma perspectiva teórica totalizante” (Cardoso, *Op. cit.*, p. 33).

Precisamente o que se pretendeu foi mostrar que concretamente, isto é, sem apelar para as contradições gerais e indeterminadas das ideias abstratas de classe, Nação, Estado ou Imperialismo, a contradição entre as classes, nos países dependentes, *passa* por uma contradição nacional e se insere no contexto mais geral de uma contradição de classes no plano internacional e pelas contradições que derivam da existência de Estados Nacionais (Cardoso, *Op. cit.*, p.34).

Cardoso concordava com Weffort que as análises sobre a dependência não têm se debruçado sobre o problema nacional em si. Assim sendo e teoricamente falando, não é equívoco comparar qualquer teoria da dependência com teorias do imperialismo, contudo, “a questão não é saber a que teoria do imperialismo se liga a ideia de dependência, mas sim a de reelaborar a teoria do imperialismo, de modo a mostrar como se dá a acumulação de capitais quando se industrializa a periferia do sistema capitalista internacional” (Cardoso, *Op. cit.*, p. 38).

Para Cardoso a comparação feita por Weffort entre a Teoria da Dependência sua e de Faletto com a Teoria do Imperialismo de Lenin foi bastante superficial. Resgatando o próprio Lenin, Cardoso afirmava:

Não. Lenin não tinha um pensamento economicista, nem deixava de ver as mediações políticas como parte inseparável do “todo” estruturado que ele queria explicar. Ligava sempre a fase particular da acumulação capitalista na etapa financeiro-monopolista com a repartição do mundo entre potências imperialistas e com os efeitos dessa sobre os países coloniais e os dependentes (Cardoso, *Op. cit.*, p.40).

Para Cardoso, o recurso a Teoria do Imperialismo de Lenin era bastante significativa para a crítica a outras teorias, mas não a sua e de Faletto. Cardoso foi taxativo:

Como já disse, se alguma vantagem teórico-metodológica existe na análise que fizemos das situações de dependência, essa parece-me ter sido a de caminhar no sentido maior de concreticidade. Não falamos de dependência em geral, mas de *situações de dependência*. Dependência na fase de constituição do Estado Nacional e de formação de uma burguesia exportadora, dependência na situação de enclave e dependência na etapa de internacionalização do mercado na fase de formação de economias industriais periféricas. Subdividimos ainda mais estas “fases”, mostrando que não constituem etapas, mas formações sociais específicas que supõem, às vezes, arranjos particulares que contêm a existência das três situações, embora sempre estruturadas de forma sobredeterminada (Cardoso, *Op. cit.*, p. 41 grifo do autor).

De acordo com Baptista (2009, p. 123), o debate entre Cardoso e Weffort, serviu para o primeiro elaborar uma “argumentação a fim de mostrar que a análise do autor em questão [Weffort] insiste apenas nas contradições gerais entre relações de produção e relações de classe, sem mostrar que elas se articulam através do Estado e da Nação”.

A partir desta discussão, podemos ter noção da postura de Weffort naquele momento, que era a de defesa da importância da Nação como instância mediadora da análise, ponto considerado de legítima importância para Cardoso. Esse autor, desde sempre muito realista, concluiu seu artigo alegando a necessidade de construção de uma teoria voltada para a prática, mesmo que seja uma revolução socialista a saída, ou que “permita mostrar as situações nas quais tal tipo de revolução se transforma mais num anseio enraizado em ideologias do que num caminho socialmente viável” (Cardoso, 1971, p. 45)

Este debate com Cardoso significou a única contribuição de Weffort para a discussão sobre Dependência, o autor passou a focar suas análises na classe operária, gerando sua crítica a herança nacional popular, já Cardoso prosseguiu sem descartar a questão da Dependência, porém enfatizando em sua análise o tema do autoritarismo e da democratização³¹. Assim, apesar das diferentes temáticas, ambos os autores pautaram seus estudos nas “possibilidades da política, que posteriormente influenciariam na mudança de suas trajetórias da esfera intelectual para o exercício no âmbito da política” (Baptista, 2009, p. 124/125).

Pouco tempo depois da discussão, em 1973, Weffort travou outro debate no CEBRAP, dessa vez com Maria Hermínia Tavares de Almeida e Carlos Estevam Martins sobre a questão do sindicalismo e do movimento operário.

A controvérsia começou com o artigo de Weffort, *Origens do Sindicalismo Populista no Brasil (A Conjuntura do Após-Guerra)* (1973), publicado na revista *Estudos CEBRAP* n° 04. Em resposta, Maria H. T. Almeida e Carlos E. Martins escreveram *Modus In Rebus – Partidos e Classes na Queda do Estado Novo*, Weffort, por sua vez, fez a réplica com *Dejémonos de farsas inúteis*. Importa ressaltar que apenas o primeiro artigo é publicado, ficando os outros dois nos bastidores do CEBRAP³².

No seu artigo, Weffort primou pela questão das análises conjunturais de momentos de mudança estrutural. Este tipo de abordagem feita pelo autor é um dos grandes motivos para que sua obra seja considerada uma ruptura com análises anteriores, Lahuerta sintetiza o processo:

A análise exigiria o reconhecimento de que as estruturas só se atualizam no nível das conjunturas, operação que ele procura realizar colocando-se no campo do marxismo. E no caso, o marxismo manifesta-se na discussão da determinação da infra-estrutura sobre a superestrutura, da questão da autonomia relativa desta, do seu papel sobredeterminante (Althusser, 1972). Como pano de fundo situa-se um conjunto de referências críticas feitas ao economicismo positivista e uma conseqüente valorização da dimensão

³¹ “mais do que denunciar a dependência, Cardoso estaria atento às possibilidades de desenvolvimento e ao modo de se articularem os diversos interesses políticos. Tal orientação abre a Cardoso a chance de desenvolver o conceito de autoritarismo burocrático que pressupõe uma concepção de Estado dependente que exerce papel decisivo na industrialização e modernização da sociedade” (Lahuerta, 1999, p. 104).

³² Recuperaremos aqui esta polêmica baseados apenas nos dois primeiros textos, primeiro, porque não tivemos acesso ao terceiro, e também porque posteriormente retomaremos esta argumentação de Weffort quando falarmos da sua tese de livre docência.

subjetiva e da política no processo de transformação social (Lahuerta, *Op. cit.*, p. 141).

Pensando na dimensão política inerente ao sindicalismo, Weffort enfatizava a necessidade de se entender a orientação e disposição para a ação dos grupos sociais e políticos. Dessa forma, afirmou:

são as orientações vigentes em 1945-1946, retomadas e reafirmadas em 1950-1954 que darão ao movimento operário as características que veio a possuir até 1964 como dependente do regime populista brasileiro. Parece-me que a análise da conjuntura do pós-guerra deixará suficientemente claro que a explicação da “tragédia do movimento operário brasileiro” deve ser procurada menos no “atraso” da classe operária que numa orientação persistente por parte de seus pretensos dirigentes em apoiar-se neste “atraso” para suas próprias manobras políticas (Weffort, 1973, p. 70/71).

Assim, foi na conjuntura dos anos de 1945 e 1946 que ocorreu a consolidação institucional da estrutura sindical oficial que, para Weffort, era onde se encontrava a explicação para a dependência do movimento operário frente ao Estado, pois a passagem da ditadura para a democracia foi marcada pela crise do populismo de Vargas e pela retomada das atividades sindicais³³.

Neste contexto, Vargas, que precisava de apoios, estabeleceu uma aliança com o PC que, por sua vez, tinha o interesse em sair da ilegalidade. Inicialmente movidos pela estratégia comunista da União Soviética de “ordem e tranquilidade”, os comunistas brasileiros tiveram atuação importante junto ao movimento operário, pois criaram uma “organização paralela” denominada MUT (Movimento Unificador dos Trabalhadores) cuja intenção era escapar um pouco à rigidez da estrutura sindical oficial estado-novista³⁴ (Weffort, *Op. cit.*, p. 82).

Os comunistas faziam pressão para Vargas realizar uma reforma sindical e entre suas maiores reivindicações estava a defesa de uma maior autonomia do sindicato perante o Estado. Esta autonomia estava diretamente ligada ao imposto sindical, que o

³³ Em meio a crise de institucionalidade de seu governo (1943), Vargas foi buscar reforçar seus laços com o movimento operário. Houve neste período a consolidação das leis trabalhistas e a campanha de sindicalização em massa (Weffort, 1973).

³⁴ Na prática, segundo Weffort, o MUT possuía menos um caráter sindical que político, pois, inserido no contexto de crise política, funcionava como propagandista da Constituinte (com Getúlio), engrossando o movimento “queremista” (Weffort, *Op. cit.*, p.83).

governo não abria mão de manter sob a tutela do Ministério do Trabalho. Neste ponto, a pergunta de Weffort foi “como poderia haver ‘liberdade efetiva’ para os sindicatos sem desligamento do Ministério do Trabalho?” (Weffort, *Op. cit.*, p. 84/85). Os sindicatos serviam aos interesses políticos do governo e não aos da classe operária e os comunistas faziam a mobilização a favor do governo que os pelegos não faziam.

Houve uma inversão nas funções dos sindicatos que passaram de uma ênfase econômica para uma política: “Este era, pois, um novo ponto de coincidência entre os interesses políticos do governo e do PC que nestes anos definia para a classe operária, e em nome da democracia, uma política de ‘apertar o cinto’” (Weffort, *Op. cit.*, p. 86).

Vargas foi deposto em 26 de outubro de 1945 e o PC logo em seguida passou a apoiar o novo governo de Linhares e Dutra. Neste novo contexto, os comunistas tiveram dificuldades em seu relacionamento com a massa operária, já que o novo governo foi mais enfático que Vargas na repressão às greves, o que dificultava a negociação por parte do PC tanto com os operários como com o governo. Através do decreto 9.070, Dutra regulamentava o “direito de greve”, em que o governo decidia se a greve era legal ou não. Assim, desmoronava o esboço de sindicalismo populista realizado anteriormente por Vargas e pelo PC (Weffort, *Op. cit.*, p. 92/93).

Weffort discorreu sobre os acontecimentos buscando mostrar como, na política brasileira, os problemas sociais foram insistentemente encarados sob uma ótica autoritária³⁵. Nos debates travados no processo de elaboração da Constituinte de 1946, podemos encontrar mais um exemplo desse tipo de visão da política. Neste episódio, por exemplo, prevaleceu a posição que considerava as greves como uma ameaça a ordem. Para Weffort o problema político naquele momento foi a desorganização da oposição:

Apoiados numa ideologia que vinha tendo uma expansão vitoriosa desde os anos 30, o PSD e o PTB representavam algo mais do que a vontade do governo no parlamento. Representavam uma “ideologia de Estado” que não era exclusividade sua mas que penetrava também a UDN e o PC, debilitando e confundindo suas tentativas de oposição (Weffort, *Op. cit.*, p.94).

³⁵ Em momento anterior do texto Weffort afirmou: “[...] a democracia brasileira esboçava já ao nascer, através de Vargas e da UDN, as duas alternativas de poder que haveriam de tornar-se dominantes em sua história: o apoio massivo das classes populares e o golpe de Estado” (Weffort, *Op. cit.*, p. 81).

Este evento da Constituinte foi ponto nodal na argumentação de Weffort porque nele aparece a discussão sobre a justiça do trabalho, envolvendo além da questão das greves, o direito a liberdade de associação sindical, defendidos pelo PC e pela UDN. Mas o governo não abriu mão do controle dos sindicatos e o PC acabou por ceder.

Neste sentido, é importante observar os debates na Constituinte para se perceber claramente que as ideias do Estado Novo sobre os direitos sociais tinham que prevalecer, não apenas pela pressão do governo sobre a maioria para que assegurasse a permanência de seus instrumentos de controle, como também pela incapacidade da oposição em resistir de maneira eficaz a uma “ideologia de Estado” que a fascinava e confundia (Weffort, *Op. cit.*, p. 98).

O episódio terminou com a dissolução do Congresso na discussão sobre a questão sindical. “Depois da ruptura vinha a repressão. Iniciava-se assim um processo que deveria conduzir em 1947 à cassação do registro do PC, à ilegalidade do MUT e da C.G.T.B. (Central Geral dos Trabalhadores do Brasil), bem como à intervenção em algumas centenas de sindicatos” (Weffort, *Op. cit.*, p. 100). Foi dessa forma que fracassou a primeira tentativa de construção do sindicalismo populista, pautado no compromisso de Vargas com o PC. Porém alguns anos depois, na década de 1950³⁶, surgiram condições favoráveis ao seu vigoramento.

No texto de Almeida e Martins, *Modus In Rebus – Partidos e Classes na Queda do Estado Novo*, encontra-se uma resposta, em tom bastante crítico e até agressivo, dirigida ao artigo de Weffort acima exposto. Os autores iniciaram sua argumentação alegando que as colocações de Weffort não os convenceram e, portanto, pretendem oferecer uma interpretação alternativa.

Almeida e Martins abordaram cinco pontos, pois consideravam que o maior equívoco de Weffort foi não tê-los abordado até o fim. Os pontos eram:

(1) Até que ponto a conjuntura não é ela própria compenetrada pela estrutura? (2) De que classe operária estamos falando quando nos referimos à classe operária brasileira? De uma classe em geral, de uma classe atrasada ou de uma classe específica? (3) Em torno de que interesses se agruparam as forças que participaram do golpe de 45? Em que sentido propunham a redemocratização do país? Tratava-se de redemocratização por baixo ou redemocratização pelo alto? (4) Toda aliança é colaboração de classe? Toda coincidência de interesses é subserviência? (5) O que é um partido em

³⁶ Esta conjuntura dos anos de 1950 será abordada mais a frente quando tratarmos especificamente da tese de livre docência de Weffort.

relação a uma classe? O que é a crítica da classe ao partido? (Almeida; Martins, s/d).

Fazendo a distinção entre estrutura fraca e forte (a primeira envolvendo as relações econômicas e sociais e a segunda as crenças, valores e instituições políticas como o Estado, direito, regime político, etc.), o principal argumento de Almeida e Martins foi que não tendo captado com maior exatidão a estrutura, a análise dos fenômenos conjunturais ficava altamente comprometida. Os autores consideravam muito abstrato se pautar somente no sentido fraco de estrutura (infraestrutura), já que nestes termos as variedades de opções dos atores políticos se ampliavam enormemente, resultando num análise histórica voluntarista e arbitrária:

Com base numa definição restritiva da estrutura, torna-se lícito reclamar mais flexibilidade e desenvoltura aos grupos políticos e, ipso facto, criticá-los por não utilizarem em sua plenitude o potencial de liberdade de escolha que, segundo se imagina, encontra-se à sua disposição em cada conjuntura (Almeida; Martins, *Op. cit.*, p. 7).

Almeida e Martins desenvolveram o argumento de que o que deve ser considerado em análises deste tipo é a efetividade histórica de ação, sendo a estrutura que condiciona a ação. Esta estrutura é atravessada por contradições e são as rupturas nela percebidas que constituem as diferentes conjunturas, dessa forma, uma análise da conjuntura de 1945-1946 só ganha sentido se for levado em conta o arcabouço estrutural que condicionava a atuação das forças políticas (Almeida; Martins, *Op. cit.*, p. 8/9).

Neste caminho, pode-se pensar o nacionalismo da seguinte forma: na conjuntura da nascente industrialização, os setores ligados a agricultura de exportação serão automaticamente ligados a não-nação, enquanto os setores preocupados com o mercado interno vão levantar a bandeira nacional. O resultado, que é a ideologia de Estado de Vargas, estaria relacionado aos interesses nacionais contra os da oligarquia exportadora, se constituindo assim, para os autores, em dado estrutural, não podendo subestimar seu poder de ideologia (Almeida; Martins, *Op. cit.*, p.10-15).

O paternalismo varguista foi resultado do prestígio que fora conquistado por ele devido às suas ações perante os trabalhadores, com todos os benefícios que o ditador relegou a esta classe. Assim, o mais interessante, para Almeida e Martins, não era

discutir a validade das atitudes de Getúlio, mas sim a sua robusteza (Almeida; Martins, *Op. cit.*, p. 18/19).

Caminhando neste sentido, Weffort travou crítica feroz ao PC, que ao invés de se opor ao populismo varguista, o incrementava. Ignorando assim os pressupostos que Almeida e Martins propõem, quais sejam de desqualificar o caráter estrutural do prestígio de Vargas e a especificidade da massa operária da época. Para os autores, o PC não teve margem de ação para realizar mais do que o permitido pelo contexto, ou seja, na impossibilidade de se opor a Vargas, eles se associaram para poder ter voz e competir dentro das regras de seu jogo.

No panorama político de 1943, para os autores, o PC tinha três alternativas: ficar contra Vargas e apoiar os golpistas; serem independentes; ou se associar a Vargas. O partido escolheu o terceiro, mas a justificativa é que em 1945 quando os comunistas manifestaram seu apoio a Vargas, este já tinha dado grandes passos a esquerda, o que fez com que PC e Vargas adquirissem interesses comuns.

Da perspectiva dos comunistas, eles conquistaram algo decisivo para sua atuação política: “o acesso aos sindicatos”. Criaram o MUT e a CGBT, ou seja, adentraram o jogo, se fizeram ouvir e se opuseram a Vargas em todas as oportunidades que tiveram. Dessa forma, esta aliança com Vargas foi vantajosa para o avanço do movimento operário. Com a derrubada de Vargas, não havia mais motivos para manter a aliança com o governo (Almeida; Martins, *Op. cit.*, p. 33-35).

Para os autores, os comunistas decidiram por participar da vida sindical tanto quanto era permitido da forma como estava organizada. A alternativa de Weffort (recusa de participar da estrutura sindical dada) é mais coerente com os interesses dos operários, contudo “a política não se faz em tese, mas em concreto”. Assim, a alternativa de Weffort, “embora permaneça como a mais radical, não apresenta o mesmo grau de exequibilidade daquela que foi escolhida pelos comunistas” (Almeida; Martins, *Op. cit.*, p. 45/46). Seguindo este raciocínio, os autores defendem que o PC tentou, no interior da aliança com Vargas, alcançar seus objetivos políticos.

Todavia, um fato mereceu “reparos” mais minuciosos na análise de Almeida e Martins: a política de “apertar o cinto” defendida pelo PC. Coerente com sua análise, Weffort não mediu palavras ao deslançar sua crítica a esta atitude dos comunistas, usando-a para engrossar ainda mais o seu argumento relacionado à postura equívoca do partido no tangente a defesa da classe operária.

Para defender seu ponto de vista os autores fizeram longo discurso sobre as relações entre partido e classe, alegando que Weffort possuía uma concepção liberal desta relação.

A concepção liberal baseia-se fundamentalmente em dois postulados. Pelo primeiro, ela afirma a superioridade da consciência político-ideológica dos representados sobre a de seus representantes. Pelo segundo, ela sustenta a tese de que os representantes não são mais do que o instrumento passivo, subordinado, em tudo e por tudo, à vontade política dos representados (Almeida; Martins, *Op. cit.*, p. 63/64).

Rechaçando esta visão, os autores alegavam não ter nada mais importante em política que distinguir erro de traição. E defendiam arduamente que apesar do PC ter agido muitas vezes contra os interesses da classe operária, devia-se relevar os objetivos que o partido visava. Contudo, os autores concordam que a política dos comunistas de “apertar o cinto” constituiu-se em “crasso erro”, pois ignoravam a situação real no interior das classes.

Um partido que pede às massas que apertem o cinto quando isso era a última coisa que elas esperavam ouvir da boca dos seus representantes, sem dúvida estava redondamente equivocado. Porém, estava equivocado no concreto e, portanto, merecia ser, como foi, e está sendo aqui, criticado em concreto. O que, no caso, não tem qualquer cabimento é a crítica de princípio (Almeida; Martins, *Op. cit.*, p. 72).

Assim, a crítica que Almeida e Martins fizeram a Weffort se resume na última frase do artigo: “*Modus in rebus, sed non bis in idem*” (no caminho das coisas, mas não duas vezes para a mesma coisa)³⁷.

Werneck Vianna sintetizou o significado teórico desta polêmica:

“causa célebre” nos círculos universitários no começo desta década, sumariza brilhantemente o tipo de indagações e o próprio conhecimento obtido até então sobre nosso objeto [sindicalismo e movimento operário]. Examinaram-se temas como estatuto científico do conceito de conjuntura, de tática da vanguarda política da classe operária, condições de redemocratização de 1945, existência ou não de uma questão nacional e seus vínculos possíveis com a democrática, frequentemente apoiados – embora precariamente – em material empírico (Vianna, 1986, p. 159/160).

³⁷ Como já dissemos no início, este texto teve uma resposta de Weffort, que imaginamos ter sido feita em tom mais ácido que o exposto por Almeida e Martins, porém não tivemos acesso a ele. Voltaremos a esta discussão incorporando outros pontos da argumentação de Weffort quando falarmos de sua produção teórica realizada tanto no CEBRAP como no CEDEC.

Na busca por uma “nova interpretação sobre o Brasil” já foi dito que Weffort foi o autor que mais enfatizou a crítica à herança nacional-popular. Ao escolher o sindicalismo como objeto de análise, Weffort dava mostras do quanto incorporara a crítica ferrenha ao nacionalismo herdada de sua formação uspiana.

Weffort consolidaria a interpretação uspiana do Brasil e, concentrando-se na descontinuidade histórica como principal critério de investigação da trajetória do país após 1930, elaboraria uma formulação à esquerda para completar a recusa ao nacionalismo, ao desenvolvimentismo e ao varguismo (Lahuerta, 2001, p.66).

A polêmica travada com Almeida e Martins expressou exatamente essa nova interpretação que pretendia desvendar as novas formas de estruturação da sociedade civil autônoma ao Estado e também mostrava as consequências nefastas do populismo para a organização sindical.

Esta discussão teve maiores repercussões dentro do CEBRAP, estimulando duas linhas de pesquisa, uma focada no período de 1930-45, detendo-se especialmente nas condições de origem da legislação trabalhista e da estrutura corporativa sindical, e outra para a fase em que o corporativismo sindical foi assimilado pelo liberalismo – 1945-1964. Nos estudos sobre esta segunda fase “prevalecem os que se encaminham pela vertente preconizada por F. Weffort” (Vianna, *Op. cit.*, p. 160/161).

Com isso, fica claro que Weffort saiu vencedor da discussão, pois foi a partir da criação dessa sua linha de pesquisa, fruto da polêmica com Almeida e Martins, que o autor não mediria argumentos na crítica à esquerda e sua insistência em atuar a reboque do Estado e do nacionalismo. Aveso às dimensões institucionais do movimento trabalhista, o autor pregava a independência total deste. A partir destas críticas, Weffort constituiu um lugar para aqueles que não se pautavam pelas teses do PCB, nem pretendiam atuar no MDB, preparando o terreno que o levaria à formação do CEDEC e posteriormente a atuação junto ao Partido dos Trabalhadores.

Nestes anos iniciais da década de 1970, Weffort além de protagonizar controvérsias no CEBRAP também se dedicava a outros projetos, entre eles estava a elaboração de sua tese de livre docência sobre a relação entre sindicatos e política, o denso estudo sobre as greves de 1968 em Contagem e Osasco e a participação no jornal *Opinião*.

A partir dessas três referências pretendemos mostrar como Weffort consolidou seu radicalismo teórico nos intramuros do CEBRAP e o conseqüente prestígio intelectual adquirido no Centro.

2.5 – *O radicalismo teórico de Weffort no CEBRAP*

Concomitantemente a sua entrada no CEBRAP, Weffort escrevia sua tese para livre docência na USP. Este conciliamento de atividades nos leva a reflexão sobre a política institucional do Centro, cuja preocupação era, além de manter o pluralismo teórico, incentivar o aprimoramento acadêmico de seus pesquisadores. Assim, o autor realizou sua pesquisa “integralmente no CEBRAP, que lhe forneceu os meios disponíveis para a conclusão do trabalho e, posteriormente, Weffort torna-se professor encarregado de Ciência Política” (Baptista, 2009, p. 56). Formalmente o CEBRAP não teve ligação com a formação de Weffort, visto que se tratava “da última etapa de uma trajetória intelectual que vinha de antes do CEBRAP” (Relatório de Atividades, 1972 *apud* Baptista, 2009, p. 56).

Tendo estabelecido sua análise sobre o comportamento das massas atrelado ao arcabouço nacional-popular, Weffort (1972), em sua tese de livre docência, prosseguiu com seus estudos sobre o comportamento da classe operária ao longo do período populista passando a enfocar estritamente a relação entre sindicatos e política.

Neste trabalho, Weffort desenvolveu argumentação já relatada anteriormente quando tratamos da polêmica travada com Almeida e Martins. Em verdade, aquele seu artigo [*Origens do Sindicalismo Populista no Brasil (a conjuntura do pós-guerra)*] foi uma síntese da “primeira parte” da argumentação de sua tese de livre docência, quando tratou do momento pós-guerra, que culminou com a instauração da democracia em 1946. Desenvolveremos aqui a “segunda parte” de sua teorização, contemplando o período de 1955-1964, quando surgiu uma conjuntura favorável para a efetivação de um sindicalismo populista, dada justamente, segundo Weffort, pela retomada, como nunca, da ideologia nacionalista.

O argumento central desta análise de Weffort foi o questionamento do revivimento nacional-populista que ocorreu entre 1953 e 1954. O autor enfatizou a

necessidade de se definir o caráter crítico dos acontecimentos do período devido às consequências graves que acarretou para o movimento operário.

Devido a imensa crise política do período, em que as elites estavam deslegitimadas, pode-se entender a retomada do populismo como um recurso político destas elites para se aproximarem das que ocorreu em 1953 e 1954 massas e assim mobilizá-las. Weffort procurou ir além desta argumentação, percebendo nos acontecimentos de 1954 um momento de crise de estrutura do próprio varguismo, chegando ao ponto de pôr à mostra as raízes do sistema político brasileiro (Weffort, *Op. cit.*, p. III43). Dito de outra forma, não se vivia apenas mais uma crise de legitimidade das elites, pois dada a morte de Vargas, a crise se configurava exatamente como prova das debilidades da estrutura política criada e mantida pelo próprio varguismo:

Vargas era ele próprio apenas um substituto para as classes dominantes incapazes de assumir por si próprias a hegemonia política e sua força política pessoal residia principalmente em sua capacidade de remediar a incapacidade política daquelas classes (Weffort, *Op. cit.*, p. IV4).

Assim, o sentido histórico fundamental de 1954 estava em que neste ano ocorreu o desmoronamento de todos os aparatos políticos e econômicos da era Vargas, “a começar precisamente pela política de desenvolvimento capitalista nacional” (Weffort, *Op. cit.*, p. IV4). Era notável o fracasso da “política de conciliação” pautada na aproximação com os sindicatos e as massas populares davam sinais de que estavam escapando das políticas populistas.

Nestas circunstâncias, Vargas deu em 1954 seu combate final tanto por sua concepção de desenvolvimento econômico como por sua concepção de Estado. Sua revanche não pôde impedir que perdesse o essencial: embora se dilatasse o prazo para a liquidação final de sua concepção de Estado, sua concepção do desenvolvimento econômico fora definitivamente derrotada. Sua vitória na conjuntura de 1954 *não pôde impedir que se abrisse espaço político necessário para o surgimento de um novo centro de hegemonia econômica no país*. O que se segue é, portanto, a decadência da época Vargas. Decadência obscurecida pela exasperação ideológica do nacionalismo, mas nem por isto menos real (Weffort, *Op. cit.*, p. IV6, grifo do autor).

Devido às drásticas mudanças na economia³⁸ e a grave crise institucional vigentes, o governo Juscelino Kubitschek teve que fazer malabarismos para agradar a burguesia nacional decadente e as massas populares que se tornavam cada vez mais presentes. O panorama exposto por Weffort era de que o jogo parecia escapar das mãos das elites, ou pelo menos, já não dependia apenas delas.

O governo Kubitschek executou uma política de industrialização favorável ao capital estrangeiro, o que caracterizava uma reorientação do Estado que não poderia deixar de afetar a economia³⁹. A partir destas mudanças estruturais, entrou em vigência, segundo Weffort (*Op. cit.*, p. IV16), “a aliança política dirigida pelos grupos nacionalistas entre a burguesia nacional e os sindicatos sob controle dos comunistas” concretizada por meio do corporativismo sindical. Weffort ressaltava que a aliança durou pouco, mas enquanto teve vida virou mito nas mãos da ideologia nacionalista, existindo até 1964.

Werneck Vianna (1986) entendeu que para Weffort o corporativismo se desenvolveu por motivos estritamente políticos, ou seja, para, sob a mediação do Estado, manter as relações entre os interesses burgueses conflitantes e para submeter a classe operária a sua tutela, visto o perigo que esta classe representava perante a fragilidade do pacto das classes dominantes. Discordando desta posição, Vianna afirmava que ela expressava o caos metodológico da época que tentava integrar concepções marxistas com funcionalistas. A maior repercussão desse caos foi a perda da

perspectiva do estudo e da pesquisa dos modos singulares da formação e expansão do modo de produção capitalista na América Latina para, na observação de Francisco de Oliveira (1972), obscurecermos essa realidade num falacioso “modo de produção subdesenvolvido” (Vianna, *Op. cit.*, p. 149).

³⁸ Em decorrência dos êxitos econômicos do governo Juscelino Kubitschek e a consequente abertura da economia, a burguesia nacional perdia espaço, o que acarretou uma mudança brusca na “estrutura da economia industrial com o surgimento de um centro hegemônico vinculado ao grande capital e à indústria pesada. Mudança de estrutura que a ideologia nacionalista não poderia reconhecer em toda a sua profundidade, sob pena de perder sua razão de ser como projeto de desenvolvimento nacional” (Weffort, *Op. cit.*, p. IV6). Este último argumento de Weffort é originalmente de Fernando Henrique em *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico* de 1964.

³⁹ De acordo com Weffort (*Op. cit.*, p. IV14): “Como disse Fernando Cardoso, iniciava-se assim um processo de divergência crescente ‘entre as bases sociais e política sobre as quais assentava o regime populista e os setores de classe que controlavam as forças produtivas’, modificava-se ‘o eixo hegemônico do sistema de poder e a base dinâmica do sistema produtivo’ que se deslocava para os grupos sociais que expressam o capitalismo internacional”. As citações de Fernando Henrique Cardoso encontram-se em *O modelo político brasileiro*, 1971, (mimeo).

Vianna alegou que a ênfase dada ao aspecto político no trabalho de Weffort deixou escapar o tema crucial do conceito de exército industrial de reserva, que em nome de um dualismo escamoteava a “via prussiana de desenvolvimento capitalista, a partir de um compromisso entre as frações burguesas agrárias e industriais” (Vianna, *Op. cit.*, p. 149).

Aprofundando sua análise sobre a dependência do movimento operário frente ao Estado e as implicações deste quadro para a vida política do país, Weffort passou a se preocupar com a atuação dos sindicatos neste processo. Para o autor, o sindicalismo seria a melhor alternativa para se romper com o tipo de Estado patrimonialista e cooptador dos interesses das classes subalternas.

Weffort então realizou um estudo sobre duas greves ocorridas em 1968, uma em Contagem, no estado de Minas Gerais e outra em Osasco, na região da grande São Paulo. O artigo intitulado *Participação e Conflito Industrial: Contagem e Osasco – 1968* foi publicado nos *Cadernos CEBRAP* em 1972. O motivo que levou Weffort a estudar especificamente essas duas greves foi o fato de que elas “romperam” com o esquema geral da estrutura dual do sindicalismo populista⁴⁰.

O autor percebeu nestas greves formas alternativas de associação, pois muito diferentemente de greves anteriores, era visível nestes dois casos a atitude de independência dos sindicatos com relação ao Estado e as empresas. A partir destes exemplos, Weffort procurou mostrar como o movimento operário estava capacitado para exercer papel de sujeito ativo e influir sobre a sociedade, significando a possibilidade de uma forma de organização mais democratizada. Weffort compreendeu que a dependência dos sindicatos em face do Estado era apenas em parte produto da vontade do governo, pois havia também o problema da ordem interna do sindicalismo brasileiro.

Estes problemas eram: primeiro, o Estado financiava os sindicatos por meio de impostos que compunham grande parte de sua verba, ao receber dinheiro público, os sindicatos limitavam grandemente suas possibilidades de resistência à tutela do Estado. Segundo, havia um baixíssimo nível de participação e representação na maioria dos

⁴⁰ Weffort chamava de estrutura dual do sindicalismo populista a composição entre as organizações oficiais e as “organizações paralelas”. Sendo estas últimas resultado da ação da esquerda, principalmente comunista, que visando se aproximar do operariado se associa ao sindicalismo oficial (Weffort, 1972a, p. 7/8).

sindicatos, pois funcionando com um orçamento escasso, coube a estes assumirem funções assistenciais que seriam tarefa do poder público (Weffort, *Op. cit.*, p.28).

Foi dentro deste panorama que ocorreu em 1967 a renovação sindical em Contagem. Esta tentativa, após as considerações feitas acima sobre o sistema sindical, não poderia ter tido outro resultado, um ano depois (1968), senão o que teve: representação sindical precária, levando o clima de insatisfação presente nas bases operárias ao seu ponto máximo. Dessa forma, a greve começou fora dos sindicatos e “de fato ninguém sabia de nada sobre a greve, com exceção das centenas de operários que fizeram a greve” (Weffort, *Op. cit.*, p.37).

Na falta de uma organização corporativa que os articulassem e representassem, os grevistas estavam reduzidos apenas ao impulso do movimento e à força do número⁴¹. A desorganização os enfraquecia e limitava as manobras de negociação, já que ficaram a mercê das alternativas que o governo ofertava. A greve foi dissolvendo-se aos poucos (Weffort, *Op. cit.*, p. 47-50).

O caso de Osasco foi diferente, pois o sindicato da região levava ao extremo a questão da democratização sindical. Diferente de Contagem, o sindicato de Osasco tinha um nível bastante elevado de participação de base, que para Weffort “foi o resultado da formação de um determinado tipo de consciência política, na massa como entre seus líderes, sobre a condição de privação crônica em que se encontram” (Weffort, *Op. cit.*, p.54).

Os problemas começaram a surgir, de fato, quando tomando repercussão maior que a esperada, a greve que estava sendo planejada para outubro, acabou ocorrendo em julho. Após a greve de Contagem e a dissolução do MIA⁴², o sindicato de Osasco se isolou e passou a atuar de forma voluntarista, desistindo de fazer alianças com outros setores sindicais.

⁴¹ Uma vez instaurada a greve, o governo (militar) pressionava os sindicatos oficiais, só que estes não podiam servir a nenhuma das partes, nem ao governo, porque a liderança da greve não era do sindicato, e nem aos grevistas, pois não tinham autoridade sobre estes. Assim, o sindicato oficial assumia uma função estritamente simbólica do que cada uma das partes esperava dele (Weffort, *Op. cit.*, p.42).

⁴² O MIA (Movimento Intersindical Antiarricho) foi uma organização paralela à estrutura sindical oficial. Como Osasco era bastante diferente dos outros sindicatos, houve sérios atritos na tentativa de organização deste movimento e o MIA foi dissolvido poucos meses depois (Weffort, *Op. cit.*, p. 70-74).

Segundo Weffort, uma vez criado o conflito, o sindicato não sabia o que fazer⁴³, como se jamais aqueles líderes tivessem se colocado seriamente a questão sobre como encaminhar a greve, abrindo a brecha necessária para que o governo interviesse e agisse. Diferente de Contagem, dessa vez o governo não se dispôs a negociar e exerceu forte repressão ao movimento. O autor buscou analisar o papel exercido pelo sindicato de Osasco na greve, pois para Weffort o motivo principal do fracasso do movimento foi sua falta de organização interna.

Enquanto para os operários de Contagem o sindicato servira apenas para emprestar seu auditório para as negociações e os debates, aqui ele desempenhava o papel central no movimento. Parecia representar todas as funções ao mesmo tempo, era sindicato oficial, sindicato rebelde e chegava mesmo a simbolizar as funções de uma organização política. Contudo, no momento do conflito, quando deveria pôr à prova sua capacidade para dirigir os acontecimentos, ele não encontrou melhor solução que declarar-se irresponsável pelo movimento que criara (Weffort, *Op. cit.*, p. 84/85).

Especificamente sobre o desenvolvimento interno do movimento sindical, é preciso ter em mente que apesar das tendências à independência, outro problema a ser levado em conta é se tais tendências tinham condições internas de êxito para o conjunto do movimento. No caso de Osasco, não obstante as inovações feitas no sentido da incorporação dos operários aos sindicatos, não se excluiu “a presença influente de alguns velhos hábitos ideológicos e organizatórios do sindicalismo populista” (Weffort, *Op. cit.*, p. 91).

Foi através da análise das funções dos sindicatos no período populista que Weffort buscou mostrar o papel da ideologia nacionalista naquele momento, que se sobressaiu inclusive no campo da esquerda, acarretando o agravamento da desmobilização operária e a conseqüente existência dos sindicatos como meras instituições dependentes do Estado.

A partir da análise destes dois trabalhos de Weffort fica bastante evidente que sua interpretação de Brasil destoava em grande parte das demais feitas no CEBRAP,

⁴³ No início da greve em 16 de julho de 1968 se via a contradição interna do movimento grevista organizado pelo sindicato, “dividido entre as expectativas que suas ações passadas haviam suscitado entre os operários e as exigências burocráticas que emanavam de sua condição na estrutura sindical oficial” (Weffort, *Op. cit.*, p.79/80).

uma vez que ele era o único que pautava substancialmente suas análises na crítica radical a herança popular. Já dissemos que o CEBRAP, sobretudo nestes anos iniciais da década de 1970, se constituiu mais como um lócus aglutinador dos opositores à ditadura que como escola de pensamento (Sorj, 2001).

Neste contexto de oposição ao regime militar, embora houvesse uma situação crítica de restrição, “desenvolveram-se iniciativas culturais através das quais se procurou questionar, de modo metafórico e indireto, a essência do regime” (Lahuerta, 2001, p.58). Entre estas iniciativas, talvez a mais importante tenha sido a do jornal *Opinião*. Inaugurado em fins de 1972, o jornal teve papel importante na luta democrática, pois em suas páginas divulgou-se um forte “questionamento de muitas das teses que tinham vigência na cultura política da oposição” (Lahuerta, 1999, p.158). Realizou-se, assim, uma significativa renovação dos temas referentes ao debate político e cultural da época.

Devido às relações pessoais entre Fernando Henrique e Fernando Gasparian (proprietário do jornal), muitos pesquisadores do CEBRAP passaram a escrever no *Opinião*, aliás, foi grande a presença de cientistas sociais em geral no jornal, fato que se justificava devido a sua genuína intenção crítica. Os intelectuais do cebrap colaboraram expressivamente com o *Opinião* e dos 125 artigos publicados por cientistas sociais, 55 eram de intelectuais do CEBRAP (Almeida, 1992, p. 25)

Foi através da experiência no *Opinião* que os cebrapianos puderam ultrapassar os limites acadêmicos de sua atuação e se inserirem na cena pública consolidando sua “interpretação do Brasil”. Apesar de tributária da longa tradição anterior, essa interpretação foi consolidada no CEBRAP e se pautava em algumas teses básicas como

a recusa a qualquer compromisso com o varguismo; a tentativa de explicar o Brasil através da teoria do “populismo”, a preocupação com os bloqueios ao desenvolvimento da ordem social competitiva; a crítica à razão dualista; o reconhecimento de que, ainda que associado e dependente, havia desenvolvimento econômico no país; e, por fim, a perspectiva de que havia uma situação estrutural que contrapunha autoritarismo X democratização (Lahuerta, 1999, p. 159).

Com tais teses em mente, fica nítido que se tratava de uma “oposição muito particular, pois mantinha distância do nacionalismo, refutava as teses do PCB e

abominava, ou no mínimo, via com desconfiança a participação no MDB (encarado, durante alguns anos como se fosse um complemento da ARENA)” (Lahuerta, *Op. cit.*, p. 160).

Nos artigos de Weffort encontramos todos os indicativos desta postura, a começar por um artigo escrito em 1972, intitulado *A vitória inchada da Arena*, em que definia a ARENA como um disforme aglomerado de facções, sobretudo após as eleições municipais de 1972 que mostraram a fraqueza política do MDB. Segundo Weffort, “o MDB caiu ainda mais e deverá encontrar certamente nos resultados eleitorais alguns motivos a mais para renovar suas melancólicas reflexões sobre eventuais conveniências de dissolver-se como partido” (Weffort, 1972b).

No artigo *A democracia e a “questão social”* de 1974, Weffort discorreu sobre o tema das inibições liberais presentes na política nacional. O autor afirmava que

a Revolução de 30 foi talvez a primeira grande oportunidade perdida pelo liberalismo brasileiro de uma aproximação com os temas igualitários da democracia moderna [...]. O nacionalismo começava a adquirir um conteúdo social democrático, sem deixar por isto de ser autoritário no plano político, o liberalismo por sua vez congelava nas formas tradicionais que assumiria na República Velha, identificando-se no essencial dos moldes ideológicos pelos interesses agrários e mantendo-se por consequência afastado dos interesses populares (Weffort, 1974).

Após as eleições de 1974 em que o MDB obteve resultados eleitorais significativos, Weffort, no artigo *O 15 de novembro: antes e depois de 1974*, realizou um balanço deste episódio demonstrando sua preocupação com a questão das alianças políticas que o MDB era obrigado a acatar para adentrar efetivamente o jogo político, porém o autor também se mostrava otimista afirmando que o que ocorreu nas eleições de 15 de novembro daquele ano

foi o encontro da oposição com o povo. E é isto que constitui no país um movimento democrático de alcance nacional. Mas o que importa sobretudo é compreender que o povo, melhor talvez que os líderes, compreendeu que suas reivindicações econômicas necessitam de um clima de liberdade para se expressar. Mais do que a vitória do MDB, o fato radicalmente novo deste dia 15 de novembro constitui portanto no despertar da população brasileira para o exercício da democracia (Weffort, 1974a).

Ou seja, Weffort, em meio ao calor dos acontecimentos, percebia o quanto a sociedade brasileira caminhava para realizar mudanças políticas e esta vitória do MDB constituiu-se como o início de uma nova atividade política, entretanto, ela encontraria muitos obstáculos, principalmente os relacionados à atuação do Parlamento. No artigo *O impasse da oposição* de 1975, Weffort, que acompanhava as discussões parlamentares, logo viu que estas caminhavam “rapidamente para a improdutividade da mera retórica” (Weffort, 1975). Contudo, para Weffort, o problema principal nem era o parlamento em si, mas a limitação do debate a sua atuação:

E isso é grave, sobretudo depois do 15 de novembro, que assinala o despertar da população para a vida política. O que houve de grandioso nas eleições parlamentares corre agora o risco de perder-se no quadro de um sistema institucional inspirado no temor da participação popular. Pode-se dizer que começa já a esvaír-se na trama dos nossos hábitos políticos mais arraigados e que afetam tanto Arena como o MDB [...] precisamente porque o regime é autoritário e o Parlamento é débil como instituição, o restabelecimento das instituições democráticas será sempre uma promessa frustrada enquanto a democracia não for praticada permanentemente no diálogo dos políticos com a sociedade (Weffort, 1975).

Engajado como estava na luta democrática, Weffort, no artigo *Velhos desafios do novo MDB* de 1975 manifestava suas preocupações com as próximas eleições de 1976 e 1978, pois considerava que somente uma aproximação com o povo podia conceder ao MDB a legitimidade que lhe faltava, uma vez que a ARENA se mostrava cada vez mais retrógrada em seus posicionamentos parlamentares. Para o autor, o MDB agia como se o processo político fosse baseado apenas no triângulo MDB-ARENA-Presidente da República. Assim

sempre insistindo sobre o que já se sabe, talvez não fosse demais lembrar que abaixo disso tudo, e suportando tudo de muita má vontade, está o povo. Se não quiser contaminar-se ele próprio da rigidez que afeta no momento as instituições democráticas, o MDB terá que crescer para as bases, para o lado da organização popular. É dos jogos de luzes que vêm de cima, que deveria começar a exercer-se o melhor da “imaginação política criadora” da oposição (Weffort, 1975a).

Weffort desde sempre manifestou em suas teorizações a preocupação com o lugar do povo na política, sobretudo no tangente as classes operárias que, como

mostramos ao discorrer sobre sua tese de livre docência, sempre ficaram a margem de qualquer posição autônoma na vida política nacional. Dessa forma, no primeiro de maio de 1975, Weffort, no artigo *1º de maio: onde estão os trabalhadores?* de 1975, desenvolve substancialmente sua visão crítica sobre o assunto:

Como entender, afinal, a natureza do regime em que vivemos, sem lembrar que uma das suas funções essenciais têm sido, precisamente, a de manter os trabalhadores à margem? A margem da política e, evidentemente, à margem dos frutos do chamado “milagre econômico”. Enfim, até os milagres precisam de alguém que os pague [...]. A atual estrutura dos sindicatos [...], especialmente através do Imposto Sindical, implicou desde as origens uma relação de dependência em face ao Estado [...]. Mas a liberdade sindical não deve significar apenas o fim das intervenções diretas do Ministério do Trabalho. Pedir isso é pedir o mínimo. Liberdade neste caso implica em compreender claramente a necessidade de conceber os sindicatos como organismos desvinculados do Estado, capazes, portanto, de poder sustentar, no terreno da defesa econômica dos seus associados, políticas que eventualmente contrariem as orientações dos governos [...]. Quando isso acontecer, certamente as comemorações de primeiro de maio terão a presença dos trabalhadores, recuperando-se assim o significado histórico de uma tradição perdida (Weffort, 1975b).

No *Opinião*, Weffort e o grupo cebrapiano em geral puderam afirmar cada vez mais sua “nova interpretação de Brasil” que, independente das divergências teóricas internas, se baseava na defesa de uma maior participação da sociedade civil na vida política do país como único caminho para a democratização e superação do autoritarismo.

Essa nova visão acerca da realidade nacional suscitou “uma abertura para novas formas de conceber a política e o espaço para a ação” (Lahuerta, 1999, p. 174) e é sob esses termos que devemos entender a aproximação do CEBRAP com o MDB. Até 1974, o partido passava longe de sensibilizar o grupo, contudo, a partir do momento em que o MDB lançou Ulisses Guimarães como anticandidato e passou a realizar campanha nacional criticando o regime em 1973,

o tema das eleições e do bipartidarismo vão ganhar grande destaque nos escritos dos intelectuais cebrapianos e uspianos em *Opinião*, passando de uma posição de quase total descrença (Weffort, “A vitória inchada da ARENA”), para uma outra de valorização do processo eleitoral e do partido oposicionista (Lahuerta, *Op. cit.*, p. 182).

Assim, os motivos que engendraram uma mudança de opinião e levaram os intelectuais cebrapianos, inclusive o Weffort, a colaborarem com o MDB ao mesmo tempo em que teciam críticas ao movimento, baseavam-se no seguinte raciocínio:

Há uma modernização em curso na sociedade que está criando uma nova dinâmica, mais classista, mais marcada pelos interesses típicos das sociedades capitalistas. Portanto, os sistemas político e partidário precisariam expressar esse pluralismo e apresentar programas que explicitassem identidades e interesses diferentes da camisa de força do bipartidarismo (Lahuerta, *Op. cit.*, p. 182).

Como ressaltou Lahuerta (*Op. cit.*, p. 192), a partir da experiência com o *Opinião* e com o MDB, estava estabelecida a ponte entre a vida intelectual e a vida política. Entretanto, a percepção compartilhada de que o revivamento da sociedade civil precisava se estender para a atividade político-partidária gerou muitas controvérsias. Neste contexto:

Enquanto Cardoso centra o foco de sua análise na perspectiva de construção de um sistema partidário capaz de expressar o pluralismo dessa sociedade civil, Weffort insiste quanto ao potencial presente no movimento operário e nos movimentos sociais que vêm à tona como o elemento mais dinâmico dessa sociedade civil emergente (Lahuerta, *Op. cit.*, p. 196).

Independente do compartilhamento da importância do inserimento da sociedade civil na vida política, as diferentes opiniões geraram táticas políticas e teóricas bastante divergentes no decorrer do processo de transição (Lahuerta, *Op. cit.*, p. 196). Levando a que em 1976 houvesse a saída de um grupo de intelectuais do CEBRAP, liderados por Weffort, para a construção de um novo centro de pesquisas, o CEDEC (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea).

Ressaltamos que não estamos reduzindo esta “separação” dos Centros ao vínculo com o MDB, tanto que nas eleições de 1978, Weffort e grande parte do grupo que já se vinculava ao CEDEC apoiaram a candidatura ao senado de Fernando Henrique pela legenda do MDB, o que prova que naquele momento, por maiores as diferenças entre estes intelectuais, eles sabiam que primeiramente era preciso se unir para derrubar a ditadura.

Nesse sentido, em entrevista concedida a Marco Antonio Perruso (Perruso, 2009 p. 72), José Álvaro Moisés enfatiza que o CEDEC não era um “CEBRAP do B”, ressaltando a forma pacífica como se deu a constituição do CEDEC. A versão de Moisés é que dentro do CEBRAP havia um recente grupo de pesquisa sobre Sindicalismo liderado por Weffort que contava com Luís Werneck Vianna, Ingrid Sarti, Maria Hermínia Tavares de Almeida, entre outros. Como o grupo crescia e necessitava angariar recursos, julgou-se que seria mais sensato fundar uma nova instituição voltada aos seus temas específicos ao invés de disputar os escassos recursos do CEBRAP, geralmente oriundos da Fundação Ford.

Fernando Henrique Cardoso, no livro comemorativo dos 40 anos do CEBRAP (Montero; Moura [Orgs.], 2009), compartilha com Moisés a opinião de que eram todos amigos, porém cada um gostaria de ter seu próprio espaço e deveria fazê-lo, afirmando ter apoiado Francisco Weffort desde o começo na constituição do CEDEC.

De qualquer forma, sucedeu um afastamento em termos de perspectivas teóricas e práticas, o que nos remete a questão das várias forças ideológicas que permeavam o cenário intelectual da década de setenta.

A passagem de Weffort pelo CEBRAP foi fundamental para que ele criasse o CEDEC. No CEBRAP o autor adquiriu experiência com questões burocráticas e técnicas inerentes a administração de uma instituição, como o gerenciamento de recursos financeiros e trabalho em equipe, além de ter obtido um grande reconhecimento enquanto intelectual. Sem estes requisitos, o projeto do CEDEC teria dificuldades para se concretizar. No novo Centro, Weffort pôde desenvolver suas teorizações de forma mais autônoma ao mesmo tempo em que adquiria respaldo teórico para demarcar seu espaço na arena política.

CAPÍTULO 3 – Francisco Weffort, política e a consagração de uma nova “interpretação do Brasil”

3.1 Contextualização da trajetória do CEDEC (1976 – 1985)

Esboçar um panorama da história institucional do CEDEC é de suma importância para nosso estudo sobre o percurso de Weffort, uma vez que foi através deste Centro que o autor concretizou sua transformação em ator político. Por meio das atividades do Centro, Weffort se deparou diretamente com os problemas políticos da sociedade, se afastando da posição de especialista e passando a atuar politicamente. Um breve recuo à conjuntura histórica do período precedente ao surgimento do CEDEC nos ajudará a entender melhor os diversos fatores envolvidos na construção do Centro, assim como auxiliará para uma maior compreensão das opções teóricas e práticas de Weffort.

O ano de 1974 pode ser considerado um marco na vida política nacional. Após o período Médici, considerado o mais repressivo da ditadura, Ernesto Geisel tinha pretensões de liberalizar o regime. Contudo, o caminho deveria ser percorrido de forma gradual e “segura” entre o autoritarismo absoluto e um sistema mais aberto, “semidemocrático” (Skidmore, 1991, p. 322). Ao longo do percurso, Geisel se deparou com as forças opressoras do regime, pois seus planos de realizar uma reforma política no sentido de maior liberalização poderia provavelmente desestabilizar os blocos “linha dura” da ditadura. Com o advento das eleições de novembro de 1974 e posteriormente com seus resultados, o panorama político nacional começava a apresentar mudanças significativas rumo a liberalização política.

Geisel permitiu, surpreendentemente, que todos os candidatos tivessem acesso relativamente livre à televisão e “subitamente o eleitorado começou a imaginar que seus votos *poderiam* modificar o panorama político. Talvez o MDB *representasse* verdadeira alternativa; talvez o presidente estivesse preparado para cooperar com a oposição” (Skidmore, *Op. cit.*, p. 337, grifo do autor). Semanas antes das eleições era predominante um sentimento de entusiasmo da oposição, confirmado pela expressiva vitória do MDB na Câmara, no Senado e na Assembleia Legislativa.

A partir de então as pressões sobre Geisel e sobre o regime militar no geral não pararam de aumentar, pois não só a vida política se transformava, também a economia

apresentava resultados negativos, o que só reduzia a legitimidade do governo. Temos esse quadro mais agravado pelas crescentes reivindicações vindas de alguns blocos da sociedade civil, como a Igreja Católica, a OAB, a Imprensa, o movimento operário, entre outros. Foi neste contexto de abertura política “controlada” que ocorreram as eleições municipais de 1976 e novamente o MDB obteve altíssima votação. Assim, a oposição ganhava espaço na política institucional do país ao mesmo tempo em que progressivamente a sociedade civil parecia despertar para seu “papel” nas lutas pela derrubada da ditadura militar.

É preciso chamar a atenção para o peso que esta conjuntura histórica teve na trajetória institucional do CEDEC. Considerando os prováveis motivos que antecederam a idealização do CEDEC, como a colaboração do CEBRAP com o MDB, cujos fundadores do CEDEC manifestavam certa resistência, e também a existência do grupo de estudos sobre Movimentos Políticos Coletivos no Brasil encabeçado por Weffort dentro do CEBRAP (onde o grupo não possuía espaço necessário para o desenvolvimento de suas pesquisas), podemos justificar o perfil singular do CEDEC, sobretudo para enfatizar o lugar teórico ocupado por Weffort que no novo Centro pôde dar continuidade aos seus estudos sobre o movimento operário e sindical.

Em seu primeiro boletim informativo, onde foram expostos os esforços realizados pelo CEDEC de criar um Centro de documentação, sua apresentação foi feita da seguinte forma:

O CEDEC é uma instituição civil, sem fins lucrativos, fundada em 1976, e cujo objetivo principal consiste na consolidação de um espaço para a realização de pesquisas e debates sobre aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais da realidade brasileira, com ênfase especial na problemática das classes populares. É assim que o perfil do CEDEC se define. Nesse sentido, dirige as suas atividades para as seguintes áreas: movimento operário e sindical, trabalhadores rurais, movimentos sociais urbanos, cultura popular, violência e marginalidade, igreja e suas relações com os movimentos populares e o Estado, ideologia e partidos políticos (Chauí; Nogueira, 2007, p. 189).

No momento inaugural o Centro tinha como presidente Francisco Weffort e como secretário geral José Álvaro Moisés. Consta como conselho diretor do CEDEC, no primeiro relatório de atividades de 1977: Almino Affonso, Braz José de Araújo, Carlos Guilherme Mota, Fábio Antônio Munhoz, José Roberto Felicíssimo, Luis Eduardo Wanderley, Lúcio Kovarick, Maria Hermínia Tavares de Almeida, Maria

Victória Benevides, Marilena Chauí, Paulo Sérgio M. S. Pinheiro, Pedro Paulo Martoni Branco, Sérgio de Souza Lima, Vicente Carlos Y Plá Trevas. Dentre os nomes do conselho consultivo, entre outros, havia: Antônio Candido de Mello e Souza, Aziz Simão, Candido Procópio Ferreira de Camargo, Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, Juarez Brandão Lopes, Paulo Freire, Ruy Galvão de Andrada Coelho.

Amélia Cohn e Tullo Vigevani (2002) definiram três fases no CEDEC⁴⁴. A primeira foi marcada por uma

reflexão científica sobre direitos humanos e políticos da ótica da denúncia da violência e da arbitrariedade do estado ditatorial. Por um lado, neste caso, a pesquisa social articulada assim ao tema da cidadania volta-se para a questão da violência do aparato repressivo do Estado (...) e para os estudos da emergência de formas de organização e movimentos sociais que sinalizavam a revitalização da sociedade civil. Por outro lado, os pesquisadores passam a estudar e, em alguns casos, a prestar assessoria indireta ao novo sujeito social presente ativamente no cenário político do final dos anos 70 e nos anos 80 – os trabalhadores e sua atuação sindical com a emergência do novo sindicalismo. Tratava-se de fortalecer e revigorar a sociedade civil para enfrentar um Estado que ameaçava a todos, como apontou então Francisco Weffort em artigo publicado em *Lua Nova* (Cohn; Vigevani, 2002, p. 43).

A segunda fase, que coincidiu com a transição democrática a partir de 1985, pautou-se nos estudos sobre cidadania balizados “sempre na ótica da conquista de novos direitos sociais e na compreensão dos novos sujeitos sociais coletivos que então emergem, agora não mais mediante reação ao Estado, mas na ação junto a ele” (Cohn; Vigevani, *Op. cit.*, p. 44). Neste contexto, o CEDEC passou a articular democracia política e democracia social. A terceira fase, no final dos anos 1990, foi dedicada aos temas da reforma do Estado, políticas públicas, entre outros. O Centro neste momento, mais que nunca, precisava se adaptar às novas exigências de financiamento, o que implicava responder ainda mais rigidamente às agendas de pesquisa das agências financiadoras.

Seguindo esta divisão proposta por Amélia Cohn e Tullo Vigevani, nos ateremos aqui a uma breve análise da primeira fase apenas. Este recorte é devido à importância que o momento inicial do Centro acarreta para o desenvolvimento da temática do

⁴⁴ A utilização desta divisão temporal se dá exclusivamente por uma questão metodológica a fim de delimitar o período a ser analisado neste trabalho. Imaginamos que o recorte proposto por Cohn e Vigevani carrega algumas conotações políticas implícitas, no sentido de se relegar ao CEDEC determinada imagem sobre sua história já que a referida divisão foi realizada recentemente.

movimento operário e sindical na obra de Weffort e os desdobramentos de sua análise para a construção teórica do novo sindicalismo ligado a questão da democracia. Essas teorizações são primordiais para entendermos o lugar que o CEDEC ocupou no processo de construção de uma “nova interpretação sobre o Brasil”, ponto elementar para a compreensão de algumas consequências práticas dos estudos do Centro, como a aproximação efetiva com os movimentos sociais e também a colaboração de membros do CEDEC na constituição do Partido dos Trabalhadores.

O que instigava a reflexão do CEDEC no instante de sua criação era o fato de que naquele momento o regime militar começava a dar os primeiros sinais de sua debilidade. Os acontecimentos de 1974 mostravam uma crise do sistema político e a indagação do período era se essa crise abriria um vazio de poder que poderia culminar não apenas na instauração de um regime democrático, mas na consolidação de uma democracia substantiva demarcada pela participação popular.

Devido a este posicionamento, o grupo que fundou o CEDEC, divergindo da visão majoritariamente corrente no CEBRAP, via a transição democrática como uma farsa politicista. Acreditava que a oposição tanto do PCB como do MDB se constituíam em mais uma tentativa de tutelar a classe trabalhadora nos termos da política populista. Dessa forma, o CEDEC se estabeleceu, desde sua gênese, com “a perspectiva de construir um instrumento partidário autônomo” (Lahuerta, 2001, p. 83), a partir daí que se deu a transformação dos intelectuais do CEDEC em militantes político-partidários.

De acordo com Pécaut (1990, p. 260), o momento da abertura política do governo Geisel permitiu o surgimento de condições favoráveis à intervenção dos intelectuais na sociedade e esses puderam agir como atores políticos. Nesta transição para a atividade política havia determinada unidade entre o “partido intelectual”, como já assinalamos no capítulo anterior, pois o intuito maior de todos era se contrapor a ditadura. Havia consenso na defesa da ideia de necessidade da discussão no plano institucional mesmo com suas limitações intrínsecas. Contudo, após a euforia de 1974 surgiram divergências entre estes intelectuais:

A multiplicação de “movimentos de base”, em grande parte devida às iniciativas da Igreja, depois às greves do ABC, provoca uma nova ruptura entre os que continuam a dar prioridade à atuação institucional e aos avanços eleitorais e os que depositam suas esperanças nos processos de auto-organização dos atores sociais. Cisão essencial, que alimenta os debates intelectuais do período 75-80 e desemboca na criação do PT. Tudo é

questionado: os modos de representação política, as formas da democracia, o problema da igualdade e da cidadania, o tema da auto-organização dos atores sociais, com diversas conotações (Pécaut, *Op. cit.*, p. 305).

Assim, antes de se tornarem militantes político-partidários, o grupo do CEDEC precisou angariar esforços na consolidação de seu ideário de democracia substantiva, pautado na questão dos movimentos sociais e na construção de uma hegemonia de base popular.

Segundo o Relatório de Pesquisas do CEDEC de 1982, o foco de suas pesquisas estava no ângulo das relações entre o Estado e a sociedade civil:

Na atual etapa de desenvolvimento a efetiva extensão da cidadania e da participação às classes populares é uma questão central da vida social e da pesquisa no país. A percepção do caráter fundamental dessa questão inspira o programa de pesquisa do CEDEC, centrado no estudo e no acompanhamento da prática dos movimentos sociais e das tendências de comportamento popular. A preocupação em realizar trabalho dessa natureza traduz a opção por um trabalho intelectual que possa, de alguma forma, contribuir para o conhecimento e a prática dos setores populares envolvidos (Relatório de Atividades, 1982).

Tendo como base sua atuação em fins dos anos 1970 e início dos anos 1980, o CEDEC não deixou dúvidas quanto a sua vocação crítica, quanto a sua real tentativa de sair do institucionalismo “linha-dura” e “infiltrar-se” no coração dos movimentos sociais, buscando “sistematicamente preencher uma lacuna no pensamento predominante, abrindo espaços para modos de pensar o Brasil mais independentes com relação à agenda pública ditada pelas políticas governamentais” (Cohn; Marcovitch, 2001, p. 7).

Uma amostra desta postura foi a criação do grupo de pesquisa denominado “Direitos Políticos no Brasil Contemporâneo”, em 1983⁴⁵. Faziam parte deste grupo: Weffort, José A. Moisés, Maria V. Benevides, Régis de Castro Andrade, entre outros. A pesquisa envolveu três partes: o histórico da abertura; promoção de seminários e

⁴⁵ O exemplo relatado é de 1983, contudo imaginamos que projetos como esse deveriam existir no CEDEC já há algum tempo. Apesar de ser o período 1976-1985 o recorte utilizado para esta análise do CEDEC, não relatamos com maior enfoque as atividades realizadas pelo Centro anteriores a 1982, pois não tivemos acesso a esses dados. Nos arquivos do CEDEC foram extraviados os relatórios de atividade do período 1978 – 1981. Justo o período que engloba os primeiros contatos de membros do Centro com o PT, que foi criado neste intervalo. Esse “vazio temporal” acaba por turvar um pouco a análise das relações entre o CEDEC e o PT, que apesar de não ser nosso objeto, nos interessa pela influência de Weffort na construção do partido.

debates; um estudo prospectivo sobre os rumos da transição. O objetivo geral era “investigar a existência, o alcance e as limitações dos direitos políticos no Brasil, tomando como ponto de partida o processo de institucionalização democrática iniciado no governo Geisel” (Relatório de Atividades, 1983, p. 16), e a pesquisa tinha intenções mais específicas, sendo uma das principais

localizar, a partir do histórico da “abertura”, as raízes das atuais propostas políticas que se consubstanciam nas concepções de democracia e/ou da transição que os diversos atores defendem. Trata-se, neste passo da análise, de identificar nos projetos políticos atualmente em disputa os elementos que se articulam com a teoria e a prática dos diversos atores de todo o período da “abertura” que antecede o estágio atual da política brasileira (Relatório de Atividades, 1983, p.17).

Enquanto centro de pesquisa, o CEDEC buscava obter resultados para além dos teóricos. O objetivo do Centro não era unicamente publicar estudos, pois a própria avaliação de desempenho de cada projeto era pautada num conceito mais amplo de “resultados”, no sentido de serem realizados além das publicações de praxe, entrevistas em jornais, cartilhas populares, participação em programas de TV, etc.

Neste momento, o Centro fazia questão de ressaltar sua independência enquanto instituto de pesquisas: “o CEDEC é uma instituição leiga, apartidária, pluralista, independente do Estado e de outras organizações da sociedade civil” (Relatório de Atividades, 1984, p.5). O curioso é que, a essa altura Weffort era secretário-geral do PT e seu nome não constava de nenhum cargo administrativo/editorial do CEDEC, o que nos faz pensar que houve um afastamento do intelectual do Centro para se dedicar mais ativamente ao PT.

Nas atividades desenvolvidas no CEDEC neste período destacava-se a realização de seminários e debates envolvendo temas vinculados a propostas concretas contando com a participação de militantes de movimentos sociais, políticos e outros do gênero. A equipe do CEDEC também frisava a intervenção dos seus pesquisadores nos movimentos sociais da época.

Em 1985 ocorreu o Encontro Intersindical CUT-CONCLAT (Central Única dos Trabalhadores/Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras) em que o CEDEC participou junto ao CIOSL (Conferência Internacional de Organizações Sindicais Livres). Participaram do encontro dirigentes nacionais da CUT e CONCLAT e foram

convidados sindicalistas do Chile, Paraguai, Itália, Espanha e Alemanha. Neste encontro debateu-se temas como “Solidariedade Internacional: Chile, Paraguai e África do Sul; Central Sindical: Unidade e Pluralidade”; “Organização no Local de Trabalho: Comissão de Fábrica” e “Delegado Sindical” (Relatório de Atividades, 1985, p. 22/23).

Houve também um ciclo de estudos sobre “O que é Constituinte?” realizado pela *Revista Lua Nova* com apoio da PUC-SP, do programa “Palavra de Mulher”, da TV Cultura e da rádio USP. O ciclo de conferências realizado na PUC foi aberto ao público em geral e especialmente a militantes de movimentos populares, sindicatos e partidos políticos (Relatório de Atividades, 1985, p. 21), o que mostrava o engajamento do Centro com debates ligados a questões mais “concretas”.

Estas informações servem para legitimar o discurso inaugural do CEDEC de que era preciso escapar dos laços institucionais vigentes no Estado e criar espaços políticos novos. O argumento era que os movimentos sociais bebem da fonte original do aprendizado político, e assim, se ampliam baseados já na própria ação prática que realizam.

A partir deste panorama institucional do CEDEC fica bastante explícita a pretensão do Centro em se consolidar “como uma espécie de estado maior de uma nova agremiação, de um partido socialista e popular” (Lahuerta, 2001, p. 84). A influência de Gramsci é evidente, especialmente no que se refere a função do intelectual na sociedade aliada ao tema da Sociedade Civil.

As teorizações gramscianas acerca da função do intelectual tiveram uma importância imensa na formação e atuação dos intelectuais nacionais, sobretudo, na segunda metade da década de 1970. O contato com o autor proporcionou-lhes respaldo para discutir os problemas da função e responsabilidade dos intelectuais para com a sociedade, que naqueles anos se modernizava rapidamente⁴⁶.

Gramsci operou uma distinção fundamental entre o que ele chamou de intelectual “orgânico”, criado pela classe no processo de sua formação e

⁴⁶ O Brasil, assim como a Itália de Gramsci, não viveu uma revolução para fazer a passagem das formas tradicionais de vida para as formas modernas, com isso é notório em países com essa trajetória certa crise com a modernidade, obrigando que se reflita sobre os processos de indeterminação causados pela modernização. Sob este pano de fundo, as reflexões sobre a atividade intelectual e sua importância ganharam ainda mais destaque (Lahuerta, 1998).

desenvolvimento⁴⁷ e intelectual “tradicional”, formado por uma camada possuidora de relativa autonomia e continuidade histórica (clérigos). Em sua luta pela hegemonia cultural e política, cada classe se via diante de uma dupla tarefa: não só devia criar seus próprios intelectuais, ligados organicamente às novas formas de atividade que ele introduziu na história, como devia lutar pela conquista e assimilação dos valores progressistas encarnados e transmitidos pela camada dos intelectuais “tradicionalistas” (Coutinho, 1981, p. 123).

Esta distinção trouxe para a análise da função do intelectual na sociedade alguns problemas e o mais interessante era o que dizia respeito ao partido político moderno, às suas origens reais, ao seu desenvolvimento e às suas formas. O partido político para Gramsci era o “intelectual coletivo” da sociedade moderna (Gramsci, 1976, p. 22).

Aliás, pode-se dizer que, no seu âmbito, o partido político desempenhava sua função muito mais completa e organicamente do que, num âmbito mais vasto, o Estado cumpria a sua: um intelectual que passava a fazer parte do partido político de um determinado grupo social confundia-se com os intelectuais orgânicos do próprio grupo, ligando-se estreitamente ao grupo, o que não ocorria através de participação na vida estatal (Coutinho, *Op. Cit.*, p. 123-126).

Nos anos de 1970 havia a intenção, por parte de muitos intelectuais, de construir um partido socialista, contudo, com o surgimento do movimento operário do ABC no final da década, esta a intenção de formar um partido socialista foi abandonada pelos intelectuais que acompanhavam o movimento e concretizou-se a ideia de fundar um partido de trabalhadores.

⁴⁷ “Poder-se-ia medir a ‘organicidade’ dos diversos estratos intelectuais, sua mais ou menos estreita conexão com um grupo social fundamental, fixando uma gradação das funções e das superestruturas de baixo para cima (da base estrutural para cima). Por enquanto, pode-se fixar dois grandes ‘planos’ superestruturais: o que pode ser chamado de ‘sociedade civil’ (Isto é, o conjunto de organismos chamados comumente de ‘privados’) e o da ‘sociedade política ou Estado’, que correspondem a função de ‘hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de ‘domínio direto’ ou de comando, que se expressa no Estado e no governo ‘jurídico’. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. Os intelectuais são os ‘comissários’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso ‘espontâneo’ dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante a vida social, consenso que nasce ‘historicamente’ do prestígio (e, portanto, da confiança) que o grupo dominante obtém, por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparato de coerção estatal que assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’, nem ativamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo” (Gramsci, 1979, p. 10/11).

Sobre a relação entre o CEDEC e o movimento operário do ABC, José Álvaro Moisés⁴⁸ afirmou que sua aproximação pessoal com o movimento sindical do ABC se deu enquanto ele no CEDEC realizava uma pesquisa sobre este movimento:

Foi nesse contexto, como pesquisador, que eu conheci o Lula, entrei em contato com o grupo da liderança sindical e que depois me levou a, na origem do PT, a estar nesse grupo, eu sou fundador do PT, né? Desde o primeiro momento, digamos. E aí é uma coisa interessante. Aí já tinha um grupo intelectual mais reduzido, mas que era um pouco diferente daquele grupo mais amplo, anterior, que também teve um papel importante no processo de discussão e da redação do manifesto e do programa e tal. Esse grupo se reunia na casa do Vinícius Caldeira Brant aqui em São Paulo. Era o Vinícius, o Weffort, eu, Chico de Oliveira e Paul Singer, nós cinco. Do lado dos líderes sindicais era o Lula, Olívio Dutra, o Jacob Bittar, de Campinas e um líder sindical de Belo Horizonte [...], esses dois grupos foram os que propuseram, de certa maneira, a coisa de fundação do partido.

Na reflexão sobre a imperativa necessidade de autonomia dos trabalhadores era compartilhada, por grande parte dos intelectuais do CEDEC, a ideia de que para sua conquista era preciso construir espaços políticos novos, visto a desconfiança generalizada com relação aos espaços já existentes, como os sindicatos. Segundo Moisés⁴⁹, “era a ideia que você tinha na concepção das relações Estado-Sociedade, você tinha uma tendência de organização autônoma da sociedade civil, em confrontação com o Estado ou em negociação com o Estado, variava conforme o caso”.

A gênese desta posição se encontra nos trabalhos de Weffort que desde sua tese de livre docência que tratava da relação entre sindicatos e política, insistia sobre a necessidade de autonomia das classes populares perante a tutela do Estado (Lahuerta, 2001, p. 84).

Esta contextualização da trajetória do CEDEC se justifica já que Francisco Weffort foi não apenas o principal de seus fundadores, mas também o grande artífice da interpretação do Brasil, centrada na crítica do populismo, que movia esse grupo de intelectuais. Nesse sentido, a análise do percurso intelectual de Weffort dentro do CEDEC torna-se fundamental para compreendermos como sua crítica radical a herança nacional popular acabou se vinculando à reflexão e à prática de um movimento operário

⁴⁸ Entrevista concedida por José Álvaro Moisés a Marco Antonio Perruso em 25/04/2006, em São Paulo.

⁴⁹ Entrevista concedida por José Álvaro Moisés a Marco Antonio Perruso em 25/04/2006, em São Paulo.

preocupado com a democracia. Nos deparamos com os desdobramentos de suas análises no interior do grupo intelectual do CEDEC e percebemos sua importância para o processo de transição democrática, visto que as teorizações de Weffort e do Centro extrapolaram os limites acadêmicos e adentraram concretamente as discussões político-partidárias do período.

3.2 Weffort e a crítica radical à herança nacional-popular: consolidação de uma corrente de pensamento no CEDEC

Uma vez enunciada a configuração inaugural do CEDEC enquanto Centro de pesquisa preocupado substancialmente com a questão dos movimentos sociais, inclusive atuando junto a estes, nosso foco passa a ser os estudos de Weffort feitos nestes anos iniciais do Centro, ao enfatizar as questões sobre movimento operário e sindical, e também a influência teórica que Weffort exerceu no CEDEC.

Como já falamos anteriormente, Weffort foi o autor que mais levou adiante a crítica à herança nacional-popular herdada da tradição uspiana. Suas teorizações sobre o espontaneísmo da classe operária o levaram a crer “que toda experiência sindical identificada com o populismo tinha que ser deixada de lado para se construir uma nova tradição” (Lahuerta, 2001, p. 87). Essa intenção de Weffort se consolidou teoricamente no tema da criação de um “novo sujeito” que fosse destituído de qualquer espécie de corporativismo e estatismo. Este posicionamento foi muito mais fruto do contexto histórico do que da intenção consciente dos atores em realizá-lo.

Mas não é possível compreendê-lo adequadamente sem relacioná-lo com a interpretação uspiana sobre o Brasil: do ponto de vista de seus desdobramentos políticos, esse era um dos temas síntese da elaboração que a “escola paulista de sociologia” vinha desenvolvendo acerca do Brasil, pelo menos desde os anos cinquenta. Por isso, é o elo que articula boa parte da produção uspiana sobre a política e o movimento sindical, definindo uma visão da história que tem nos trabalhadores o cerne de suas preocupações, que se apresenta em oposição radical à tradição varguista e pretende estar num lugar à esquerda, tanto em relação à interpretação cepalina quanto à do Partido Comunista. A consequência dessa radicalização conceitual é a valorização dos movimentos sociais vistos como a verdadeira expressão das aspirações populares por uma cidadania plena, corporificada na ampliação da participação política e na extensão dos direitos sociais (Lahuerta, 2001, p. 88).

Os trabalhos de Weffort realizados no CEDEC corresponderam exatamente a tal radicalização conceitual. Teoricamente não é perceptível na obra do autor qualquer ruptura entre seus posicionamentos assumidos no CEBRAP e posteriormente no CEDEC, o que notamos é uma mudança perceptível no tratamento da questão do comportamento da classe operária, em que essas passaram a adquirir uma posição cada vez mais ativa em suas análises.

Neste sentido, na segunda parte de *O populismo na política brasileira* (2003), obra originalmente de 1978, o autor passou a indagar os motivos que levaram as classes populares, como um todo, a aderirem às políticas populistas, argumentando no sentido de relatar as consequências negativas desta situação para o desenvolvimento de valores democráticos no país, ou seja, o olhar de Weffort se voltava para a prática das classes populares.

Já falamos anteriormente sobre a crítica de Rubem Barbosa Filho (1980) com relação a referência de Weffort à questão da “manipulação” em seus primeiros estudos sobre populismo. Localizado agora em fins da década de 1970 e já no âmbito do CEDEC, Weffort sofreu uma inflexão teórica pautada no esforço em recuperar o populismo enquanto produto das opções políticas feitas no período. Subjacente a este esforço encontrou-se a afirmação teórica da autonomia real do nível do político, inspirada na reflexão marxista contemporânea (Filho, *Op. Cit.*, p.180-196).

Inserido neste contexto de inflexão teórica, Weffort analisou o processo de incorporação das massas à política apenas como um dos aspectos do problema, pois “*ele não depende apenas das possibilidades abertas pela crise do poder e pela promoção que se faz ‘de cima’, mas depende também da pressão social que vem ‘de baixo’*” (Weffort, 2003, p. 140, grifo do autor). Dessa maneira, deveria-se considerar as peculiaridades da formação das classes populares urbanas no bojo do processo de industrialização. “Para evitar uma interpretação unilateral que falseia a experiência histórica, seria conveniente insistir que *a emergência política popular não constitui simples elemento dependente das vicissitudes por que passa o Estado*” (Weffort, *Op. Cit.*, p. 140, grifo do autor).

Weffort afirmava que a manipulação em algum grau expressava de fato os interesses das classes populares e com isso, o autor realizava uma mudança na

perspectiva da análise das condições de formação da nova estrutura de poder para as condições em que se formavam as classes populares e sua pressão sobre o Estado.

Nesta perspectiva, Weffort analisou algumas das condições sociais que explicariam a adesão das classes populares às formas populistas de política. O autor primeiro explicitou as “hipóteses funcionalistas” que buscavam associar o comportamento populista aos processos de mobilização de setores antes ligados às “normas tradicionais”; e num segundo momento propôs “uma hipótese de caráter histórico-estrutural para a *explicação do comportamento populista como expressão das peculiaridades do processo de formação das classes populares*” (Weffort, *Op. Cit.*, p. 141, grifo do autor).

A adesão das classes populares ao populismo não podia ser explicada pela “ausência” de experiência urbana destas camadas, como propugnava a teoria da modernização, por exemplo. Rechaçando esta explicação Weffort passou a compreender o fenômeno da adesão das classes populares ao populismo pela chave da disponibilidade política dessas classes. Segundo o autor, todos os outros fatores (de caráter funcionalista), como migração, comunicações, urbanização, etc., se ligavam ao populismo no momento em que os setores populares entravam numa situação de disponibilidade política (ao contrário das populações rurais), possuindo autonomia para aderir a um ou outro populista. Com isso o autor fazia uso de uma explicação de cunho histórico-estrutural. A hipótese de Weffort era que o comportamento populista das classes populares tinha maior sucesso de explicação a partir da análise das condições em que estas classes se formavam em meio ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro pós-1930.

Assim, dentro de uma sociedade em transição, o processo de formação das classes e sua presença na política estaria condicionada a várias ordens de fatores: primeiro, à crescente heterogeneidade interna da composição social e econômica dessas classes em formação; segundo, à mobilidade no interior desses marcos heterogêneos; terceiro, ao caráter contraditório da experiência de formação da classe operária, principalmente em São Paulo (Weffort, *Op. Cit.*, p.164/165).

Weffort apresentou dados que provavam a desigualdade na distribuição de possibilidade de consumo existente entre regiões e setores, o que colocava com mais ênfase a questão de uma possível identidade entre os “dominados” e um regime político sob controle das classes dominantes à maneira populista.

Uma primeira proposição de caráter geral sobre o problema poderia ser a seguinte: *nas condições vividas por uma sociedade de formação agrária em crise das estruturas agrárias e de desenvolvimento urbano e industrial, os setores das classes populares urbanas, formadas por ascensão social mais do que por decadência, tendem a reconhecer como legítimas as regras do jogo vigentes no quadro social e político do qual começam a participar. Tendem, ademais, nessas condições estruturais e históricas, que são também condições de crise das instituições políticas e das relações entre os grupos dominantes, a identificar-se com partidos e líderes de algum modo associados previamente ao status quo e que, embora saídos de classes “não-populares” (ou talvez por isto mesmo), possam ser identificados com os interesses populares de maior participação social e econômica* (Weffort, *Op. Cit.*, p.176, grifo do autor).

Contudo, Weffort notou que apesar da adesão, as classes populares continuavam tendo suas insatisfações sociais, econômicas e políticas perante o Estado. Assim,

a vitória individual traz em germe uma frustração social. Esta experiência contraditória da formação social dessas classes expressa-se também no nível político: a conquista da cidadania, ou seja, a conquista da igualdade de direito, não elimina a desigualdade de fato; antes, pelo contrário, dá a possibilidade de que se manifeste a insatisfação em face da desigualdade (Weffort *Op. Cit.*, p.183, grifo do autor).

Desta forma, uma das explicações para o comportamento ambíguo das massas sob governos populistas era esta dupla determinação de sua situação social e política. As massas serviam para legitimar o regime a partir de sua “pressão” para adentrar política e economicamente no sistema, contudo carregavam consigo suas insatisfações, realizando permanente ameaça ao *status quo*.

Foi neste sentido que o CEDEC construiu um de seus principais pressupostos analíticos: voltar o olhar da análise para o que seria constitutivo das classes populares. Moisés relatou a sua preocupação (e do CEDEC como um todo) de estudar os movimentos sociais e a relação teórica desses estudos com o marxismo, uma vez que, pensando em um marxismo ortodoxo, qualquer estudo sobre o comportamento das classes populares iria taxá-lo de “alienado”, “sem consciência de classe”, entre outras ideias do tipo:

Como a realidade não cabia dentro disso e eu estava muito voltado, digamos, preocupado em entender a realidade, digamos que esse caminho foi um

caminho de crítica teórica. O meu caminho de crítica teórica ao marxismo vai da empiria para a teoria, vai do mundo real, do mundo prático para a teoria⁵⁰.

Essa declaração de Moisés ilustra bem a atividade intelectual inicial do CEDEC em que, a partir de críticas variadas ao marxismo ortodoxo, enfatizava-se “a autonomia dos movimentos sociais diante do Estado, algo que discrepava grandemente da experiência populista – e pecebista – brasileira” (Perruso, 2009, p. 74).

Como já dissemos, a gênese dessa ideia de autonomia estava nos trabalhos de Weffort sobre a relação entre sindicatos e política nacional. O autor exerceu forte influência teórica no Centro, tanto que ainda no grupo de estudos sobre movimento sindical do CEBRAP quase todos os integrantes eram orientandos dele e grande parte o acompanhou na mudança para o CEDEC. Dessa forma, apesar de não caber no escopo do nosso trabalho analisar a produção intelectual de seus “discípulos”, faremos algumas breves referências ao trabalho de José Álvaro Moisés, sobretudo por este autor ter sido, depois de Weffort e à sua maneira, o mais enfático na defesa de autonomia para os movimentos sociais, em consonância com as críticas propugnadas por Weffort.

Em 1977 o CEDEC em parceria com a editora Paz e Terra inaugurava uma nova série de estudos. Na apresentação de seu primeiro número, *Contradições urbanas e movimentos sociais*, Weffort alegava que as discussões feitas nesta obra eram indicações dos rumos que o CEDEC pretendia seguir. O autor chamou a atenção para o texto de José Álvaro Moisés e Verena Martinez-Alier, *A revolta dos suburbanos ou “Patrão, o trem atrasou”*, em que os autores analisaram os protestos (“quebradeiras”) contra os precários serviços rodoviários em São Paulo e no Rio de Janeiro em 1974.

O interesse central do artigo, segundo Weffort, “está em seu esforço para entender a lógica dos movimentos mais elementares perante as massas, ou seja, a formação da consciência popular e dos padrões de ação e de organização que emergem de seus embates diários para sobreviver na cidade” (Weffort, 1977, p. 10/11). Um estudo como esse era muito importante para que protestos dessa magnitude não caíssem no usual esquema de “limpar a história” feito pelo elitismo, e aqui o elitismo era também na teoria, pois havia um enorme “afastamento” dos intelectuais das massas,

⁵⁰ Entrevista concedida por José Álvaro Moisés a Marco Antonio Perruso em 25/04/2006, em São Paulo.

provavelmente pela incapacidade de entendê-las. Este era o esforço crítico feito pelo CEDEC.

Com as manifestações violentas de 1974, o debate sobre as condições de vida dos suburbanos se politizou, primeiro devido ao contexto histórico novo e segundo porque as autoridades do regime ficaram preocupadas diante da revolta das massas urbanas.

Os autores apresentaram aspectos do cotidiano das classes populares e ao relacionarem as suas condições de vida com sua capacidade de intervenção social e política viram que, destituídas de qualquer organização prévia, só lhes restava se expressar de forma autônoma e espontânea (Moisés; Martinez-Alier, 1977, p. 18). Pela análise de situações concretas, como no caso a depredação dos trens, pôde-se constituir uma visão das classes populares marcada por uma série de contradições que não podiam ser resolvidas pela simples enunciação do problema, mas sim indicavam hipóteses sobre o futuro. Assim,

a nossa hipótese toma os acontecimentos que aparentemente surgem como uma consequência “irracional” ou “anárquica”, embora inevitável em face das duras condições de vida a que estão submetidas as massas no contexto do regime autoritário vigente, para, a um nível mais analítico, tentar demonstrar que sua eficácia política tem uma lógica, que opera ao nível dos efeitos que provoca diante do Estado e delas próprias [...]. Afirmam diante delas mesmas [e do Estado] a sua própria potencialidade como força social capaz de intervir, de alguma forma, na sociedade (Moisés; Martinez-Alier, *Op. Cit.*, p.22).

Para os autores, estava-se diante de uma situação de espontaneidade das massas ocorrida em pleno regime militar, o que colocava a problemática das classes populares sob nova roupagem:

É a sua prática, desorganizada ou não, que coloca para elas a possibilidade de se fazerem presentes, com algum grau de *vontade própria*, diante do resto da sociedade. Nesse sentido, a dinâmica de seu desenvolvimento diz muito a respeito das suas virtualidades e do significado que elas possam vir a ter na história brasileira (Moisés; Martinez-Alier, *Op. Cit.*, p.55).

Há também o fato de que estes protestos exigiam, por parte do Estado, uma resposta imediata e dupla. Assim, era preciso atender as necessidades da população e diante desta impossibilidade (pois o Estado não investiria recursos públicos massivos

para mudar o panorama) só restava o recurso à dura repressão. Contudo, com a atitude repressiva e violenta, o Estado crescentemente perdia sua legitimidade e com isso as massas urbanas, a cada novo protesto, acrescentavam um dado novo à sua percepção sobre a natureza do Estado. Para os autores, esta situação representava um novo patamar para o antagonismo entre massas urbanas e Estado, pois ela caminhava para a necessidade de um mínimo de organização e autonomia por parte dessas massas que o Estado não podia acatar (Moisés; Martinez-Alier, *Op. Cit.*, p.56).

Este estudo de Moisés e Martinez-Alier demonstra o pioneirismo do CEDEC em explorar um campo de estudos até então encarado como de menor importância como eram os movimentos sociais urbanos. O mesmo processo ocorreu com relação aos movimentos dos trabalhadores e foi ao analisar esse movimento em específico que Weffort pôde desenvolver na plenitude sua crítica a herança nacional popular relacionando às vicissitudes das classes operárias ao problema da instauração da democracia no país.

Assim, nos anos de 1978 e 1979 Weffort publicou nas primeiras revistas do CEDEC um artigo dividido em três partes intitulado *Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945-1964*⁵¹.

Os estudos de Weffort sobre o movimento operário fizeram nascer uma nova forma de se pensar suas vicissitudes, mudando-se o foco para a questão política propriamente dita, em que

as causas da fraqueza organizacional e política da classe operária [...] deveriam ser buscadas nos elementos conscientes da sua ação, explicitada no campo organizado da política. Os desvios constatados nesse plano é que qualificariam melhor as debilidades observadas. Muda também o momento a ser privilegiado para a investigação [...], a “política” se inicia em 1964, visando isolar o “erro” no seu ponto de maturação máxima, e a seguir, retrospectivamente, procurar suas circunstâncias de origem que vai localizar num pacto populista celebrado no imediato pós-30 (Vianna, 1986, p.148).

Weffort (1978) questionava os rumos tomados pela organização do Estado, as ideologias, as políticas dos grupos dominantes e também as orientações do movimento

⁵¹ Nestes artigos, Weffort retomou sua argumentação iniciada no artigo publicado pelo CEBRAP que gerou a polêmica com Maria H. T. de Almeida e Carlos E. Martins, porém o autor avançou na discussão e colocou no centro do debate a questão da democracia e sua relação com o movimento operário.

operário do período 1945 - 1964, pois se o sistema político era democrático, questionar o sentido das escolhas políticas se tornava necessário, assim:

Colocar, para o nosso passado, a questão das relações entre movimento operário e democracia significa também buscar um ângulo para entender a clássica disjunção que tem marcado nossa história política, entre a reivindicação da liberdade política e a reivindicação da igualdade social. Por que o liberalismo teria que evoluir, em pleno período democrático, para posições sociais e econômicas reacionárias? Por que aqueles setores políticos mais preocupados com as questões sociais e econômicas teriam, por sua vez, que assumir, e de modo crescente em alguns casos, uma conotação autoritária até o ponto de praticamente ignorarem o valor da democracia? (Weffort, *Op. Cit.*, p.7).

Weffort estendeu esta mesma análise para a história da esquerda e completou argumentando sobre a recorrente “perda de memória” dos protagonistas do processo, o que acabava obscurecendo as margens de responsabilidade dos atores sociais envolvidos. Dentro desta perspectiva crítica, Weffort se orientava pela hipótese de que havia uma grande crise de hegemonia política iniciada pela transposição da hegemonia econômica para o grande capital, que com seu desenvolvimento não atingiu ideologicamente a vida política. Assim, política e ideologicamente prevaleceram as forças da burguesia (pequena burguesia e burocracia nacionalistas) e o movimento operário foi força subordinada (Weffort, *Op. Cit.*, p.9/10).⁵².

Segundo Weffort, foram os fatores políticos colocados pelo segundo pós-guerra, pautados no binômio democracia *versus* fascismo, que definiram os acontecimentos, tanto que foi Vargas e não os liberais que tomou a iniciativa para a democratização. Foi a vitória dos Estados Unidos na guerra que levou o ditador a pregar pela democracia. Os comunistas não ficaram imunes a esta “pregação democrática” mundial e passaram a discursar em prol dos valores democráticos. Assim, a política do PC frente ao movimento operário em 1945 era a de “apertar o cinto” e não fazer greves. Weffort enfatizava que entre 1935 e 1951, só houve um pequeno período de liberalização sindical, ocorrida exatamente no curto período de 1945 e 1946 (quando caiu o Estado Novo e foi elaborada a Constituição de 1946). O autor, então, questionava

⁵² Neste ponto da análise Weffort deslanchava crítica ao ISEB enquanto um aparelho ideológico de Estado que traduziu a revolução de 1930 como uma ruptura que conduziria ao capitalismo nacional. Para o autor, são estes os riscos ideológicos do conhecimento (Weffort, *Op. Cit.*, p.10).

“que uso fizeram os democratas, liberais ou de esquerda, e o movimento operário da liberdade (relativa, sem dúvida) que desfrutaram em 1945 e 1946?” (Weffort, *Op. Cit.*, p.13).

Este questionamento de Weffort era dirigido, sobretudo, à política executada pelos comunistas brasileiros junto ao movimento operário. Segundo Weffort, essa relação caminhou progressivamente até a participação plena do PC na estrutura sindical oficial. Contudo, esta situação se desenvolveu de forma a parecer um percurso inelutável, “natural”, como já exposto na discussão de Weffort com Tavares e Martins no capítulo anterior. O autor afirmava a interferência inquestionável de condicionantes políticos e ideológicos no processo, como a estrutura dual do sindicalismo e a expansão da ideologia nacionalista do ISEB, que orientava uma luta antiimperialista e subordinava a massa operária aos grupos populistas (Weffort, 1979, p. 04). Numa palavra, para Weffort o problema daquela época estava calcado na crença exacerbada no nacionalismo, tido como ideologia impregnada nas ações de todos os grupos ali envolvidos.

Examinando o contexto dos anos 1950, Weffort alegava que o Brasil ia na contramão do mundo que derrubava o populismo (América Latina, por exemplo), mas a peculiaridade do Brasil estava na crise de hegemonia vivida desde os anos 30, em que o Estado e a figura de Vargas tomavam um lugar estratégico. A volta de Vargas nos anos de 1950 balizava o encontro de duas grandes transformações que marcaram a história contemporânea do Brasil, “uma crise de hegemonia, com raízes estruturais num passado não muito distante, e uma tendência mais recente, do grande capital no sentido da afirmação de sua hegemonia econômica” (Weffort, *Op. Cit.*, p.5).

Weffort afirmava que o contexto antecedente ao suicídio de Vargas, marcado pela morte de Stalin, pode ser um argumento explicativo para o conciliamento que o PC realizou com o populismo no período. Weffort buscou mostrar como as alianças feitas entre a esquerda e o regime populista tinham como solo comum o nacionalismo, o corporativismo e o estatismo. Justamente por isso, é compreensível que se tenha “procurado justifica-los através de uma concepção que identificava nos populistas em decadência um movimento de ascensão” (Weffort, *Op. Cit.*, p.8). Assim, para Weffort,

as ideologias não são apenas respostas às exigências das estruturas, são também escolhas. Em outras palavras: se a maioria da esquerda acabou se subordinando a uma concepção nacional-populista, isto se explica tanto pelas

exigências da situação quanto porque a sua ideologia implicava valores que eram, em algum sentido, nacionalistas e populistas (Weffort, *Op. Cit.*, p.9).

A inversão ideológica não foi só da esquerda. O governo Kubitschek ofereceu outra ilusão, a da consolidação da democracia. Neste governo, se solapou a sustentação do poder nacional-populista e introduziram-se as condições que geraram a crise institucional, que depois afetou o próprio Estado, provando que se viveu uma ilusão de democracia consolidada. Para os liberais restava pensar em golpe de Estado, a esquerda, que atuava juntamente ao regime populista, sobrava a alternativa de defender o sistema institucional em plena crise (Weffort, *Op. Cit.*, p. 9-11).

Diante do caráter altamente ideológico das escolhas políticas que marcaram a década de 1950, o melhor caminho para um maior entendimento do sistema democrático vigente de 1945 a 1964, segundo Weffort, era analisá-lo através da ótica do movimento operário. Esta era a melhor opção para desmascarar por completo seu caráter de “democracia de aparência”, visto ser nítida sua continuidade com o corporativismo anterior a 1945. “Se o Estado Novo criou os instrumentos que deveriam conduzir à subordinação dos sindicatos ao Estado, foi a democracia que ofereceu as premissas políticas sobre as quais estes instrumentos deveriam funcionar” (Weffort, 1979a, p. 12).

O problema do corporativismo estava longe de se ater apenas à classe operária, estendendo-se para todas as classes e grupos de interesse, assim, a democracia do período foi “um sistema de pluralismo limitado, na verdade semi-democrático e semi-corporativo” (Weffort, *Op. Cit.*, p. 13). Na busca por maior elucidação deste sistema, Weffort era taxativo quanto a necessidade da análise se focar nas ações concretas dos atores políticos envolvidos. Compreender as opções feitas pelo PC e sua adesão à “ideologia de Estado”⁵³, só era possível através da lógica da crise de hegemonia das elites nacionais, cujo desenvolvimento afetou diretamente a atuação do PC.

Além da realização de uma revisão crítica do passado, o que interessava Weffort era avaliar a sua herança, devido a permanência de muitos comportamentos ao longo do tempo. “Neste sentido é evidente a necessidade de um reexame da tradição elitista,

⁵³ Ideia originalmente desenvolvida em Lamounier, B. *Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação*. In: Fausto, B. (Org.): *O Brasil republicano*, V. II, Rio de Janeiro: Difel, 1977, pág. 343-374.

autoritária e estatista que são parte, e parte considerável, das heranças que recebemos destes últimos decênios, em particular desde meados dos anos 50” (Weffort, *Op. Cit.*, p. 17).

Ademais, Weffort via que o sistema democrático criado em 1946 não havia deixado herdeiros, mas órfãos, fato que iria se sobressair na nova conjuntura do final da década de 1970 a partir do momento em que as novas massas operárias passassem a fazer pressão para adentrar a vida política nacional, o que colocaria em primeiro plano o tema da democratização do país.

Weffort exerceu forte influência sobre o grupo do CEDEC e José Álvaro Moisés foi um dos autores que mais deu continuidade aos seus temas. Algumas considerações sobre suas análises realizadas no final da década de 1970 e início dos anos de 1980 nos ajuda a enfatizar a posição de destaque das teorias de Weffort e também a repercussão dos trabalhos dos intelectuais do CEDEC no interior dos movimentos sociais do período.

Em *Problemas Atuais do Movimento Operário no Brasil* (1978), artigo publicado na primeira edição da *Revista de Cultura Contemporânea* do CEDEC, Moisés estudou a nova experiência do movimento operário do ABC. Para o autor, esse movimento veio para escancarar a crise do sistema político e mostrar uma tímida, mas concisa, intervenção de setores da sociedade civil na política (Moisés, 1978, p. 49).

A crise estava relacionada aos velhos problemas da estrutura sindical brasileira, ponto exaustado por Weffort em sua tese de livre docência e em seus trabalhos posteriores sobre o assunto. Moisés argumentava que o “silêncio” da classe trabalhadora, que vinha desde o golpe de 1964, se devia não só à vigência da ditadura militar, mas à estrutura burocratizada que o sindicalismo atingira, se limitando ao assistencialismo. Nesse contexto, como explicar a explosão do ABC? Moisés alegava ser preciso voltar para a conjuntura de crise política (de legitimidade dos militares) de 1974 que neste ano se aprofundara com o fim do milagre econômico brasileiro. Com esse quadro catastrófico, surgiram novas bases para a retomada da discussão teórica sobre as relações entre Estado e sociedade civil, pois líderes sindicais e outros setores da sociedade civil deram sua contribuição para identificar os *sujeitos políticos* capazes de dar consistência à reivindicação pela democracia no Brasil (Moisés, *Op. Cit.*, p. 51-53).

A justificativa de Moisés era que apesar de serem proibidas as greves, os sindicalistas do ABC, a partir de suas reivindicações salariais, estavam questionando o

governo, iniciando um processo de contestação das funções do Estado, o que não é irrelevante, contudo não resolvia o problema maior da “camisa de força” representada pela estrutura sindical. Com isso, o problema da autonomia dos movimentos se deslocou para primeiro plano. Moisés afirmava que as reivindicações salariais eram frutos de uma convergência de fatores, primeiro relacionada a algumas tendências organizatórias de base (comissões de fábrica) e segundo às tendências que emergiram a partir do caso do ABC. Foi essa situação que permitiu o surgimento da expressão novo sindicalismo⁵⁴.

Os temas elencados pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema eram bastante elucidativos de sua feição inovadora. Todos os motes giravam em torno da questão da autonomia: reivindicavam pelo reconhecimento e constituição de uma Comissão Paritária, constituída por representantes dos empregados e empregadores; reconhecimento dos delegados sindicais e a colocação de quadro de aviso nos sindicatos, com plena liberdade (Moisés, *Op. Cit.*, p. 54/55).

A hipótese de Moisés era que estes posicionamentos se constituíam numa tradução para o plano dos sindicatos dos problemas presentes nas bases do movimento operário desde os acontecimentos de 1968 e o movimento sindical do ABC desde 1972 vinha realizando exatamente o projeto de consolidação de um *sindicato forte*, fortalecendo ao mesmo tempo as bases de ação dos seus sindicatos e estimulando a tendência de se organização pelas base. Fortalecer os sindicatos requeria uma unidade da classe operária e essa unidade só poderia surgir através de questões que permitissem uma identidade entre os trabalhadores, como o foi a reivindicação salarial.

Todavia, antes de obter qualquer unidade a classe operária necessitava de autonomia para poder expressar suas aspirações. “E o problema da autonomia recoloca na ordem do dia tanto a questão da organização propriamente política da classe trabalhadora (isto é, o problema dos partidos políticos), como a questão da estrutura sindical” (Moisés, *Op. Cit.*, p. 56).

Sem qualquer autonomia, a única opção dos movimentos sindicais no novo contexto dos anos de 1970 era recorrerem a Imprensa que, ao exporem as empresas, as coagia. Quebrando as regras impostas pelo regime, os próprios empresários queriam

⁵⁴ Tudo indica que o termo “novo sindicalismo” foi citado pela primeira vez em: Almeida, M. H. Tavares de, “O Sindicato no Brasil: Novos Problemas, Velhas Estruturas”, revista Debate e Crítica, nº 6, São Paulo, 1975.

resolver o quanto antes os impasses diretamente com os trabalhadores, o que por sua vez, permitiu a esses que acumulassem experiência, fortalecendo seus movimentos de base.

É neste sentido que, talvez caiba falar em uma tendência *espontânea* das bases de ir à ação. Isto é, uma tendência espontânea que se define em relação a um padrão mais organizado apresentado pelas ações que se efetivam a partir de uma direção prévia [...]. Estamos diante de um processo de gênese de uma nova forma de organização da classe trabalhadora [...]. [Advertendo] os analistas e os homens de ação para o fato de que podemos estar diante de um novo padrão de desenvolvimento do movimento operário no Brasil (Moisés, *Op. Cit.*, p. 58).

Perante esse quadro aparentemente inovador, Moisés questionava a possibilidade do novo movimento operário perdurar no tempo sem ter suas bases corrompidas, pois uma vez superada a crise política que se abriu em 1974, poderia ocorrer a institucionalização dos conflitos e ao invés de se estimular a tendência espontânea da classe operária de se organizar na base, poderia haver a absorção e o controle de suas potencialidades pelo Estado.

As preocupações de Moisés relacionadas ao futuro do movimento operário foram reflexos das atividades do CEDEC. No Centro havia forte propósito na aproximação com movimentos sociais e operários, fosse através do trabalho de assessoria a esses, fosse pelo canal do diálogo, ou seja, dando espaço para que os próprios idealizadores e participantes dos movimentos fossem inseridos no debate enquanto voz ativa.

Lembrando da forte influência das teorizações de Weffort sobre todo o panorama que se abria naquele período, faz-se necessário enfatizar sua postura radical diante da autonomia do movimento operário, essencial para a construção de um movimento operário e sindical livre dos típicos comportamentos corporativistas e estatistas que marcaram o período democrático da década de 1940.

Tendo em conta esta necessidade latente de autonomia para o movimento operário, defendida pelas teses de Weffort, e reproduzida por Moisés através de sua análise do movimento do ABC, encontramos na abertura institucional do CEDEC para a sociedade civil uma amostra da forte aposta no fortalecimento dos movimentos sociais por meio de suas bases.

O CEDEC se configurava como uma instituição preocupada em dar voz aos próprios protagonistas dos movimentos sociais e políticos. Assim, no número inaugural da *Revista de Cultura Contemporânea* (onde Moisés publicou o trabalho citado acima e Weffort a primeira parte do seu estudo sobre movimento operário e democracia), o grupo do CEDEC entrevistou líderes sindicais da época, entre eles estava Luís Inácio Lula da Silva. Através desta entrevista, podemos ter ideia da relação que o Centro mantinha com o movimento sindical, em que havia uma nítida convergência no discurso quanto a situação desorganizativa que imperava naquele momento no movimento. Existia uma “afinidade eletiva” entre as formulações teóricas de Francisco Weffort e as estratégias políticas e o modo de pensar do “novo sindicalismo”.

Ao ser perguntado sobre o problema específico de seu sindicato dos metalúrgicos, Lula (Entrevista, 1978, p. 36) responde que o problema principal não era de uma categoria apenas, mas de todo o sindicalismo brasileiro, sendo a política econômica nacional e a estrutura sindical vigente as causas da angústia que vivia a classe trabalhadora. Considera a estrutura sindical um problema, pois “não permite que o sindicalismo adentre nas empresas, que realmente faça um processo de mobilização, de conscientização para mostrar ao trabalhador que a solução do problema vai depender única e exclusivamente dele” (Entrevista, 1978, p. 37).

Lula (Entrevista, 1978, p. 37) argumentava como Weffort sobre a questão da ascensão social dos trabalhadores e a questão do caráter assistencialista dos sindicatos. Lula defendia uma maior liberalização dos sindicatos para que eles pudessem incutir na mentalidade dos trabalhadores a exploração a qual estavam sendo expostos. O intuito era atingir uma maior mobilização de base para poder negociar com as empresas sem intermediários. O sindicalismo atuante no período só alimentava a alienação dos trabalhadores feita pelas empresas 24 horas por dia.

Perguntados sobre a relação entre democracia e interesses dos trabalhadores os representantes sindicais utilizavam da argumentação, propugnado por Weffort, de que os êxitos dos trabalhadores, sobretudo os advindos de condições precárias no nordeste do país, acabavam por alienar sua consciência de que estavam sendo explorados e não ascendendo, como acreditavam. Lula (Entrevista, 1978, p. 44/45) falou que a sua geração, diferentemente da anterior, iria se posicionar e esse era o “novo sindicalismo”, um movimento que acreditava na democracia a partir do momento em que os trabalhadores fossem instrumentos somente deles próprios e não instrumentos na mão

de outros interesses. Podemos ver que havia forte confluência de percepções sobre o momento de transição democrática e o lugar ocupado pelo movimento sindical na nova conjuntura política que se abria no período. Assim, na passagem da década de 1970 para 1980, o tema da incorporação das classes populares à política assumia outras características, uma vez que essas classes passaram a reivindicar crescentemente sua cidadania, com isso surgia a necessidade latente de reformas políticas que possibilitassem uma democratização “real” da sociedade.

Conforme dissemos, nas teorizações de Weffort são formuladas as primeiras críticas sistemáticas ao sindicalismo corporativista e autoritário. Com os trabalhos de Moisés sobre o movimento sindicalista do ABC essa crítica se aprofunda, o que somado a abertura institucional do CEDEC para o diálogo com a classe operária nos leva a estabelecer, na virada para a década de 1980, os temas do novo sindicalismo e da redemocratização como as preocupações intelectuais mais importantes do período.

É preciso destacar o lugar ocupado pelas teorizações de Weffort e pelo CEDEC na construção deste quadro que pode ser caracterizado por uma “aliança” entre intelectuais e movimentos da sociedade civil. Os problemas reais da sociedade lançavam aos intelectuais a questão das reformas políticas necessárias para se dar autonomia e voz à sociedade civil, e também ganhava destaque a questão da cidadania.

Neste momento, Weffort já estava bastante envolvido nas atividades do PT e suas teorizações se voltavam para a temática da democracia, sobretudo a necessidade dos partidos políticos, uma vez que estes seriam os instrumentos mais adequados para dar voz às recentes classes populares e instituir suas cidadanias plenas.

3.3 Weffort, novo sindicalismo e democracia

Em meados dos anos de 1970, com o renascimento do movimento sindical, sobretudo do ABC, alguns intelectuais passaram a encarar este movimento como uma grande inovação para o país. Neste contexto,

o “novo sindicalismo” foi uma categoria fundamental para as ciências sociais e o pensamento social brasileiro dos anos 70 e 80 do século XX. Muito recorrente nos debates e nas pesquisas a respeito dos agentes sociais, das ações coletivas e da construção da democracia no Brasil, tal noção ajudou, de certo modo, a conformar uma nova cultura política (Perruso, 2009, p. 175).

Porém, antes de se tornar uma categoria analítica, o “novo sindicalismo” precisou ser “descoberto” e teorizado ainda quando os indícios de seu surgimento davam os primeiros passos. Neste processo, os estudos de Weffort sobre as greves de Contagem e Osasco ocorridas em 1968 adquirem relevância no sentido de uma “antecipação” do “novo sindicalismo”. “As características por ele imputadas como sinal do ‘novo’ nas greves das duas cidades se repetiram no renascimento sindical pós-1978” (Perruso, *Op. cit.*, p. 177).

José Álvaro Moisés asseverou que uma “primeira versão” do “novo sindicalismo” estava presente nos estudos de Leôncio M. Rodrigues e Maria H. T. de Almeida. Os autores compartilhavam a concepção de sindicalismo liberal, de perfil norte-americano, ponto de vista distinto do seu, que procurava encarar o sindicalismo como um fenômeno voltado para a cidadania:

Então, eu acho que olhando em retrospectiva nós acertamos mais do que eles, né? Porque o sindicalismo não foi pra um modelo norte-americano, embora estivesse envolvido com um aspecto importante da tradição norte-americana, que é a negociação direta, sem passar pela mediação do Estado. Não tinha essa angulação... Embora tivesse isso... Mas ao mesmo tempo tendo incorporado isso, foi pra um caminho de mobilização de massa e de mobilização política. Ganhou conteúdo de participação política muito importante⁵⁵.

Segundo Werneck, o “novo sindicalismo” propugnado por Maria Hermínia T. de Almeida negava o viés político dos sindicatos relegando a estes apenas as funções econômicas, o caracterizando em verdade como um corporativismo renovado, flexível. Discordando dessa posição, o autor alegava que o meio fabril na configuração do “novo sindicalismo” pertencia ao universo infra e super estrutural, assim “o movimento sindical brasileiro descobriu o espaço da fábrica, e esta foi uma descoberta política, na medida em que o conduziu ao questionamento do despotismo do capital no mundo fabril através da criação de um sujeito operário de novo tipo” (Vianna, 2004b p. 186). O sindicalismo analisado por Tavares continuava prisioneiro da fórmula corporativa e neste contexto:

⁵⁵ Entrevista concedida por José Álvaro Moisés a Marco Antonio Perruso em 25/04/2006, em São Paulo.

O “novo sindicalismo” consiste apenas num movimento que patenteou a disfuncionalidade, para a administração do mercado de trabalho, da extrema concentração de poder, exaurindo-se nisso. Triunfa, mais uma vez, uma perspectiva sobre o sindicalismo que o constitui como objeto passivo de processos e fenômenos que se realizam noutras dimensões do social. O neo-corporativismo resultará de uma redução no campo da força gravitacional do “buraco negro”, repelindo o sindicalismo do seu âmago, satélite sem luz própria devolvido à órbita desta estrela maior que é o Estado (Vianna, *Op. cit.*, p. 189).

Se visões desse tipo eram marcadas por um forte grau de institucionalismo, a análise de Moisés sobre “novo sindicalismo” era o oposto, pois inseria o fenômeno no âmbito estritamente político (Vianna, *Op. cit.*, p. 192).

Em 1980, Moisés se debruçou sobre a análise do “novo sindicalismo”. Seu impulso inicial foi a grande manifestação ocorrida no dia primeiro de maio no ABC, onde participaram 125 mil grevistas. As reivindicações da categoria incluíam, no geral, a questão salarial, estabilidade no emprego, direito de greve e autonomia sindical.

Em anos recentes o que mais chama a atenção no “novo sindicalismo” é, precisamente, a integração das demandas econômicas, sociais e políticas: desde a sua emergência, esse movimento voltou-se para os novos conflitos que se desenvolvem no interior das grandes unidades de produção. Foi a partir da recuperação do sindicato nesse plano que se generalizou o modelo do “novo sindicalismo” do ABC (Moisés, 1981, p. 72).

Exigindo o direito de greve, negado pelo regime ditatorial, esses trabalhadores ao reivindicarem por condições de vida mais adequadas, se converteram nos novos atores políticos da luta pela democracia no país. “Se há algum mérito a reconhecer nos movimentos do ABC, é este: a formação de um verdadeiro movimento de massas pela democracia, como talvez nunca tenha havido outro na história do país” (Moisés, *Op. cit.*, p. 73). O movimento conjugava luta por igualdade social com liberdade política, constituindo uma situação nova que questionava o Estado era autoritário.

É a luta pela cidadania plena que dá conteúdo ao movimento sindical que, para isso, tem de ingressar na política [...]. *Daí a estratégia de luta pela extensão dos direitos da cidadania: ela decorre da luta especificamente sindical, mas, alternativamente, ela ingressa no terreno social e político precisamente para fortalecer as próprias condições de possibilidade da luta sindical.* Isto deveria estar claro para todos, em vista de que a estratégia do

“novo sindicalismo” é a de constituição de um novo sujeito coletivo (Moisés, *Op. cit.*, p. 76, grifo do autor).

Com relação a este novo sujeito, é marcante a influência dos estudos de Weffort, como afirma Lahuerta (2001):

O tema da criação de um “novo sujeito” que representasse os subalternos e fosse expressivo de uma classe operária autônoma e imune às tradições majoritárias entre a esquerda e o sindicalismo foi forte na cultura intelectual de São Paulo e esteve na concepção que deu vida ao PT. Nesse aspecto, os trabalhos de Weffort sobre “o sindicalismo populista” são seminais, constituindo-se como espécie de suma teórica e justificativa antecipada da necessidade histórica desse novo sujeito, radical porque expressivo de uma sociedade crescentemente ocidentalizada e cada vez mais imune às suas origens patrimoniais e à promiscuidade da tutela do Estado paternalista [45]. As posições de Weffort, além terem adquirido enorme importância teórica no meio intelectual, atingiram o público mais amplo formado pela cidadania ilustrada, pelo movimento estudantil e pelo novo sindicalismo (Lahuerta, *Op. cit.*, p. 87).

Segundo Werneck Vianna, “é em Francisco C. Weffort que a dominância da dimensão do sistema político na análise do ‘novo sindicalismo’ se constitui em toda sua consequência” (Vianna, *Op. cit.*, p. 193). O questionamento primordial de Weffort era “como incorporar a classe operária a uma democracia de origem burguesa?” (Weffort, 1981, p. 139). Neste sentido, as análises de Weffort buscavam destacar “a atividade consciente que se institui na ação política” (Vianna, *Op. cit.*, p. 194), sobretudo em sua tese de livre-docência este argumento era taxativo e se a solução para o sindicalismo estava na política – que se quer democrática – devia-se resolver o velho dilema entre liberdade política e igualdade social. Para Weffort, o tema da liberdade política e da igualdade social voltava com tudo naquele início da década de 1980:

Talvez se possa dizer que é o tema mais geral da situação presente. Está nos reclamos específicos de certos setores sociais – por exemplo, a liberdade sindical reivindicada pelo “novo sindicalismo” e pelas “oposições sindicais”, ou a proposta de organização de um partido dos trabalhadores – está também na temática geral da construção de um Estado democrático de direito (Weffort, *Op. cit.*, p. 140).

A representação dos trabalhadores no plano sindical e no plano partidário foi altamente prejudicada no Brasil devido ao autoritarismo e ao corporativismo que

acompanhou a emergência da sociedade de massas no Brasil. Para Weffort o corporativismo era um meio de o Estado orientar os sindicatos, de manter estes e, conseqüentemente, os trabalhadores em sua posição de dependentes. “A incorporação dos trabalhadores ao Estado através do corporativismo não cria um padrão novo de igualdade e reproduz, no plano institucional, a desigualdade social” (Weffort, *Op. cit.*, p. 143/144).

Desde os anos 1930 o que predominou foi a lógica corporativista que atendia as reivindicações operárias como se fossem uma doação paternal do Estado ditatorial, perpetuando a grande ambigüidade na definição da cidadania dos trabalhadores.

Na verdade, o Estado dos anos 30 até meados dos anos 60 era muito mais prestigiado por sua eficácia, real ou imaginária, no plano econômico e social, do que pelo que possa ter significado de ampliação de direitos e, portanto, de crescimento dos espaços de liberdade na sociedade. Concebia-se a democracia não como construção que deva passar por um aprimoramento institucional progressivo que recolha as formas de participação emergentes na sociedade, mas como democracia de mobilização cujo ponto de chegada só poderia ser o Estado na sua forma existente. Vacilante entre o ideal da democracia direta e um autoritarismo que só no aparato do Estado poderia encontrar a sua alavanca de ação transformadora, a história do período democrático serviu, paradoxalmente, para alargar as distâncias entre as reivindicações de igualdade social e de liberdade política (Weffort, *Op. cit.*, p. 149).

Weffort alegava que o golpe de 1964 havia permitido uma ampla revisão do passado e para quem “perdeu” com a ditadura, “caiu a máscara” do Estado que promovia um desenvolvimento que, ao contrário do que deveria, aumentava as desigualdades sociais. Dessa forma, era razoável a conclusão de que para alcançar a igualdade era preciso uma real organização autônoma da sociedade civil e uma crescente consolidação da ideia de democracia. Diante desse esgotamento do processo de “democratização por via autoritária”, restava “ao desenvolvimento social e político brasileiro, a alternativa de uma democratização progressiva da sociedade e do Estado” (Weffort, *Op. cit.*, p. 150) e o primeiro passo era uma reforma sindical que deixasse os sindicatos atuarem autonomamente. Esta era uma condição elementar para a livre participação dos trabalhadores na política.

Neste sentido, Werneck Vianna asseverava que diferentemente da visão de “novo sindicalismo” propugnada por Maria Hermínia T. de Almeida e também por

Leôncio Martins Rodrigues, cuja síntese era mais uma expressão de novos interesses, em Weffort predominava a preocupação com os direitos políticos, com a universalização de uma livre cidadania em oposição à cidadania regulamentada por instâncias corporativas. A análise de Weffort sobre o sindicalismo defendia que o grande empecilho para compreender seu desenvolvimento estava em seus aspectos políticos e não nos aspectos estruturais. Estava exprimido na forma institucional de sua organização. Institucionalidade esta que iludia os liberais de que a igualdade se satisfazia na política social e na cidadania regulada e iludia também a esquerda que “vive a fantasia de que o vínculo corporativo que mantém com o Estado lhe favorece uma escalada súbita ao poder” (Vianna, *Op. cit.*, p. 194).

Não podemos deixar de mencionar que toda esta discussão sobre “novo sindicalismo” confluía diretamente com as atividades do CEDEC, isso quando o debate não saía propriamente de dentro do Centro. No Relatório de Pesquisa “Cidadania e Participação social” enviado à Fundação Ford em 1981, a definição do projeto era:

A proposta inicial deste projeto consistiu no estudo e no acompanhamento dos movimentos sociais em três áreas específicas: as relações sindicais na indústria, as relações de trabalho e de propriedade na agricultura e as relações das populações periféricas urbanas com a polícia e com a justiça. Como tema para o eixo unificador destacou-se a associação entre tais movimentos e as reivindicações de cidadania. E em concordância com a orientação central do CEDEC – que se preocupa em ir além do enfoque meramente acadêmico – este projeto foi definido em termos da produção de um conhecimento na fronteira da ação. O que implicou na busca e consolidação dos contatos com as demais instituições ou associações pertinentes aos problemas abordados (Relatório de Pesquisa FORD, 1981, p. 01, grifo do autor).

Até aqui fica evidente a importância crescente que a sociedade civil ganhava na vida política brasileira e também no plano teórico. Como afirmou Perruso (2009, p. 199) “a aposta no ‘novo’ do movimento sindical e nos movimentos sociais em geral, feita por vários intelectuais, ajudou a delinear um quadro bastante promissor para a reflexão sobre os atores sociais e políticos subalternizados e a articulação da sociedade civil brasileira”.

A temática sobre sociedade civil no CEDEC era abordada de forma a enfatizar a defesa de uma democracia substantiva, o que no contexto histórico da abertura política e do “novo sindicalismo” contribuiu para que a questão da democracia passasse a ocupar

um lugar central nas preocupações intelectuais de Weffort. A ideia de democracia substantiva nos remete à discussão acerca das relações entre sociedade civil e Estado, o que nos obriga a invocar a influência da obra de Antonio Gramsci naquele período de transição democrática.

Lahuerta asseverou que entre 1974 e 1979 a sociedade civil se afirmava enquanto conceito e realidade, colocando-se em oposição ao Estado, situação que permitiu o surgimento de leituras problemáticas das teorizações gramscianas:

o par conceitual sociedade civil-Estado, que forma em Gramsci uma unidade na diversidade, foi utilizado para conformar e cristalizar uma contraposição radical e maniqueísta. Nesta leitura, ao contrário do formulado por Gramsci, acabou por se considerar tudo o que provinha da “sociedade civil” positivamente, enquanto que o que dizia respeito ao Estado aparecia marcado a priori por um sinal fortemente negativo (Lahuerta, 2001, p. 73).

Em verdade, a sociedade civil se mostrava mais enquanto realidade concreta que como descoberta intelectual. Foi a própria experiência do regime militar que levou os intelectuais a notarem a emergência da temática da sociedade civil e conseqüentemente a valorização da democracia. Esta conjuntura acabou produzindo certa ambigüidade conceitual demonstrada na defesa cega dos movimentos sociais, em que não se deu importância ao intrincado momento político do período (Lahuerta, *Op. cit.*, p. 74-76).

Dessa forma, podemos considerar o discurso anti-institucional do CEDEC de certo modo difuso, pois suas teorizações sobre democracia substantiva que proporcionaram a expectativa de uma sociedade civil mobilizada e autônoma perante o Estado foram primeiramente elaboradas no CEBRAP e, sobretudo, nas teorizações de Fernando Henrique Cardoso, ou seja, foi no CEBRAP que tomou forma os primeiros debates sobre sociedade civil. Entretanto, o discurso anti-institucional do CEDEC foi fortemente respaldado pela sua elaboração crítica, fruto de intensos debates acadêmicos, não se constituindo em análises puramente basistas (Lahuerta, *Op. cit.*, p. 83).

No início da década de 1980 o discurso em prol da democracia estava amplamente presente nos debates sobre a vida política nacional. Neste contexto, Weffort questionava o porquê da difusão desta “pregação democrática”. Weffort afirmava que de 1968 a 1974 o Brasil viveu sob o duro signo da violência e numa conjuntura tão opressiva não é coerente lutar por um sistema político democrático, tendo mais sentido a defesa da ideia de revolução.

Diante desta inquietação, o autor colocava como central na análise do discurso democrático dos anos de 1980 o questionamento de nossas antigas heranças sobre o sentido da política e do poder. Um dos legados mais presentes é o do chamado realismo político⁵⁶, altamente conservador e ambíguo, já que ao longo do tempo muitos atores políticos pretenderam ser simultaneamente autoritários e democratas. Weffort citou alguns provérbios compartilhados pelo povo como “voto não enche barriga” ou “em política vale a versão não o fato” para demonstrar o que é o “realismo” (Weffort, 1988, p. 490). As consequências dessas fórmulas conservadoras foi edificar substancialmente na cultura política nacional a ideia de democracia como instrumento.

Se a democracia é apenas um meio, o fim da política é o poder. Institui-se, portanto, a usurpação como procedimento político habitual. Isso não é abstração [...]. A prática do golpe se generaliza para todos os momentos da atividade política, mesmo quando não envolve aplicação de violência [...]. Quando a prática do golpe se generaliza, é evidente que os procedimentos políticos se desvirtuam. A mentira e a manipulação ocupam o lugar que caberia ao debate e à persuasão (Weffort, *Op. cit.*, p. 496).

O que Weffort questionava era a real incorporação dos valores democráticos na política nacional, uma vez que há séculos imperava mundialmente o discurso do poder baseado na soberania popular. Assim, “se os anos 50 são os da constituição do desenvolvimento como um valor geral, poderíamos dizer que os anos 70 e 80 seriam os da constituição da democracia em valor geral?” (Weffort, *Op. cit.*, p. 499).

De qualquer modo, havia um consenso de que desde 1973 o Brasil rumava em direção à democracia e, segundo Weffort, era esse consenso que devia ser questionado, já que o fenômeno tornava-se peculiar devido a vasta tradição autoritária do país. Na primeira metade da década de 1980 se completava dez anos de transição cuja continuidade foi assegurada pela capacidade de comando dos militares, muito mais vantajosa para as elites que para as massas populares, que continuavam marginalizadas. Para Weffort essa passividade era fruto da enorme opressão e violência exercida pelo Estado desde 1964.

⁵⁶ Weffort (*Op. cit.*, p. 488) define realismo político como a “mistura de passado, de sensibilidade conservadora e de boas intenções para o futuro” presente na tradição brasileira [...]. O chamado realismo é, na verdade, um mero conservantismo de mistura com um maquiavelismo primário. Política é o que se faz para conquistar (ou manter) o poder, e o poder é o Estado”.

Foi por meio da luta contra a ditadura que muitos setores de esquerda da década de 1960 aderiram a ideia de democracia e que a sociedade civil pôde emergir como importante ator político. Considerando o peso da teoria marxista nos estudos de Weffort, suas teses de crítica a herança nacional popular encontram nos novos acontecimentos políticos dos anos de 1980, sobretudo os relacionados à atuação da sociedade civil, a razão para deixar definitivamente a defesa do socialismo e passar a falar em democracia. Coutinho (1980) analisa o fenômeno:

A teoria socialista [...] deve colocar claramente a questão da hegemonia e da dominação como questão central de todo poder de Estado [...]. Se o socialismo é também sinônimo de apropriação coletiva dos mecanismos de poder, a hegemonia e a dominação dos trabalhadores não podem (e não devem) se fazer por intermédio de uma nova burocracia que governe “de cima para baixo”; a libertação do proletariado, como disse Marx, é obra do próprio proletariado; e deve fazer mediante a criação de uma democracia de massas que inverta progressivamente essa tendência à burocratização e à alienação do poder. Nessa democracia de massas, a dialética do pluralismo – a autonomia dos sujeitos políticos coletivos – não anula, antes impõe, a busca constante de unidade política, do que Gramsci chamou de “vontade coletiva”, a ser construída de baixo para cima, através da obtenção hegemônica do consenso majoritário. E essa unidade democraticamente conquistada será o veículo de expressão da dominação dos trabalhadores, a manifestação concreta de uma nova direção política do conjunto da sociedade (Coutinho, *Op. cit.*, p. 30/31).

A análise de Coutinho entende que a ideia de democracia no Brasil surgiu como alternativa à “via prussiana”⁵⁷ e pensando no contexto autoritário imposto pela ditadura militar era urgente a tarefa democrática, uma vez que o regime demonstrou o ponto mais alto da modalidade de desenvolvimento da “via prussiana”. A luta para inverter esse quadro se confundiu grandemente com a renovação democrática. Considerando que há uma debilidade histórico-estrutural da democracia no país aliada ao vigente período autoritário da época, era necessário uma “elevação a nível superior” da política nacional.

A “elevação a nível superior”, todavia, pressupõe igualmente um aprofundamento político da democracia: a ampla incorporação organizada

⁵⁷ “[...] as transformações políticas e a modernização econômico-social no Brasil foram sempre efetuadas no quadro de uma ‘via prussiana’, ou seja, através da conciliação entre frações das classes dominantes, de medidas aplicadas de cima para baixo, com a conservação de traços essenciais das relações de produção atrasadas (o latifúndio) e com a reprodução (ampliada) da dependência ao capitalismo internacional. Essas transformações ‘pelo alto’ tiveram como causa e efeito principais a permanente tentativa de marginalizar as massas populares não só de uma participação ativa na vida social em geral, mas sobretudo do processo de formação das grandes decisões políticas nacionais” (Coutinho, *Op. cit.*, p. 32).

das grandes massas à vida política nacional – a socialização crescente da política – é o único antídoto de eficácia duradoura contra o veneno da “via prussiana” [...]. Embora duramente reprimida, a sociedade civil brasileira [...] cresceu e se tornou mais complexa nos últimos 16 anos [...]. O fortalecimento da sociedade civil abre assim a possibilidade concreta de intensificar a luta pelo aprofundamento da democracia política no sentido de uma democracia organizada de massas, que desloque cada vez mais “para baixo” o eixo das grandes decisões hoje tomadas exclusivamente “pelo alto” (Coutinho, *Op. cit.*, p. 35/36).

Weffort seguia linha de raciocínio semelhante para pensar a importância da participação da sociedade civil para o desenvolvimento de uma democracia.

A descoberta do valor da democracia é inseparável – nas oposições – da descoberta da sociedade civil como espaço para a política. Mais do que o ‘milagre econômico’, os anos de terror produzem verdadeiro ‘milagre político’ de uma completa subversão das ideias tradicionais sobre as relações entre o Estado e a sociedade (Weffort, 1988, p. 511/512).

Segundo Pécaut, o restabelecimento da democracia no plano teórico era indicativo da grande movimentação conceitual que ocorria na época, tendo contribuído para este deslocamento as greves no ABC, as lutas camponesas e a heterogeneidade crescente na condição social das camadas cultas. Havia

as estratégias adotadas ao longo do processo de abertura e o reconhecimento dos limites do voluntarismo político; e, além disso, uma nova leitura do social, que não mais dissocia o reconhecimento dos atores sociais que se organizam por si mesmos e da produção da democracia (Pécaut, 1990, p. 261).

Com isso, devido ao novo discurso democrático daquele período a referência às “massas” não desaparecia do vocabulário intelectual, mas adquiria novas conotações, passando a ser encaradas como consequência da modernização acelerada por que passava o país. Mesmo marginalizada, a sociedade civil se mostrava presente, fosse consumindo, fosse reivindicando do Estado seus direitos.

Desde 1930 havia a crença da vitalidade do Estado como instrumento de democratização da economia e da sociedade. Contudo, os anos de Médici serviram para mostrar o lado perverso da ditadura, tendo o efeito de uma grande desilusão generalizada com o significado do Estado e principalmente da ditadura. “Compreende-se, portanto, que, depois de 1968, os liberais e as esquerdas, de todos os matizes, se

unam na mesma exaltação da sociedade civil. É que eles já se haviam unido antes na mesma exaltação do Estado” (Weffort, *Op. cit.*, p. 514).

Ou seja, a descoberta da sociedade civil foi uma necessidade do momento e Weffort admite que o “surgimento” da sociedade civil nos governos Médici e depois Geisel permitiu que se difundisse uma ilusão quanto ao seu real significado. Weffort justifica tal ilusão afirmando que o momento exigia forte oposição ao Estado ditatorial e nada mais eficaz que colocar uma sociedade civil contra ele e se essa não existisse seria preciso inventá-la:

Se fosse pequena, precisaríamos engrandecê-la. Não havia lugar para excessos de ceticismo nesta questão, pois só serviriam para tornar os fracos ainda mais fracos. É evidente que quando falo aqui de ‘invenção’ ou de ‘engrandecimento’ não tomo estas palavras no sentido da propaganda artificiosa. Tomo-as como sinais de valores presentes na ação política, e que lhe conferiam sentido exatamente porque a ação pretendia torna-los uma realidade. Numa palavra, nós precisávamos construir a sociedade civil porque queríamos liberdade (Weffort, *Op. cit.*, p. 518).

Independente de ter sido descoberta prática ou intelectual, a reflexão sobre sociedade civil e democracia permitiu a afirmação do intelectual como figura pública. Esse fenômeno “enraíza-se talvez na crise de referências que serviam antes para garantir sua identidade: o nacionalismo, o populismo, a configuração da sociedade pela via estatal” (Pécaut, 1990, p. 282).

A partir dessa genuína “profissão de fé” pela sociedade civil, operada na teorização de Weffort, encontramos a justificativa teórica (e prática) que levou o autor a apostar e contribuir na formação do Partido dos Trabalhadores. Não faz parte do nosso escopo analítico a constituição do PT, todavia precisamos citar a colaboração de Weffort no partido, pois ela é demonstrativa da fusão entre a atividade intelectual e exercício da política presente na vida política do país nos anos de 1970 e 1980.

Precisamos enfatizar o peso da conjuntura histórica do período que, mesmo sendo marcado por uma ditadura militar, possibilitou o desenvolvimento de uma tendência dos movimentos populares em se organizarem pelas bases. Moisés⁵⁸ assevera que parte da intelectualidade foi capaz de captar essa tendência, realizando uma leitura da realidade que era intrínseca ao próprio movimento da sociedade, inclusive atuando

⁵⁸ Entrevista concedida por José Álvaro Moisés a Marco Antonio Perruso em 25/04/2006, em São Paulo.

junto a esta, contudo o autor admite ter existido certo entusiasmo em muitas interpretações. Neste sentido, considerando que o contexto histórico da transição democrática possibilitou uma aproximação dos intelectuais do CEDEC com o PT, tal situação pode ser vista como

uma circunstância singular em que ocorre o encontro entre uma intelectualidade portadora de uma interpretação do Brasil que pretende romper com as tradições consideradas nacionais populistas e um movimento que, em sua recusa ao velho sindicalismo, está apto a realizar tal ruptura como programa (Lahuerta, 2001, p. 84).

Programa que, sem sombra de dúvida, teve em Francisco Weffort seu principal formulador. A aposta de Weffort e de outros intelectuais do CEDEC no PT era demonstrativa de suas crenças vigorosas na representação da autonomia operária, pois essa seria a única forma de atingir uma democracia plena que rompesse com a tradição política autoritária, estatista, corporativista e nacionalista do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho analisamos os principais estudos de Francisco Weffort realizados entre 1964 e 1984, período em que o autor desenvolveu plenamente sua temática de crítica à herança nacional popular da política brasileira. Suas análises tiveram grande repercussão no meio intelectual da época e geraram uma linhagem de estudos sobre as relações entre o Estado e os movimentos operários. Devido ao avanço de suas atividades enquanto intelectual e a uma série de fatores de ordem histórico-conjuntural Weffort se aproximou da atividade política, se convertendo progressivamente em ator político.

Não foi nosso objetivo abordar a carreira política de Francisco Weffort, que se iniciou com a fundação do PT, mas examinar, através de uma reconstrução de sua trajetória teórico-analítica, como o autor desenvolveu suas teses e explicou os temas da época.

O conjunto da obra do autor, referente ao período analisado, consistiu num sólido esforço de crítica à herança nacional popular da política brasileira. Desde os primórdios dos anos de 1960 o autor censurava os excessos de estatismo impregnado nos comportamentos dos protagonistas políticos.

É evidente o reflexo do legado uspiiano no percurso teórico de Weffort. No início na década de 1960, o grupo de Florestan Fernandes estava debruçado sobre a análise da relação entre Estado e sociedade civil e buscava mostrar os complexos arranjos feitos pelo conservadorismo da burguesia nacional para manter seu poder que estava em nítida decadência. Com a instauração do regime militar em 1964, o avanço do trabalho intelectual do grupo foi interrompido, o que os obrigou a se engajarem em atividades fora da universidade.

No período em que permaneceu no CEBRAP, Weffort pôde lapidar sua crítica radical a herança nacional popular da política do país, cujos principais agentes sempre buscaram manter o povo a margem das decisões, principalmente as massas operárias. Devido à sua radicalidade na defesa da participação efetiva da sociedade civil na vida política como a única forma de romper com o espólio conservador e elitista brasileiro, Weffort decidiu desenvolver o projeto de montar um centro de pesquisa mais atento à questão dos movimentos sociais, sobretudo os operários.

Mostramos ao longo do trabalho o peso que o contexto da ditadura teve para o fortalecimento do discurso da democracia, sobretudo para ressaltar a importância da participação da sociedade civil. Segundo a análise de Coutinho (1980), o único antídoto contra o peso de nossa tradição era uma orgânica integração dos intelectuais com a luta das classes subalternas que possibilitasse o surgimento dos sujeitos efetivos de nossa evolução social e política. “Uma luta que tem por meta a destruição do elitismo implícito na ‘via prussiana’, com a consequente abertura de um processo de renovação democrática que envolva todas as esferas do ser social brasileiro” (Coutinho, *Op. cit.*, p. 76/77).

Persistindo na necessidade de autonomia das classes populares perante o Estado, com o aparecimento do movimento operário do ABC em 1978, Weffort e outros estudiosos da época acreditaram ter encontrado um meio de demonstrar que sindicatos autônomos e solidamente organizados pelas bases eram a expressão do bloco político capaz de romper com a tradição corporativista, estatista e autoritária da política nacional. O radicalismo de Weffort o levou à conclusão de que apenas com a participação efetiva da sociedade civil na luta político-partidária se poderia construir um regime democrático fiel a sua promessa de justiça social.

A partir de então, Weffort e diversos intelectuais do CEDEC apostaram na composição do Partido dos Trabalhadores. Podemos afirmar que o arcabouço teórico que permeou a constituição ideológica do partido foi uma tradução concreta das aspirações intelectuais de Weffort, sobretudo sua análise sobre os sindicatos e política nacional, encontrada primeiramente em sua tese de livre-docência de 1972, cuja argumentação pode ser considerada uma síntese de suas formulações, e de toda a escola sociológica paulista, sobre o populismo, o nacionaldesenvolvimentismo e a manipulação de classes.

Referindo-se ao grupo do CEDEC, Lahuerta assevera que a percepção da importância da sociedade civil, enquanto uma necessidade concreta do momento gerou uma ambiguidade conceitual muitas vezes traduzida “na apologia sem critério dos movimentos sociais e na subestimação da complexidade da política e da sociedade real com a qual se estava lidando” (Lahuerta, 2001, p. 76).

Considerando o peso da herança uspiana na trajetória de Francisco Weffort, precisamos enfatizar a pretensão do grupo de realizar uma nova interpretação do Brasil que julgavam superior por repousar em pressupostos científicos. Foi essa situação que

permitiu a Fernando Henrique Cardoso se legitimar por meio de sua posição de intelectual, o que não é novidade não política nacional, seu diferencial foi que sua racionalidade se sustentava na cientificidade resultante de anos de treinamento numa ciência social rigorosa.

De acordo com Rubem Barbosa Filho (1998), o governo de Fernando Henrique iniciado em 1994, era pautado numa incessante busca de racionalidade, realizando mudanças que sugerem, no mínimo, um antagonismo com o regime da era Vargas. “A chamada ‘era Vargas’ é visceralmente ‘maquiaveliana’, atribuindo ao Estado o papel de regenerador e condutor da sociedade ao pressupor a incapacidade desta última para gerar soluções adequadas aos seus desafios básicos” (Filho, 1998, p. 97).

O processo de transição democrática iniciado em 1974 foi o último grande feito das forças políticas alimentadas pela tradição maquiaveliana. A luta político-partidária contribuiu substancialmente para a democratização nacional e o lugar ocupado pelo PT foi fundamental no sentido de que o partido trouxe para o campo da política a questão operária destituída dos comportamentos tradicionais da era Vargas. Para Barbosa, a tradição maquiaveliana politizava os interesses e identidades dos trabalhadores, “o PT se consolida sob a ótica do predomínio do social sobre o político” (Filho, *Op. cit.*, p. 113). Porém, com o avanço do jogo político, quanto mais o PT crescia, mais perdia a identidade moderna que o criara. Levando em conta a complexidade do jogo político, em que era inevitável a negociação com grupos tradicionais, talvez fosse necessário também jogar maquiavelianamente.

É instigante refletir sobre a trajetória de Francisco Weffort em meio a toda esta conjuntura. Desenvolvemos nossa análise no sentido de mostrar que devido a sua “interpretação de Brasil”, que se fazia em tom radical e crítico, o intelectual orgânico do partido se deparou no PT com os mesmos fantasmas da era Vargas, porém reconfiguradas aos novos tempos. Como ele afirmou em uma entrevista⁵⁹ em que cita o PT:

Banco de Ideias: A única coisa que junta o PT é Lula ou existe alguma coesão em torno de princípios? A seu ver quais são eles? F.W.: Lula é hoje mais forte que os princípios para unificar o PT. Os princípios se diluíram muito, e o PT está se transformando em um personalismo a mais na política

⁵⁹ Entrevista concedida por Weffort à seção *Banco de Ideias* do Instituto Liberal. O documento se encontra disponível em www.institutoliberal.org. (Último acesso: em 22/03/2012).

brasileira, um “lulismo”, mais ou menos ao modo do “ademarismo”, do “janismo”, etc. Creio, porém, que além de Lula os petistas são unidos por uma sensibilidade social comum. Essa sensibilidade (mais igualdade, mais emprego, etc.) não é exclusiva do PT, existe também em muitos outros setores da opinião pública. Mas é marcante no petismo.

No período analisado, o discurso democrático estava amplamente difundido devido ao contexto histórico da abertura política, possibilitando uma união entre intelectuais críticos às tradições políticas do país e um movimento sindical que aspirava por autonomia. Considerando esta conjuntura, podemos conceber as mudanças de posicionamento de Weffort como demonstrativas da existência de mal-entendidos em sua “interpretação de Brasil”.

Todavia, para além de juízos de valor, o que a trajetória de Weffort nos mostra é a complexidade com que se deram as mudanças estruturais ocorridas na sociedade brasileira no período analisado além do fortíssimo desempenho de distintos intelectuais nos vários meios de inserimento político. Apesar das transformações sociais terem se desenvolvido de forma a preservar de forma contundente algumas instituições e muitos comportamentos do passado, abriu-se espaço para novos atores e novos discursos, espaço longe do ideal devido a pesada herança militar e autoritária atuante na sociedade brasileira, mas que inquestionavelmente teve suas conquistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, Maria Hermíania Tavares de e Martins, Carlos Estevam Modus in Rebus: partidos e classes na queda do Estado Novo. s/d.

Almeida, Maria Hermínia Tavares de Tomando partido, formando opinião: Cientistas sociais, imprensa e política. São Paulo: Sumaré, 1992.

Anderson, Perry Considerações sobre o marxismo ocidental. São Paulo: Boitempo, 2004.

Arantes, Paulo Eduardo Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

Arruda, Maria Arminda do Nascimento MetrÓpole e cultura: São Paulo no meio século XX. Bauru: Edusc, 2001.

Baptista, Katia *O CEBRAP como centro de referência para as ciências sociais nos anos setenta*. Tese apresentada ao departamento de Antropologia, Política e Filosofia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho como requisito à obtenção do título de Doutorado. Araraquara, 2009.

Bastos, Elide Rugai Pensamento social da escola sociológica paulista. In: O que ler nas ciências sociais brasileiras 1970 – 2000 (Vol. IV). Miceli, Sérgio (Org.). São Paulo: Sumaré, 2002.

Bastos, Elide Rugai e Rêgo, Walquíria D. Leão Intelectuais e Política: a moralidade do compromisso. São Paulo: Olho d'água, 1999.

Bosi, Alfredo Prefácio. In: Ideologia da cultura brasileira (1933-1974). Mota, Carlos Guilherme (Org.). São Paulo: Editora 34, 2008.

Brandão, Gildo Marçal Linhagens do pensamento político brasileiro. São Paulo: Hucitec, 2007.

Cardoso, Fernando Henrique "Teoria da Dependência" ou análise concreta de situações de Dependência?. In: Revista Estudos CEBRAP n° 1. São Paulo, 1971.

Cardoso, Fernando Henrique "Regime Político Brasileiro". In: Revista Estudos CEBRAP 2. São Paulo, 1972. -.

Cardoso, Fernando Henrique O modelo político brasileiro e outros ensaios. São Paulo: Difel, 1973.

Cardoso, Fernando Henrique Autoritarismo e democratização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

Cardoso, Fernando Henrique Prefácio. In: Sociedade e Política no Brasil no pós-64. Sorj, Bernardo e Almeida, Maria Hermínia Tavares (Orgs.). São Paulo: Brasiliense, 1983.

Cardoso, Fernando Henrique Memórias da Maria Antônia. In: Maria Antônia: uma rua na contramão. Santos, Maria Cecília Loschiavo dos (Org.). São Paulo: Nobel, 1988.

Carvalho, Maria Alice Rezende de Quatro Vezes Cidade. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

Cepêda, Vera Alves e Deffacci, Fabrício Antonio A recepção da obra de Karl Mannheim no pensamento social brasileiro: Celso Furtado e Florestan Fernandes. In: 29º Encontro Anual da ANPOCS, 2005.

Cepêda, Vera Alves e Deffacci, Fabrício Antonio Repensando o lugar da intelligentsia - desenvolvimento e projetos nacionais. 32º In: Encontro Anual da ANPOCS, 2008.

Chauí, Marilena e Nogueira, Marco Aurélio O pensamento político e a redemocratização do Brasil. In: Lua Nova n° 71. São Paulo, 2007.

Cohn, Amélia e Marcovitch, Jacques Abertura – Seminário comemorativo de 25 anos do CEDEC. In: Lua Nova n° 54. São Paulo, 2001.

Cohn, Amélia e Vigevani, Tullo A produção do conhecimento e os centros de pesquisa: a trajetória do CEDEC. In: São Paulo em Perspectiva 16(3), 2002.

Coutinho, Carlos Nelson A democracia como valor universal. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

Coutinho, Carlos Nelson Gramsci. Porto Alegre: Editora L&PM, 1981.

Entrevista Liberdade Sindical e Democracia. In: Revista de Cultura Contemporânea n° 1. São Paulo: CEDEC/Paz e terra, 1978.

Fernandes, Florestan A sociologia no Brasil. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1977.

Filho, Rubem Barbosa O conceito de populismo: uma revisão teórica. Tese de mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Políticas da Universidade Federal de Minas Gerais, 1980.

Filho, Rubem Barbosa FHC: os paulistas no poder. In: FHC: os paulistas no poder. Filho, Rubem Barbosa (Org.). Rio de Janeiro: Casa Jorge Editorial, 1998.

Franco Maria Sylvia de Carvalho Apresentação. In: ISEB: fábrica de ideologias. Toledo, Caio Navarro de. São Paulo: Unicamp, 1997.

Giannotti, José Arthur CEBRAP: vinte anos depois. In: Novos Estudos CEBRAP n° 50. São Paulo, 1989.

Gramsci, Antonio Maquiavel, a política e o Estado Moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

Gramsci, Antonio Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

Lahuerta, Milton Gramsci e os intelectuais: entre clérigos, populistas e revolucionários (modernização e anticapitalismo). In: Gramsci. A vitalidade de um pensamento. Aggio, Alberto (Org.). São Paulo: Unesp, 1998.

Lahuerta, Milton Intelectuais e transição: entre a política e a profissão. Tese de Doutorado em Ciência Política apresentada à FFCLH-USP, 1999.

Lahuerta, Milton Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil. In: Cadernos AEL n° 14/15 (vol. 8), 2001.

Lahuerta, Milton O século XX brasileiro: autoritarismo, modernização e democracia. In: Pensar o século XX: problemas políticos e história nacional na América Latina. Aggio, Alberto e Lahuerta, Milton (Orgs.). São Paulo: Editora da Unesp/FAPESP, 2003.

Lahuerta, Milton Marxismo e vida acadêmica: os pressupostos intelectuais da crítica uspiana ao nacional-desenvolvimentismo. In: O moderno em questão – a década de 1950 no Brasil. Botelho, André (Org.). Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

Lamounier, Bolívar O ISEB: notas à margem de um debate. In: Discurso n° 9, Livraria editora em Ciências Humanas, 1979.

Mannheim, Karl Ideologia e utopia. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

Mannheim, Karl O impacto dos processos sociais na formação da personalidade. In: Homem e Sociedade. Cardoso, Fernando Henrique e Ianni, Octávio (Orgs.). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

Miceli, Sérgio Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais. In: História das ciências sociais no Brasil (Vol. 1). Miceli, Sérgio (Org.). São Paulo: Vértice, 1989.

Mills, Charles Wright Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

Moisés, José Álvaro e Martinez-Alier, Verena A revolta dos suburbanos ou “Patrão, o trem atrasou”. In: Contradições urbanas e movimentos sociais. São Paulo: CEDEC/Paz e terra, 1977.

Moisés, José Álvaro Problemas Atuais do Movimento Operário no Brasil. In: Revista de Cultura Contemporânea n° 1. São Paulo: CEDEC/Paz e terra, 1978.

Moisés, José Álvaro A Estratégia do Novo Sindicalismo. In: Revista de Cultura & Política n° 5/6. São Paulo: CEDEC/Paz e terra, 1981.

Montero, Paula e Moura Flávio (Orgs.) Retrato de grupo – 40 anos do CEBRAP. São Paulo: Cosacnaify, 2009.

Mota, Carlos Guilherme A ideologia da cultura brasileira (1933-1974). São Paulo: Editora 34, 2008.

Nobre, Marcos A filosofia da USP sob a ditadura militar. In: Novos Estudos CEBRAP n° 53, 1999.

Pécaut, Daniel Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

Perruso, Marco Antonio Em busca do "novo": intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970/80. São Paulo: Annablume, 2009.

Pocock, John G. A. Linguagens do Ideário Político. São Paulo: Edusp, 2003.

Pulici, Carolina Entre sociólogos: versões conflitivas da "condição de sociólogo" na USP dos anos 1950-1960. São Paulo: EDUSP, 2008.

Ricupero, Bernardo "A (re)conciliação com a tradição" de Francisco Weffort. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais n° 63. São Paulo: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Vol. 22) , 2007.

Romão, Wagner Sociologia e política acadêmica nos anos 1960: a experiência do CESIT. São Paulo: Humanitas, 2006.

Schwartzman, Simon São Paulo e o Estado nacional. São Paulo: Difel, 1975.

Skidmore Thomas E. Brasil: de Castelo a Tancredo (1964 - 1985). Rio de Janeiro: Paz e terra, 1991.

Sorj, Bernardo Estratégias, crises e desafios das Ciências Sociais no Brasil. In: História das Ciências Sociais no Brasil (Vol. 2). Miceli, Sérgio (Org.). São Paulo: Sumaré/Idesp/Fapesp, 1995.

Sorj, Bernardo A construção do intelectual do Brasil contemporâneo – da resistência à ditadura ao governo FHC. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

Souza, Patrícia Olsen de Os dilemas da democracia no Brasil: um estudo sobre o pensamento de Florestan. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP. Araraquara, 2005.

Toledo, Caio Navarro de ISEB: fábrica de ideologias. São Paulo: Editora da Unicamp, 1997.

Vianna, Luiz Werneck Estudos sobre sindicalismo e movimento operário: resenha de algumas tendências. In: Travessia — da abertura à Constituinte 86. Rio de Janeiro: Taurus, 1986.

Vianna, Luiz Werneck Atualizando uma bibliografia: "novo sindicalismo", cidadania e fábrica. In: Travessia — da abertura à Constituinte 86. Rio de Janeiro: Taurus, 1986a.

Vianna, Luiz Werneck Caminhos e descaminhos da revolução passiva à brasileira. In: A revolução passiva: Iberismo e americanismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 2004a.

Vianna, Luiz Werneck A institucionalização das ciências sociais e a reforma social: do pensamento social à agenda americana de pesquisa. In: A revolução passiva: Iberismo e americanismo no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2004b.

Weffort, Francisco C. "Política de Massas". In: Política e revolução social no Brasil. Ianni, Octávio; Singer, Paulo; Cohn, Gabriel; Weffort, Francisco C. (Orgs.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

Weffort, Francisco C. Notas sobre a "Teoria da Dependência": Teoria de classe ou ideologia Nacional?. In: Revista Estudos CEBRAP n 1, 1971.

Weffort, Francisco C. Participação e Conflito Industrial: Contagem e Osasco – 1968. In: Cadernos CEBRAP, 1972a.

Weffort, Francisco C. Sindicatos e política. Tese apresentada para Concurso de Livre Docência da Universidade de São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1972.

Weffort, Francisco C. A vitória inchada da Arena. In: Jornal Opinião, 1972b.

Weffort, Francisco C. Origens do Sindicalismo Populista no Brasil (a conjuntura do após-guerra). In: Estudos CEBRAP n° 4. São Paulo, 1973.

Weffort, Francisco C. A democracia e a "questão social". In: Jornal Opinião, 1974.

Weffort, Francisco C. O 15 de novembro: antes e depois. In: Jornal Opinião, 1974a.

Weffort, Francisco C. O impasse da oposição. In: Jornal Opinião, 1975.

Weffort, Francisco C. Velhos desafios do novo MDB. In: Jornal Opinião, 1975a.

Weffort, Francisco C. 1° de maio: onde estão os trabalhadores?. In: Jornal Opinião, 1975b.

Weffort, Francisco C. Apresentação. In: Contradições urbanas e movimentos sociais n°1. São Paulo: CEDEC/Paz e terra, 1977.

Weffort, Francisco C. Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945-1964 (Primeira parte). In: Revista de Cultura Contemporânea n° 1. São Paulo: CEDEC/Paz e terra, 1978.

Weffort, Francisco C. Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945-1964 (Segunda parte) In: Revista de Cultura Contemporânea n° 2. São Paulo: CEDEC/Paz e terra, 1979.

Weffort, Francisco C. Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945-1964 (Terceira parte). In: Revista de Cultura & Política n° 1. São Paulo: CEDEC/Global, 1979a.

Weffort, Francisco C. A cidadania dos trabalhadores. In: Direito, cidadania e participação. Lamounier, Bolivar; Weffort, Francisco C.; Benevides, Maria Victoria (Orgs.). São Paulo: TAQ, 1981.

Weffort, Francisco C. Por que democracia?. In: Democratizando o Brasil. Stepan, Alfred (Org.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Weffort, Francisco C. A segunda revolução democrática. In: Jornal Folha de São Paulo (Caderno Especial, Pág. Especial A-2), 04/10/1994.

Weffort, Francisco C. O Populismo na Política Brasileira. São Paulo: Paz e terra, 2003.

Weffort, Francisco C. Formação do pensamento político brasileiro. São Paulo: Ática, 2006.

Documentos:

Relatório de Atividades CEDEC 1977

Relatório de Atividades CEDEC 1982

Relatório de Atividades CEDEC 1983

Relatório de Atividades CEDEC 1984

Relatório de Atividades CEDEC 1985

Relatório de Pesquisa Fundação FORD 1981